

JUNHO ■ JULHO/2008 Nº96 R\$ 8,00

Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO



SOBERANIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ISSN 1413-766-6
9 771415 788005



Desenvolvimento no Acre também é programa de índio.

Em apenas 9 anos o Acre dobrou o seu PIB, saltou de 27º para 11º no ranking do MEC sobre qualidade de ensino nos estados, controlou doenças como malária e dengue. E fez tudo isso sendo um dos estados que menos desmata na Amazônia, mantendo intactas 90% das suas florestas.

E o que os índios têm a ver com isso?

Eles participam ativamente da vida social e econômica do Estado, tendo suas terras e culturas respeitadas.

Nas aldeias as escolas são bilingües, com aulas em português e nas línguas nativas. As comunidades têm seu trabalho valorizado, com negócios que vão do artesanato e produtos florestais até desing de moda.

Um dado notável é que a população indígena voltou a crescer e já são mais de 15 mil índios e índias no Acre.

Por isso temos orgulho de dizer que no nosso Estado desenvolvimento sustentável também é programa de índio.



Com todos e para todos.

O canto verde da Águia

O desafio de compatibilizar o desenvolvimento com a preservação da natureza adquiriu relevância na pauta das nações. Os efeitos da ação destrutiva do capitalismo, entre eles o agravamento do efeito estufa responsável pelo aquecimento global, elevaram bem alto a bandeira ambiental.

De quem são as responsabilidades? Que medidas são necessárias para a reversão desses preocupantes prognósticos? Tudo isso motiva um intenso debate científico, ideológico e político.

De dedo em riste as potências capitalistas acusam os países em desenvolvimento de serem os responsáveis pela tragédia ambiental. Segundo os Estados Unidos da América e a União Européia, entre outros, os países da chamada periferia usam tecnologias ultrapassadas e poluidoras. Conforme disseminam tais potências, o aquecimento global como um problema de responsabilidade de toda a humanidade e as metas e tarefas necessárias para livrar a Terra de uma catástrofe seriam iguais para todos os povos.

E mais: declaram abertamente que os países em desenvolvimento são incapazes para empreender uma gestão responsável sobre os recursos naturais de seus territórios. Neste particular, o alvo das grandes potências é a Amazônia brasileira. Lideranças políticas e o arsenal midiático do imperialismo pregam abertamente uma “gestão internacional” para a região. “Essa parte do Brasil é importante demais para deixar aos brasileiros”, disse em editorial o jornal inglês *The Independent*.

Na verdade, o imperialismo ergue a bandeira ambiental com três objetivos: ocultar suas responsabilidades pelos danos contra a natureza; obstruir o desenvolvimento dos países em desenvolvimento; e se apossar de suas riquezas, como é o caso da Amazônia.

O aquecimento global não é responsabilidade de uma humanidade abstrata e a-histórica. As grandes potências chegaram a essa condição de países dominantes alavancadas por seus parques industriais alimentados por combustíveis fósseis. Há mais de dois séculos, desde a revolução industrial, lançam toneladas de gases poluentes no meio ambiente. Como o CO₂, por exemplo, demora 150 anos para se dissipar na atmosfera, é fácil concluir que eles são os grandes responsáveis pelo efeito estufa. Distintas são as responsabilidades dos países em desenvolvimento, pois estes tardiamente embarcaram na era industrial. Portanto, é um embuste falar em responsabilidades iguais no que se refere ao aquecimento global.

Essa concepção da lógica das responsabilidades históricas em relação ao aquecimento do planeta alicerçou a diplomacia brasileira em conjunto com dezenas de outros países em desenvolvimento a fazer valer nos fóruns internacionais – desde o Protocolo de Kyoto – o “princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas”. Em decorrência, pelos tratados, as grandes potências têm o dever de cumprir metas de redução da emissão dos gases responsáveis pelo efeito estufa; já os países em desenvolvimento devem também reduzir tais emissões, mas sem metas preestabelecidas.

A cobiça e o expansionismo do imperialismo sempre vieram acompanhados de teorias e idéias para legitimá-los. As grandes potências historicamente responsáveis pelo aquecimento global – que destruíram suas florestas, dizimaram as populações nativas de seus países – recorrem, na atualidade, ao discurso ambiental para acobertar sua investida contra os países em desenvolvimento, em especial contra o Brasil. Ataca-se o etanol brasileiro, questiona-se a soberania nacional sobre a Amazônia e, ainda, existem ameaças de que tais potências tentariam manipular a luta pelos direitos dos indígenas.

O governo brasileiro e as forças de esquerda e progressistas precisam reforçar o rechaço contra tal investida. O país tem autoridade para desqualificar o discurso hipócrita das potências que cresceram à custa de terríveis danos ambientais ao mundo.

Essa autoridade vem da decisão nacional de que o Brasil precisa se desenvolver para garantir uma vida digna ao seu povo. E este desenvolvimento será sustentável, articulando sempre crescimento econômico com preservação ambiental.

Princípios

Índice

CAPA

A máscara ambiental do imperialismo

José Carlos Ruy **6**



O capitalismo é o grande responsável pela crise ambiental

Aldo Arantes..... **10**

A Geopolítica do Aquecimento Global

Luis Fernandes..... **17**



Conhecer a Amazônia é imperativo para defendê-la e desenvolvê-la

Ennio Candotti..... **22**



Incorporar a sustentabilidade sócio-ambiental ao novo ciclo

Hamilton Pereira..... **29**



Amazônia: anotações pontuais

Eron Bezerra..... **33**

INTERNACIONAL

La Revolución con sabor a empanadas y vino tinto
Elisa de Campos Borges..... **40**



HISTÓRIA

Lampião, um rastro de ousadia e ódio pela caatinga
Joan Edesson de Oliveira..... **67**

BRASIL

Parada GLBT – um movimento crescente
Da redação..... **47**



O centenário da imigração japonesa
Entrevista com Márcia Takeuchi..... **76**

INTERNACIONAL

“O Conceito de paz é indissociável da luta contra o imperialismo”
Entrevista Socorro Gomes..... **79**



Entrevista Toni Reis..... **51**

Fios e tramas do Arco-Íris
Marxismo, Feminismos e a Livre Orientação Sexual
Silvana Conti..... **54**

1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude e as entrelinhas de um processo participativo (1)
Danilo Moreira **61**

A Conquista da Copa do Mundo de 1958: o símbolo de uma era
Oswaldo Bertolino..... **72**



A máscara ambiental do imperialismo

JOSÉ CARLOS RUY

A questão ambiental ganha relevância na agenda política e na cobertura dos meios de



Centro de Convenções Ulysses Guimarães, Brasília-DF, onde foi realizada a III Conferência Nacional do Meio Ambiente entre os dias 07 e 10 de maio de 2008

comunicação. A III Conferência Nacional do Meio Ambiente, do Ministério do Meio Ambiente e o Seminário Desenvolvimento e Meio Ambiente, organizado pelo PCdoB e Fundação Maurício Grabois evidenciaram a necessidade de

se compatibilizar preservação ambiental e desenvolvimento e o uso político das bandeiras verdes para manter o sistema de poder vigente no mundo

A questão do meio ambiente esteve em alta nos meses de abril e maio deste ano. Em abril, o Partido Comunista do Brasil realizou, em Brasília, seu primeiro *Seminário Nacional sobre Meio Ambiente*, onde aprovou um conjunto de resoluções que, agora, serão submetidas à deliberação do Comitê Central do PCdoB.

Em maio, foi a vez da III Conferência Nacional do Meio Ambiente, promovida pelo Ministério do Meio Ambiente, e que reuniu – em seu processo de preparação – mais de 115 mil participantes das 751 conferências municipais e estaduais, e que elegeram os mais de 1.200 delegados da plenária final da Conferência, também em Brasília.

O seminário do PCdoB

O *Seminário Nacional sobre Meio Ambiente*, do PCdoB, reuniu delegados, vindos de quase 20 estados brasileiros, para debater os dilemas que envolvem a questão da defesa do meio ambiente e as necessidades do desenvolvimento sustentado. E o debate firmou algumas conclusões importantes.

A primeira foi a necessidade da retomada do desenvolvimento econômico para que a pobreza possa ser superada no Brasil – e em outras nações – sem relegar a segundo plano a urgência de defender e proteger a natureza. Esse objetivo exige a união de todas as forças que lutam por um projeto nacional de desenvolvimento com distribuição de renda, preservação ambiental, democracia e soberania nacional.

Os problemas ambientais são reais, graves, e precisam ser enfrentados. Mas eles têm sido objeto de uma ideologia ambientalista para legitimar o domínio do imperialismo. Nesse sentido, o Seminário denunciou, com ênfase, a insistência dos países ricos em forçar a divisão dos custos da profunda crise ambiental com os países em desenvolvimento. Oculta sob esta insistência está a pretensão, dos países capitalistas avançados, de paralisar, ou desacelerar, o desenvolvimento das nações pobres. E, com isso, eliminar eventuais ameaças à atual distribuição de poder no mundo e ao domínio do bloco de nações européias, mais Japão e EUA, sobre o planeta. Há um sentido claramente político, imperialista, oculto sob a bandeira verde do ambientalismo.

Nessa linha, o Seminário firmou também a conclusão de que as agressões contra a natureza não são feitas por um “homem” genérico e abstrato, como pretende a ideologia ambientalista dominante – tese largamente difundida pelos grandes jornais, revistas e comunicação eletrônica. Na verdade, quem agride a natureza é a forma de produzir os bens necessários à vida. E, hoje, pela mais agressiva e predatória delas, o modo de produção capitalista, que subordina tudo – seres humanos e natureza – à busca desenfreada do lucro a qualquer custo.

O reconhecimento desta realidade não pode esquecer, contudo, os graves problemas ambientais que acompanharam as experiências de construção do socialismo no século XX, marcadas pela necessidade de superação do atraso e da pobreza em países como URSS, China e demais nações onde foi iniciada a transição para o socialismo. Elas foram também marcadas por um viés produtivista que minimizou

os problemas ambientais e gerou problemas que não podem deixar de ser levados em conta.

A III Conferência

O tema central da III Conferência Nacional do Meio Ambiente foi as mudanças climáticas, mas a polêmica mesmo deu-se em torno de várias outras questões, entre elas temas previsíveis como: desmatamento (principalmente na Amazônia), transgênicos, projeto de transposição das águas do rio São Francisco, biocombustíveis, adoção de fontes de energia limpa, energia nuclear, transporte individual, adequado tratamento da água, dos esgotos e do lixo.

A polêmica, aliás, esteve presente desde o primeiro dia, nos painéis que tiveram a presença de especialistas brasileiros e estrangeiros, além de membros do governo e da sociedade civil.

Ela se manifestou em alguns dilemas. Como, por exemplo, a participação, do professor estadunidense Joel Kovel no painel “Mudanças do clima”, que teve a presença, dentre outros, da pesquisadora Thelma Krug, secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, e uma das principais negociadoras brasileiras nos fóruns internacionais sobre mudanças climáticas.

Kovel é professor de Estudos Sociais no Bard College, em Annandale, Nova Iorque (EUA), membro do Partido Verde dos EUA, fundador da Rede Ecosocialista Internacional, editor da publicação *Capitalism Nature Socialism*, e autor do livro *The Enemy of Nature: The End of Capitalism or The End of the World* (*O inimigo da natureza: o fim do capitalismo ou o fim do mundo*, publicado em 2002) e, junto com Michael Lowy, do 1º Manifesto Ecosocialista. Estas credenciais fazem dele um eminente ideólogo do chamado *ecosocialismo*, que se pretende uma alternativa de *esquerda* para os problemas contemporâneos, sem reconhecer a importância histórica da experiência socialista do século XX, apresentando-se, nesse sentido como uma alternativa ao capitalismo.

Mas não é uma alternativa revolucionária, contudo. E, pelo menos pelas declarações de ideólogos como o professor Kovel, acabam revelando-se, numa ideologia cujo escopo, certamente não desejado por aqueles que a formulam, torna-se a defesa da hegemonia capitalista e do *status quo* mundial contemporâneo, com o imperialismo dos EUA no comando.

Esta contradição esteve presente na interven-



Selo do Seminário realizado nos dias 10 e 11 de abril de 2008

ção do professor Kovel, pronunciada no primeiro dia da III Conferência do Meio Ambiente. Do alto de suas credenciais, ele criticou duramente o capitalismo como responsável pelo aquecimento global, mas recusou as responsabilidades diferenciadas entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento no agravamento do efeito estufa. Defendeu, na conferência, uma tese que se opõe frontalmente àquilo que o governo brasileiro, juntamente com os governos de China, Índia, México e outros países chamados “emergentes”, tem defendido nos fóruns internacionais. Ele foi ao ponto central da controvérsia e, nele, alinhou-se com as posições defendidas há pelo menos quatro décadas, pelos EUA e os países industrializados. Para se chegar a uma forte diminuição do carbono no ar, disse, é necessário uma contração na economia global. Isto é, é preciso deter o desenvolvimento. “Precisamos aprender a viver sem desenvolvimento”, disse.

Direito ao desenvolvimento

É uma contrafação, a que Thelma Krug respondeu logo a seguir – após uma verdadeira aula sobre as mudanças no clima e as influências dos fatores naturais e humanos sobre elas – ao fazer uma defesa veemente do direitos que os países pobres têm ao desenvolvimento.

Ela não fugiu dos problemas: o crescimento da temperatura global é um fato, disse. Mas ressaltou a diferença de responsabilidade entre as nações industrializadas e as demais. Os países industrializados jogam na atmosfera gases do efeito estufa há mais de duzentos anos; os países pobres começaram seu processo de industrialização há muito menos tempo. E as diferenças entre eles – e suas responsabilidades pelas emissões – são evidentes nos próprios números referentes às emissões per capita nas várias regiões do planeta. A média mundial, disse ela, é de 4,2 toneladas por pessoa por ano; nos EUA, os campeões da poluição, ela é quase cinco vezes maior: 19,7 toneladas anuais por pessoa. E, no Brasil, menos que a metade da média mundial, e quase doze vezes menos que nos EUA: 1,7 toneladas por pessoa.

A intervenção de Thelma Krug naquele painel chegou a ser emocionada e, em alguns momentos,

indignada. O problema das emissões decorre do uso de energia, e ele é legítimo para o desenvolvimento, disse. Ela rejeitou, nesse sentido, a pretensão de que as emissões brasileiras sejam reduzidas aos níveis de 1990: naquele ano, insistiu, o desenvolvimento brasileiro foi pífio e, em conseqüência, o nível de emissões baixo. Enquanto isso, nos países ricos, onde os níveis já eram insustentáveis, as emissões cresceram em 11% de 1990 para cá, enfatizou.

Em seguida, em entrevista a este repórter, Thelma Krug reafirmou a sua opinião. A perspectiva, para os países em desenvolvimento, é de que aumentem as emissões, pois elas decorrem do crescimento econômico necessário para superar a pobreza. Deter o desenvolvimento é ridículo, disse com ênfase. Isso não tem legitimidade, esse pleito não é legítimo, insistiu.

Esta foi uma das questões polêmicas da conferência. Houve outras: a transposição do rio São Francisco foi um tema que mobilizou muitos delegados, grande parte deles contra a obra; outra, a construção de rodovias na Amazônia. Mas as campeãs de controvérsia foram as questões ligadas aos biocombustíveis, aos contratos de concessão de florestas para a exploração pela iniciativa privada, e o uso da energia nuclear. Outro tema que sensibilizou os delegados foi a educação ambiental, cujo grupo temático teve tantos participantes que precisou ser dividido em três.

Duas decisões tomadas pela conferência merecem reflexão, e muito debate. A primeira delas é a aprovação do item que pede a proibição da construção de novas usinas nucleares em território brasileiro, conflitando com a necessidade de uma matriz energética diversificada e do domínio de todas as tecnologias como um imperativo da soberania nacional.

A outra decisão controversa foi a aprovação do estabelecimento de metas de emissão de gases na atmosfera para o Brasil. Ela conflita com a posição do governo brasileiro que, nos fóruns internacionais sobre mudanças climáticas, defende a tese das “responsabilidades comuns, mas diferenciadas” entre as nações, que exime os países em desenvolvimento do cumprimento de metas que os países industrializados, grandes e históricos poluidores, devem cumprir.

Essa decisão tem ainda o agravante de fragilizar

O problema das emissões decorre do uso de energia, e ele é legítimo para o desenvolvimento.
(...) nos países ricos, onde os níveis já eram insustentáveis, as emissões cresceram em 11% de 1990 para cá...



Pedro Martelli, fonte: Mulheres da Amazônia, Editora Jaguarí, 2003

Armadoras de Concreto. Mulheres trabalham a 60m de altura na construção da segunda etapa da barragem hidrelétrica de Tucuruí, novembro de 2001

a posição dos negociadores brasileiros nos fóruns internacionais, onde enfrentam forte pressão dos países ricos que exigem o estabelecimento destas metas para países como o Brasil.

Já se tornou lugar-comum dizer que os comunistas chegaram tarde à questão ambiental. Trata-se, entretanto, de uma verdade parcial. Por um lado, ao longo do século XX, o pensamento comunista e os sistemas surgidos na esteira da revolução russa de 1917, deixaram em segundo plano, ou trataram de maneira formal – muitas vezes meramente declaratória – os problemas ambientais.

É preciso reconhecer, neste ponto, que os países capitalistas, com destaque para os industrializados, incidiram na mesma inconsciência, que caracterizou todo o período histórico de sua industrialização, iniciada em meados do século XVIII. Consciência que despertou tardiamente, durante a década de 1960, respondendo fundamentalmente às crescentes contradições do sistema capitalista, e não a uma autêntica tomada de consciência da gravidade das agressões ambientais promovidas pelo modo de produção capitalista.

A outra face desta verdade parcial – como corretamente destacou o *Seminário Nacional de Meio Ambiente* do PCdoB – reside na compreensão teórica, herdada

de Marx e Engels, que tem dois aspectos. O primeiro é a simbiose – e unidade – entre a natureza e os seres humanos, que fazem parte dela, sendo simultaneamente seres culturais e naturais. O segundo, a denúncia do capitalismo como o responsável pela quebra daquela unidade, e pelas piores e mais graves agressões ao meio ambiente. Movido pela busca desenfreada do lucro este sistema não reconhece nenhum limite para sua ação além das necessidades de reprodução e ampliação do capital. E, nesse sentido, patrocina a derrubada de florestas, o envenenamento da atmosfera com gases do efeito estufa, a poluição das águas e dos mares, e por aí afora.

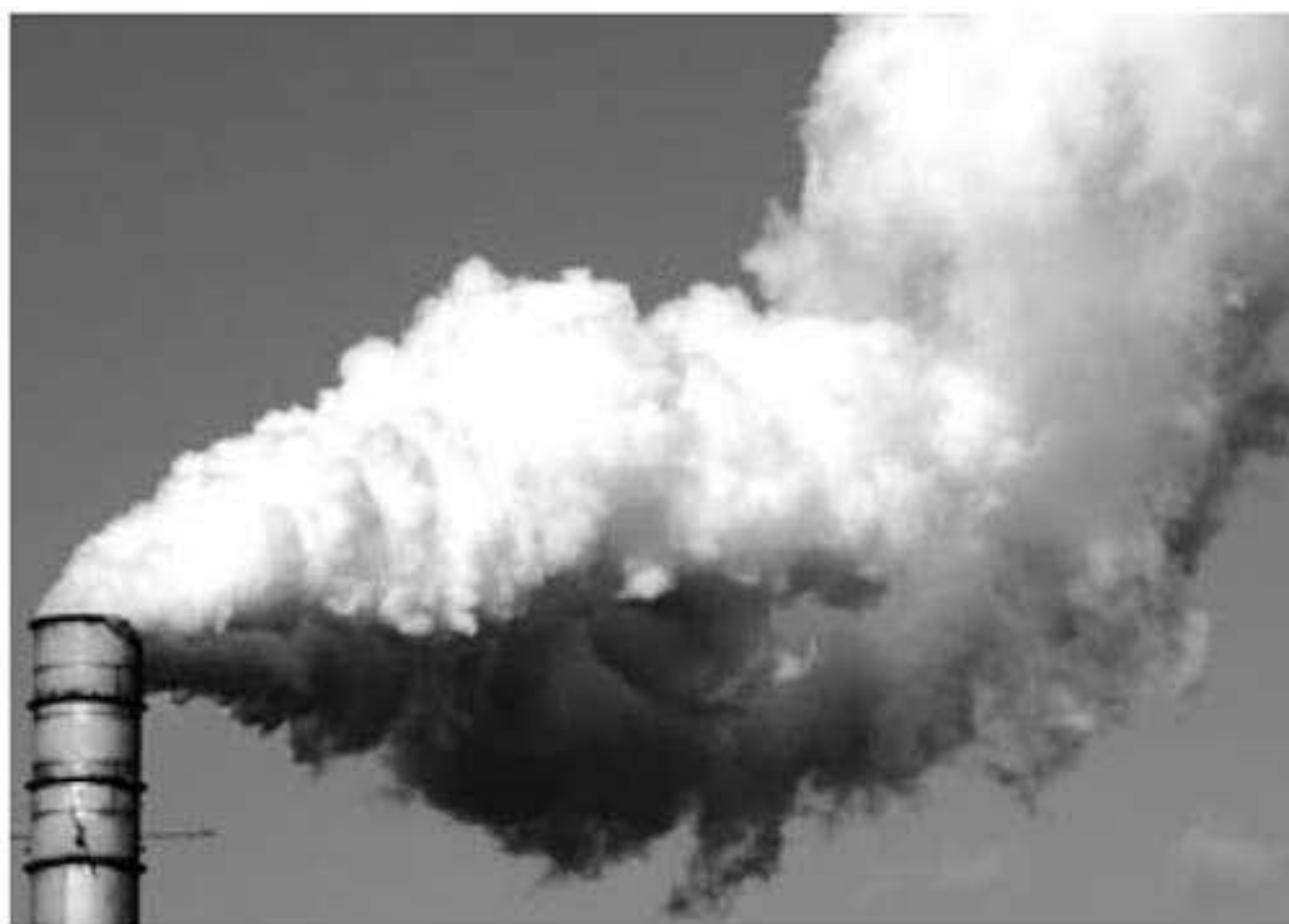
Assim, os comunistas podem ter-se atrasado nesta questão. Mas chegaram para valer, e a abordam com a força da denúncia e da argumentação que vê no capitalismo o mais poderoso obstáculo para a defesa da natureza e do meio ambiente. E que sua superação é a condição *sine qua non* não só para a defesa do meio ambiente, mas para a harmonização entre os seres humanos e a natureza.

José Carlos Ruy é jornalista e membro da Comissão Editorial de Princípios e editor do jornal "A Classe Operária"

O capitalismo é o grande responsável pela crise ambiental

ALDO ARANTES

A urgência da crise ambiental colocou o futuro da humanidade na ordem-do-dia, e a defesa do meio ambiente passou a integrar a nova luta pelo socialismo. O projeto nacional de desenvolvimento deve assegurar simultaneamente crescimento econômico e preservação ambiental



No atual debate sobre mudanças climáticas a definição das "responsabilidades comuns, porém diferenciadas" foi um avanço para os países em desenvolvimento

No passado, a questão ambiental tratava, sobretudo, do risco da extinção de certas espécies da flora e da fauna. A constatação do aquecimento global colocou na ordem-do-dia a discussão sobre o futuro da humanidade, trazendo à tona a crise ambiental que o mundo enfrenta. O meio ambiente deixou de ser um assunto somente de especialistas, para interessar a governos, partidos

e a entidades sociais. Hoje esta discussão perpassa o conjunto da sociedade.

Como marxistas, concentramos nossa energia na luta de classes, na construção de uma sociedade socialista. Na nova luta pelo socialismo, o PCdoB valoriza as conquistas da experiência socialista e critica os erros cometidos. Mas, ao mesmo tempo, incorpora novas dimensões da luta social que fazem parte da luta pelo socialismo do século XXI: a luta pela igualdade de gênero, a luta pela igualdade racial, a luta contra qualquer tipo de discriminação e a luta em defesa do meio ambiente.

A Crise Ambiental

Segundo conclusão do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), órgão das Nações Unidas, com a participação de centenas de cientistas de todo o mundo, a intervenção humana é a responsável pela aceleração do aquecimento global. E a terra poderá aquecer entre 1,8°C até 4°C, até o final deste século. As conseqüências serão o derretimento das geleiras, a elevação do nível do mar com o desaparecimento de certas ilhas habitadas e cidades costeiras, a ocorrência de chuvas muito fortes em alguns lugares e a falta de chuvas em outros.

As conseqüências se farão sentir, também, com a escassez de água em certas regiões e a queda da produção de alimentos, causando graves problemas na vida de milhões de pessoas. Na realidade alguns desses fenômenos já vêm ocorrendo, mas poderão alcançar dimensões muito maiores se medidas não forem tomadas para reduzir o efeito estufa.

Existem diferentes pontos-de-vista sobre este assunto. Para alguns setores, o aquecimento decorre, fundamentalmente, de causas naturais. Todavia, há um amplo consenso no sentido de responsabilizar a intervenção humana como a causa principal do aquecimento global. Esta foi a posição adotada pela recente III Conferência Nacional do Meio Ambiente.

Alguns intelectuais sérios defendem o ponto-de-vista contrário. Mas há, também, a indústria do petróleo procurando desconstruir a idéia dos males causados pelo uso dos combustíveis fósseis. Conforme o diário britânico *The Guardian*, o *American Interpraise Institute (AIE)*, que mantém estreitas ligações com a administração Bush, recebeu US\$ 1,6 milhões da Exxon Mobil, destinado a remunerar cientistas britânicos,

norte-americanos e de outros países, que escrevessem artigos questionando o relatório do IPCC. Dez mil dólares era o preço oferecido por cada artigo.

Essa discussão não é meramente científica. Ela tem uma forte conotação econômica e política. Os Estados Unidos, maiores poluidores do mundo, responsáveis pela emissão de 36% dos gases de efeito estufa, não têm interesse em desnudar sua responsabilidade por esta situação, tanto assim que não aceitaram referendar o Tratado de Quioto. Este definiu as "responsabilidades comuns, porém diferenciadas" entre as nações. Ou seja, os maiores responsáveis pelo aquecimento global são aqueles países que há mais tempo e em maior intensidade emitem os gases de efeito estufa.

Além das responsabilidades históricas pela emissão de gases poluentes, um dado que evidencia melhor as responsabilidades atuais pela crise ambiental

diz respeito à emissão per capita de gases de efeito estufa. Conforme o *Caderno de Debates da III Conferência Nacional do Meio Ambiente*, a emissão de carbono por habitante, por tonelada, na Índia, é de 1,34; na China, 3,4; no Brasil, 9,4; nos EUA, 21,84; e na Austrália, 24,94.

Alexander Von Hildebrand, conselheiro de Saúde e Meio Ambiente da Organização Mundial da Saúde, afirmou que é necessário a mudança do estilo de vida ocidental para reduzir as emissões de gases poluentes que provocam a mudança climática. E, ainda, não ser "justo que o Ocidente critique a China pela emissão de CO₂ devido à fabricação de televisões de tela plana, quando seus consumidores estão na Alemanha e na França", e: "Na Europa as emissões de gases de efeito estufa são provocadas pelo luxo no estilo de vida enquanto na China ou na Índia se trata de uma questão de 'sobrevivência' por ter muitas pessoas". Por outro lado, segundo Luiz Pinguelli Rosa afirma, "Os países em desenvolvimento não têm obrigação de reduzir suas emissões porque seu consumo de energia per capita é muito baixo".

A principal fonte de concentração de gás carbônico na atmosfera deve-se à utilização de combustíveis fósseis. Segundo o texto da III Conferência Nacional do Meio Ambiente, entre 1950 e 2000 o uso de combustíveis fósseis e cimento foi responsável por 76,2% da emissão de CO₂ nos países desenvolvidos.

Enquanto os países desenvolvidos têm 3% de sua matriz energética baseados na energia limpa e os pa-

Vinte por cento dos habitantes do planeta consomem 80% de toda matéria-prima e detêm 80% da riqueza da Terra

íses em desenvolvimento 6%, o Brasil possui 45%. Destes, a grande maioria provém do uso da energia hidráulica e do álcool combustível (etanol de cana-de-açúcar).

A crise ambiental, cujo elemento mais importante é o aquecimento global, se manifesta através de outros aspectos.

O desmatamento ocorre de forma acelerada e ininterrupta. Nos países tropicais há um desmatamento anual da ordem de 130 mil km². O desmatamento ocorre como consequência principal do modelo de desenvolvimento capitalista baseado na grande propriedade e na monocultura. No Brasil, o desmatamento, as queimadas e as mudanças do uso do solo foram responsáveis por 75% das emissões de carbono em 1994.

O desmatamento na Amazônia tem sido motivo de grandes debates nacionais e internacionais. Sistemáticamente ressurgem a tese da Amazônia como “pulmão do mundo”, como “patrimônio da humanidade”. Recentemente, o jornal *New York Times*, dos Estados Unidos, em matéria sob o título “De quem é a Amazônia afinal?” destacou, por um lado, que a “sugestão de líderes globais de que a Amazônia não é patrimônio exclusivo de nenhum país tem sido recebida negativamente pelos brasileiros”. Por outro, lembrou uma declaração do ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, quando afirmou: “ao contrário do que os brasileiros acreditam, a Amazônia não é propriedade deles, ela pertence a todos nós”. Esta cobiça imperialista sobre a Amazônia é rejeitada vigorosamente pelo povo brasileiro. A Amazônia é nosso patrimônio. A garantia da soberania sobre a Amazônia se relaciona com uma presença mais efetiva do Estado brasileiro na região. Com o desenvolvimento dos estudos científicos sobre esse importante bioma e a execução de um projeto de desenvolvimento sustentável para a Amazônia que explore suas riquezas, principalmente sua biodiversidade, sem destruir a floresta amazônica.

Outro grave problema ambiental é a perda da biodiversidade. O Brasil detém 20% de toda a biodiversidade do planeta. E a maior parcela dessa rica biodiversidade está na Amazônia. Todavia, 75% dos principais acervos biológicos da biodiversidade brasileira estão depositados fora do país. Este fato coloca a necessidade de maior capacitação científica dos brasileiros no conhecimento das riquezas da Amazônia, com investimentos expressivos em centros de pesquisa e na formação de cientistas na região.

A água é outro aspecto importante da crise ambiental. A partir de 1950 o consumo da água triplicou em todo o mundo. Inúmeros países compram água a preço superior ao do petróleo. Avança o processo

de privatização da água. Empresas multinacionais passam a controlar segmentos importantes de sua comercialização. Conforme previsão do banco Suíço Pictey, em 2015 as empresas privadas fornecerão água potável para cerca de 1,75 bilhões de pessoas. Os maiores fornecedores são Nestlé, Danone, Coca-Cola e Pepsi-Cola. Alguns cientistas afirmam que a água será para o século XXI o que foi o petróleo para o século XX: razão de conflitos e guerras.

O Brasil detém 12% das reservas mundiais de água doce e hoje enfrentamos uma situação em que os agrotóxicos, a destruição das matas ciliares, os efluentes que são jogados nos rios estão levando a uma degradação de nossos recursos hídricos.

Apesar de o Brasil ser o país que tem essa grande reserva de água, há regiões com carência, e aí o conflito se estabelece. A transposição das águas do rio São Francisco é um exemplo disto.

Este tema tem sido objeto de acirrada polêmica. Para os adversários do projeto, a transposição acabará de liquidar com o rio. Na verdade, o São Francisco vem sendo degradado há muito tempo. O projeto atual está muito distante do inicial que previa a transposição de 300 metros cúbicos de água por segundo, sem qualquer iniciativa de revitalização. No projeto atual, este volume será de 26 metros cúbicos por segundo, menos de 1% da vazão do São Francisco, com a revitalização do Rio. Um dado relevante é que a transposição irá beneficiar 12 milhões de pessoas do semi-árido nordestino.

A crise ambiental se expressa, também, nos problemas relacionados ao meio ambiente urbano. Entre 1950 e 2000 a população urbana brasileira, que era de 36%, atingiu 81,25%. Tal crescimento acelerado acarretou graves consequências, como a falta de infra-estrutura, a poluição do ar, sonora, visual e das águas. A impermeabilização do solo causa enormes enchentes e a disposição inadequada do lixo na grande maioria das cidades acarreta sérios problemas de saúde.

A enorme frota de carros além de poluir o ambiente está paralisando os grandes centros urbanos do país. A política de estímulo do transporte urbano coletivo e a ênfase no transporte ferroviário e hidroviário são medidas de grande impacto ambiental e econômico.

Causas da Crise Ambiental

Existem diversas teorias que pretendem explicar as causas da crise ambiental e propor soluções.

Alguns setores defendem o ponto-de-vista de que o alto nível de desenvolvimento tecnológico ligado ao uso de energias não-renováveis é a causa

principal da crise ambiental, e que o desenvolvimento tecnológico é capaz de superar essa crise. Para os defensores dessa posição, a causa e a solução dos problemas são de natureza técnica.

Porém há que se questionar: o desenvolvimento da técnica se faz independentemente das relações sociais?

O ser humano se relaciona com o meio abiótico e com o restante dos seres vivos através de técnicas. A técnica utilizada está condicionada ao desenvolvimento das forças produtivas, determinando a produtividade do trabalho.

Já a relação entre os homens se dá por meio de relações sociais. Elas são estabelecidas no processo de produção, em decorrência da apropriação privada

dos meios de produção. E esta relação social condiciona a relação técnica estabelecida entre o homem e a natureza, nos diferentes modos de produção. No modo de produção escravista, por exemplo, a relação com a natureza se fazia através de instrumentos muito rústicos. Como o objetivo não era a produção de mercadoria, a intensidade de exploração da natureza era mais limitada.

Entre os defensores de que causa principal da crise ambiental é de natureza técnica estão aqueles que consideram que o problema decisivo está no uso dos combustíveis fósseis e no seu caráter finito. Conforme argumento do professor mexicano Guillermo Foladori, o problema não diz respeito, principalmente, ao caráter finito de determinados recursos natu-

Araquém Alcântara



*Parque Nacional da Serra do Divisor.
Acre 2002*

rais, mas, sim à velocidade de sua utilização. E esta velocidade está condicionada ao modo de produção. O petróleo, por exemplo, já existia há muito tempo. Todavia, sua utilização pelo sistema capitalista, como energia, é que permitiu uma velocidade alta na sua utilização. Se o modo de produção é alterado, altera-se a velocidade da utilização de determinados recursos.

O professor Guillermo Foladori, identificando no capitalismo a responsabilidade principal pela crise ambiental, afirma: “enquanto a produção pré-capitalista de valores de uso tem o seu limite na satisfação das necessidades, a produção mercantil para incrementar o lucro não tem limite algum. O lucro e a concorrência conduzem a um ritmo de utilização de matérias-primas e geração de detritos nunca visto na história da humanidade”.

No sistema capitalista, com a propriedade privada dos meios de produção, as parcelas da natureza apropriadas são colocadas em função do lucro e da competitividade. Por esta lógica o sistema capitalista explora ao máximo não somente os trabalhadores, mas também a natureza. E isso foi agravado com o neoliberalismo. Fica, portanto, evidenciado que a causa fundamental da crise ambiental não é de natureza técnica, mas sim social. E que se a solução técnica pode amenizar a crise, sua solução só virá com a alteração do modo de produção capitalista.

Para alguns segmentos, a causa da crise ambiental está na pobreza. Todavia, não é a pobreza a responsável pela crise ambiental, mas a riqueza. Quem polui não são os pobres, mas sim os ricos, os países mais desenvolvidos e os capitalistas e grandes proprietários de terras. A poluição causada por um pequeno produtor rural ou por um “sem teto” que constrói sua casa em área de preservação ambiental é ínfima em relação à poluição causada pelos ricos.

A idéia de que o aumento da população é o responsável pela poluição consiste em outra falsidade. Os países com maior população e menor crescimento econômico são aqueles que poluem menos. Os países que poluem mais são aqueles onde há maior concentração de renda e menor população. Esta teoria de fundo malthusiano não tem o menor embasamento científico.

A Crise Social

Ao lado da crise ambiental temos uma profunda crise social. A concentração de renda no mundo evidencia o fosso entre os países ricos e os países pobres e os pobres e ricos dos países pobres. Vinte por cento dos habitantes do planeta consomem 80% de toda matéria-prima e detêm 80% da riqueza da Terra. Há

um brutal processo de concentração de riqueza em nível internacional. Por isso, os países em desenvolvimento não podem abrir-mão do seu desenvolvimento.

No Brasil o desenvolvimento se deu com uma grande concentração de renda. Durante o governo do presidente Lula o desenvolvimento se faz invertendo, em certa medida, esta lógica. Segundo estudos do IPEA, os 10% mais pobres tiveram entre 2001 e 2005 um incremento de sua renda de 36%. Neste mesmo período o aumento real do salário-mínimo foi de 32%. É o menor índice de pobreza dos últimos 125 anos.

Todavia, esta situação ainda está muito longe do ideal. A distribuição da renda no Brasil continua sendo a 11ª pior do mundo, onde 1% dos mais ricos detém a renda equivalente a 50% dos mais pobres.

Portanto, o Brasil não pode absolutizar a questão ambiental e simplesmente esquecer que temos uma profunda crise social. É necessário, então, combinar o desenvolvimento com distribuição da renda e a defesa do meio ambiente.

Desenvolvimento Sustentável

A luta ambientalista, como toda luta social, é permeada por várias correntes. Essas visões diferenciadas procuram dar uma resposta à relação entre desenvolvimento e meio ambiente.

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu um como uma idéia capaz de unir diferentes setores. Mas, na realidade, ela é permeada por diferentes correntes de opinião.

Dentre elas destaca-se a modernização ecológica. Segundo tal concepção, a solução da crise ambiental se dará através do mercado. O Estado deve ter seu papel reduzido nas questões ambientais. Esta corrente propõe a adoção de medidas técnicas e a adoção de instrumentos econômicos de gestão ambiental. É a visão neoliberal, hoje predominante no mundo.

Outra corrente é a da sustentabilidade democrática. Ela critica o sistema capitalista, mas não apresenta uma alternativa de sua superação. Propõe o aprofundamento do processo democrático com a incorporação da vertente ambiental. Defende o papel de um Estado democrático na condução de políticas públicas de defesa do meio ambiente.

Os ecologistas utópicos fazem uma crítica ao sistema capitalista advogando uma “volta ao passado”. Trata-se de uma defesa romântica da vida rural, em pequenas propriedades. A saída para os males do capitalismo não está no retorno ao passado, mas na adoção de um salto de qualidade para um novo modelo de desenvolvimento.

Para os marxistas, a causa fundamental da crise do meio ambiente é de natureza social. Ela decorre do modo de produção e do consumo capitalistas. Sua superação somente virá com um novo modelo de desenvolvimento que solucione as questões sociais e incorpore de forma definitiva a questão ambiental. Com a adoção de um modo de produção voltado para os interesses da coletividade e não para o lucro, o modo de produção socialista.

Marx e Engels expressaram concepções bastante avançadas sobre a relação entre o homem e a natureza. Defenderam a idéia de que o homem é parte da natureza. De que há uma metamorfose na relação entre o homem e a natureza em que este transforma a natureza e por ela é transformado. Eles ressaltaram o papel do sistema capitalista na exploração da força de trabalho e na degradação da natureza.

Todavia, no processo de construção do socialismo na União Soviética instalou-se uma visão produtivista que absolutizava o desenvolvimento. Esta política decorreu do grau de atraso da sociedade soviética e da necessidade de, rapidamente, se preparar para a guerra iminente. No entanto, passado o período da guerra esta visão continuou, deixando de lado a questão ambiental.

A nova luta pelo socialismo, o socialismo do século XXI deve incorporar uma série bandeiras da luta contemporânea como a questão de gênero, a luta contra a discriminação racial e a luta em defesa do meio ambiente.

Desenvolvimento e Meio Ambiente

O socialismo, por si só, não resolverá a questão ambiental porque esta luta tem uma autonomia relativa e necessita ser tratada mesmo após a conquista do socialismo. No entanto, numa sociedade em que o objetivo fundamental é o bem-estar coletivo e não o lucro, as condições são muito mais favoráveis para avançar na solução deste problema.

Os marxistas desenvolvem a ação política com base na situação concreta. Uma vez que vivemos numa sociedade capitalista, temos de aprofundar o processo democrático para acumularmos forças no sentido da construção de uma sociedade socialista. E nesta luta coloca-se com ênfase a questão ambiental, como parte integrante de um Projeto

Para os marxistas, a causa fundamental da crise do meio ambiente é de natureza social. Ela decorre do modo de produção e do consumo capitalistas

Nacional de Desenvolvimento Sustentável. Todavia, não podemos admitir a idéia de paralisar o desenvolvimento.

Esta questão esteve presente na III Conferência Nacional do Meio Ambiente. Nos debates sobre o aquecimento global o professor norte-americano Joel Kovel fez uma crítica rigorosa à responsabilidade do capitalismo pela crise ambiental, propondo o ecossocialismo como saída. Todavia, não fez nenhuma diferenciação entre os países altamente desenvolvidos, maiores responsáveis históricos pela emissão de gases de efeito estufa e os países em desenvolvimento. Propôs como saída imediata, para todos os países, a paralisação do desenvolvimento.

Os países ricos procuram dividir, de forma injusta, as responsabilidades pela crise ambiental com os países em desenvolvimento. Defendem o estabelecimento de metas de emissão de gases de efeito estufa para estes últimos, impondo como consequência natural uma limitação de seu desenvolvimento.

Isso implicaria em congelar as relações de desigualdade existentes em nível internacional. Os países ricos continuariam ricos e os pobres continuariam pobres. No entanto, os países em desenvolvimento necessitam gerar riquezas, se desenvolver para avançar na solução de seus problemas sociais.

Para certos ambientalistas, a questão social não é mais a questão central a ser resolvida, mas sim a questão ambiental.

Para os marxistas, a questão central continua sendo a questão social, com a superação do modo de produção capitalista. Porém, incorporando a defesa do meio ambiente como parte integrante da nova luta pelo socialismo.

Os marxistas atuam sobre a realidade levando em conta a situação concreta de cada momento. No atual quadro político vivido pelo país trata-se de aprofundar o processo democrático, com vistas a acumular forças no sentido do socialismo. E a tarefa atual é colocar em prática um Projeto Nacional de Desenvolvimento Sustentável.

A globalização neoliberal difundiu a falsa idéia da superação dos Estados nacionais. Assim sendo a idéia de Projeto Nacional de Desenvolvimento ficava superada. Tratava-se de se integrar ao mundo globalizado.

Os países que seguiram esta lógica paralisaram o

seu crescimento. O Brasil foi um deles. Permaneceu vários anos com índices medíocres de desenvolvimento, desnacionalização da economia, privatizações de importantes empresas públicas, quebra de direitos sociais e submissão à lógica do capital financeiro e do imperialismo norte-americano.

Os países que não se submeteram a esta lógica cresceram e melhoraram as condições de vida do seu povo. É o caso da China e da Índia.

O PCdoB sempre defendeu, de uma forma enfática, a necessidade de um projeto nacional de desenvolvimento que unifique as energias do povo brasileiro. O Projeto Nacional de Desenvolvimento Sustentável deve assegurar o crescimento da economia, a geração de emprego, a distribuição da renda, a afirmação da cultura nacional, a defesa do meio ambiente, o aprofundamento da democracia e a integração latino-americana.

O PCdoB não partilha da idéia de desenvolvimento a qualquer preço. Também não aceita certas posições que transformam a defesa do meio ambiente em fator de paralisia no nosso desenvolvimento. A saída é, portanto, o Projeto Nacional de Desenvolvimento Sustentável que combine um conjunto de aspectos todos eles importantes para o desenvolvimento equilibrado do nosso país.

Como partes integrantes da vertente ambiental do Projeto Nacional do Desenvolvimento deverão estar inseridas a luta contra o desmatamento e a ampliação da política de diversificação da matriz energética.

Em relação ao desmatamento o objetivo principal se volta para a Amazônia. Em 2004 foram desmatados 26,1 mil km² da mata amazônica. No governo Lula, entre 2004 e 2007, o desmatamento nessa região caiu para 11,2 km². Em 2007 o desmatamento na Amazônia voltou a crescer e o governo desencadeou a Operação Arco de Fogo para combater o desmatamento ilegal. Também em outros biomas, como o cerrado e a caatinga, sua cobertura vegetal tem sido desmatada para fazer carvão para a indústria metalúrgica. O combate rigoroso do Estado ao desmatamento ilegal e o estímulo a políticas de desenvolvimento sustentável destas regiões são fundamentais para conter o desmatamento.

A diversificação da matriz energética e a utilização de fontes de energia limpa já são uma realidade no Brasil. Todavia, o país tem condições de jogar im-

portante papel na ampliação da produção da energia da biomassa, particularmente do etanol da cana-de-açúcar e do biodiesel. Isto porque temos muito sol, água e terra disponível para a produção agrícola.

O Brasil não pode perder esta oportunidade de se transformar num grande produtor de energia limpa.

Críticas são suscitadas contra o etanol sob a alegação de que sua produção provoca a elevação do preço dos alimentos. Na realidade, o crescimento exagerado do preço dos alimentos tem relação com a produção do etanol do milho produzido nos Estados Unidos. Todavia, existem outras causas, mais decisivas, para este aumento. Dentre elas destacam-se o crescimento do consumo de alimentos pela China e Índia, a redução da produção em decorrência de fatores climáticos,

a brutal elevação do preço do petróleo e a especulação com as "commodities" nas bolsas de valores.

Medidas necessitam ser tomadas pelo governo brasileiro no sentido de evitar eventuais conseqüências malélicas decorrentes da produção da cana-de-açúcar em larga escala. Dentre estas, o zoneamento ecológico-econômico que tenha

um caráter obrigatório e estabeleça as regiões de plantio de alimentos, cana-de-açúcar e as áreas de preservação ambiental.

Outra medida a ser tomada diz respeito à limitação da compra de terras por estrangeiros. Estimulados pela busca de alternativas energéticas não poluentes, em nível internacional, um grande número de empresas e pessoas físicas estrangeiras está comprando grandes extensões de terras no país.

Para o PCdoB, o meio ambiente é um elemento estruturante do projeto nacional de desenvolvimento, e da luta pelo socialismo do século XXI.

Desenvolvimento sim, mas com a defesa do meio ambiente. Defesa do meio ambiente sim, mas com a garantia do desenvolvimento.

Aldo Arantes – ex-deputado federal, ex-secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do estado de Goiás e atualmente secretário nacional do Meio Ambiente do PCdoB e da Fundação Maurício Grabois.

Este artigo é derivado da intervenção feita pelo autor no Seminário "Meio Ambiente e desenvolvimento", promovido pela Fundação Maurício Grabois e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em Brasília, em 10 e 11 de abril de 2008.

Os países em desenvolvimento necessitam gerar riquezas, se desenvolver para avançar na solução de seus problemas sociais

A Geopolítica do Aquecimento Global

Uma visão crítica da geopolítica dos temas ambientais é fundamental para não cometermos equívocos que acabam contrariando nosso próprio interesse nacional, e o dos demais países em desenvolvimento, bem como causa mais ampla da preservação ambiental do planeta



LUIS FERNANDES

Procurarei focar a temática da geopolítica do aquecimento global sob uma perspectiva histórica que a situa no processo de formação do sistema internacional moderno.

Durante quatro anos (de 2004 a 2007) fui secretário executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia que, no governo brasileiro, é o ponto focal do tema das mudanças climáticas e aquecimento global, embora ele seja abordado em diversos ministérios. Como coordenador das atividades relacionadas a esse tema participei ativamente dos processos de negociação internacional sobre a questão.

As posições da diplomacia brasileira, que se baseiam no princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas” – ou seja, na lógica das responsabilidades históricas em relação ao aquecimento do planeta –, têm tido impacto decisivo sobre a formação dos regimes internacionais associados a temas ambientais. Essa diretriz tem pautado a agenda das

nações em desenvolvimento agregadas no Grupo de 77 países, mais a China. Além de desempenhar papel de relevo nas negociações do regime internacional de mudanças climáticas, o Brasil apresenta ao mundo alternativas inovadoras e efetivas de desenvolvimento limpo, como os programas do biocombustível e do etanol baseado no álcool de cana de açúcar. O ministro Luiz Alberto Figueiredo, do Itamaraty, que nos honra com sua participação neste debate, além de presidir as negociações mundiais em torno da evolução desse regime, é o principal negociador brasileiro nos foros internacionais sobre o tema.

Hoje vemos países centrais do capitalismo se valerem da bandeira ambiental para tentar bloquear o desenvolvimento dos países dependentes. Usam o argumento de que estes adotam tecnologias poluidoras e tratam de impor uma legislação internacional bloqueadora da sua capacidade de desenvolvimento. No fundo, esse discurso se baseia numa lógica de reprodução e congelamento das assimetrias existentes



Pintura de Bartholomeus van der Helst, 1649 - Óleo sobre tela

Banquete em celebração da paz de Münster. A chamada Paz de Westfália (1648 – também conhecida como os Tratados de Münster e Osnabrück) coroou o fim da Guerra dos 30 Anos e marcou o nascimento do sistema internacional moderno

no sistema internacional.

Para se ter uma compreensão adequada dos interesses em jogo nessa questão é fundamental considerar as conexões históricas entre o advento da revolução industrial, a formação do sistema internacional contemporâneo e a opção tecnológica pela energia fóssil, que sustentou essa revolução e o próprio desenvolvimento do sistema. É o que abordarei a seguir.

O processo de formação dos Estados nacionais unificados na Europa, sobretudo na Europa ocidental, está na origem do sistema internacional moderno. Neste processo a chamada Paz de Westfália (1648), que coroou o fim da Guerra dos 30 Anos na Europa, marcou o nascimento do sistema internacional moderno. Através desta paz as relações anárquicas (não-subordinadas a um poder imperial formal) entre os Estados passaram a suplantam a autoridade transnacional, exercida pela igreja com muita força até então. Tratava-se de um sistema europeu, com prolongamentos coloniais nas Américas – o chamado Novo Mundo – aonde ele chegava por intermédio do colonialismo mercantilista. Às vezes, nos esquecemos – por vivermos em uma formação econômico-social gestada por essa mesma expansão colonial – de que esse sistema europeu não era o único existente no mundo. Havia, na época, sistemas mundiais alternativos e concorrentes como os da China – o “Império do Meio” –, da Índia – uma civilização extremamente avançada e consolidada –, do Império Otomano, entre outros. Todos eram sistemas mundiais opostos ao sistema internacional que nasceu na Europa oci-

dental.

Fernand Braudel (historiador francês 1902/1985) trata desse assunto classificando os sistemas mundiais por capacidade produtiva das civilizações na época dos descobrimentos. Como habitamos uma área do globo em que a chegada dos colonizadores europeus se confrontou com civilizações menos desenvolvidas, que foram rapidamente dizimadas ou dominadas, temos uma imagem de esmagadora superioridade global europeia na época. Mas, conforme indica Braudel, em relação a outros sistemas e outras civilizações a Europa era, na verdade, relativamente atrasada. As principais referências de civilização na época, em termos de produtividade econômica, desenvolvimento tecnológico e refinamento cultural,

eram o mundo árabe, a Índia e a China. O mundo ainda conviveria, por mais quatro séculos, com as disputas entre estes sistemas civilizacionais-mundiais alternativos.

Essas disputas só foram resolvidas depois da revolução industrial, já no século XIX, que tornou hegemônico o sistema internacional europeu no mundo. Isso se deveu, basicamente, à aplicação, pelos países da Europa Ocidental, da vantagem tecnológica propiciada pela

revolução industrial para fins bélicos, possibilitando, assim, a conquista e a subordinação dos outros sistemas mundiais alternativos que coexistiam com o sistema internacional europeu até então.

Alguns marcos são importantes nesse processo: a derrota da China na Primeira Guerra do Ópio em 1848; a efetiva colonização da Índia pela Companhia das Índias britânica ao longo do Século 19; e, depois,



A revolução industrial do século XVIII marcou uma nova etapa do capitalismo baseada nas indústrias

ao fim da Primeira Guerra Mundial (1918), o desmantelamento e aniquilamento do império otomano. Sobre a derrota da China nas Guerras do Ópio sublinhe-se o fato de se tratar de guerras de dominação movidas pela principal potência europeia da época (a Inglaterra) para manter abertas rotas de narcotráfico. Ou seja, a China foi “punida” por querer regular, controlar e restringir o narcotráfico!

Tais fatos, em conjunto, foram fundamentais para a unificação econômica e política do mundo. Econômica por subordinar todo o globo a um novo modo de produção capitalista, ao qual se associavam novos padrões de consumo. Política porque o sistema internacional moderno – até então era europeu com ramificações coloniais nas Américas – se tornou global e dominante devido ao progresso tecnológico advindo da revolução industrial e as aplicações bélicas dele decorrentes. A expansão colonial do século XIX, com a imposição de relações de dependência, foi expressão dessa unificação do globo pelo modo de produção capitalista, e constituiu o sistema internacional em sua forma atual: de alcance planetário e profundamente assimétrico.

Houve, com isso, um retalhamento do globo em territórios econômicos dominados por distintas potências coloniais europeias, complementado pela chegada tardia dos Estados Unidos e do Japão à partilha. O esgotamento da partilha do mundo em territórios econômicos dominados por grandes grupos monopolistas gerou uma configuração estrutural marcada por dupla assimetria: geopolítica e econômica.

Quero destacar, agora, um ponto que considero fundamental para o nosso debate sobre o meio ambiente. As opções energéticas que estavam na matriz da revolução industrial – que, como vimos, permitiu ao sistema internacional europeu, através da vantagem tecnológica, se tornar mundialmente dominante – foram as que, dois séculos depois, se revelaram as grandes responsáveis pela crise ambiental global batizada de “aquecimento global” em função do efeito estufa.



A expansão colonial do século XIX, com a imposição de relações de dependência, foi expressão dessa unificação do globo pelo modo de produção capitalista, e constituiu o sistema internacional em sua forma atual: de alcance planetário e profundamente assimétrico

O reconhecimento desse processo é a linha condutora do princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”. Não podemos abstrair o fenômeno do aquecimento global dessa responsabilidade histórica. Temos de situar seu enfrentamento junto ao esforço para reduzir as assimetrias herdadas da história do sistema internacional.

E o Brasil, com uma atuação de liderança entre os países em desenvolvimento, conseguiu inscrever esse princípio da diferenciação das responsabilidades históricas no regime internacional de mudanças climáticas no Protocolo de Kyoto. Desse modo, o Protocolo contempla as diferenças quanto às responsabilidades ambientais entre os países que se tomaram dominantes no mundo a partir de seus processos de industrialização baseados na utilização de combustíveis de origem fóssil (inicialmente carvão, depois petróleo) e os atuais países em desenvolvimento. Trata-se de um grande momento da diplomacia brasileira e o ministro Figueiredo – que participa deste debate – foi um de seus artífices.

Mas em qual contexto se dá essa vitória? O marco

mais distintivo, evidentemente, é o da Conferência Mundial do Meio Ambiente em 1992 no Rio de Janeiro. Mas a Rio-92 é uma conferência recente, realizada há menos de duas décadas. Suas conclusões são fruto de longas e complexas lutas que geraram uma nova compreensão sobre o tema. E qual é o contexto dessa discussão internacional?

Em primeiro lugar, o de preservação e agravamento de fortes assimetrias no processo de descolonização no mundo. Os antigos impérios coloniais na África e na Ásia se desmantelaram, mas permaneceram relações de dependência e profunda desigualdade econômica e política.

Em segundo, o das reações empreendidas pelos países centrais do capitalismo para confrontar a dinâmica de desenvolvimento desigual no sistema internacional. O conceito de desenvolvimento desigual a que me refiro aqui é o desenvolvido por Lênin na sua teorização do imperialismo, que não remete centralmente à temática da crescente polarização entre

países ricos e pobres – como muitos pensam erroneamente – e sim à tendência à decomposição das potências dominantes no sistema em função da natureza cada vez mais rentista e parasitária dos seus processos de acumulação de capital. Em resposta, essas potências se movimentam para tentar impedir o surgimento de novas potências rivais a partir dos pólos de poder econômico e político em ascensão no sistema internacional.

Por fim, o do colapso do antigo campo socialista que havia desempenhado papel importante na promoção dos próprios processos de descolonização na segunda metade do século XX.

Nesse cenário é que se discute o regime internacional das mudanças climáticas e se desenvolve a batalha, ainda em curso.

Os países capitalistas centrais procuraram impor a concepção de que o aquecimento global é um problema comum da humanidade, e ponto. De maneira hipócrita, conclamam todos a adotarem as medidas necessárias, mas agem procurando afetar o mínimo possível o interesse das suas próprias empresas. Nessa batalha, a sabedoria da diplomacia brasileira, como já salientei, foi a de evitar o isolamento e liderar uma resposta articulada dos países em desenvolvimento. Em conjunto estes países conseguiram inscrever o princípio das responsabilidades históricas no regime internacional de mudanças climáticas, via Protocolo de Kyoto. Este protocolo diferencia as responsabilidades dos países centrais e dos países em desenvolvimento no regime. Para os países centrais, listados no Anexo I do Protocolo, foram fixadas metas quantitativas de redução da emissão de gases responsáveis pelo efeito estufa. Os países em desenvolvimento, por sua vez, assumiram o compromisso de implementar medidas e programas de redução da emissão de gases poluentes, mas sem assumir metas de redução pré-estabelecidas.

Destaco um ponto importante nesta equação: a acumulação dos gases responsáveis pelo efeito estufa é, como o título já diz, **cumulativa**. O aquecimento que vivemos agora no mundo, causado pelo homem, não é fruto das emissões efetuadas neste ou nos últimos anos, e sim do impacto acumulado das emissões nos dois últimos séculos, já que o principal gás poluente – o gás carbônico – leva 150 anos para se dissipar na atmosfera. Ou seja, os países que to-

maram a dianteira nos processos de industrialização que gestaram o capitalismo moderno devastaram o planeta para alcançar a centralidade que hoje detêm no sistema internacional. Financiar a adoção de alternativas de desenvolvimento limpo nos países em desenvolvimento – lógica que ordena o chamado “mecanismo de desenvolvimento limpo” no âmbito do Protocolo de Kyoto – é uma forma de compartilhar os custos do enfrentamento do aquecimento global sem sacrificar o direito ao desenvolvimento dos países menos industrializados. Em última instância, trata-se da inscrição de uma lógica antiimperialista no regime internacional de mudanças climáticas, porque confronta simultaneamente o efeito estufa e a concentração de poder econômico e político no sistema internacional.

Os países dominantes se recusam a aceitar ou implementar essa lógica, apesar de sua proclamação e oficialização nos acordos internacionais sobre mudanças climáticas. Os Estados Unidos se negam a ratificar o Protocolo de Kyoto. Já a União Européia (UE) procura forçar a sua alteração, esquivando-se do cumprimento de compromissos já assumidos e

pressionando para os países em desenvolvimento assumirem metas quantitativas de redução de emissão de gases poluentes. São posturas que negam o princípio das responsabilidades históricas que, como vimos, estrutura o regime internacional de mudanças climáticas. O Brasil, por sinal, desenvolveu inúmeras alternativas tecnológicas de energia limpa – que lhe permitem ostentar, hoje, uma das matrizes energéticas mais limpas do planeta – sem estar submetido a qualquer imposição de metas quantitativas de redução de emissão de gases poluentes no âmbito do Protocolo. A questão de fundo, portanto, é os países centrais resistirem a assumir a sua responsabilidade histórica pelo aquecimento global e tratarem de transferir essa responsabilidade para os países em desenvolvimento.

Abordar a crise ambiental superficialmente, sem levar em conta o processo geopolítico que a gestou, nos levaria a aceitar a falsa conclusão de que compete aos povos dividirem por igual o custo do enfrentamento do aquecimento global. Essa idéia, infelizmente, influencia setores do movimento ambientalista brasileiro. O problema é que setores bem-intencionados, preocupados com o aquecimento do

os países que tomaram a
dianteira nos processos de
industrialização que gestaram
o capitalismo moderno
devastaram o planeta para
alcançar a centralidade
que hoje detêm no sistema
internacional

planeta – um problema global de fato –, absorvem cegamente esse discurso e tornam-se críticos da posição brasileira.

Quando se abstrai o processo histórico e geopolítico da agenda ambiental, corre-se o risco de defender a posição hipócrita dos países centrais que instrumentalizam bandeiras ecológicas para congelar a distribuição desigual de poder e riqueza no sistema internacional. Faz-se necessário manter uma visão crítica da agenda ambiental dos países centrais. Será que essa agenda é movida por uma preocupação genuína com o aquecimento global ou com a preservação das florestas tropicais nos países em desenvolvimento? Nesse caso, cabe perguntar: o que sobrou das florestas nativas na Europa ou nos EUA? Isso não significa que devemos ser lenientes em relação à devastação das nossas próprias florestas para viabilizar

o nosso desenvolvimento. Devemos, isto sim, propor alternativas que viabilizem o desenvolvimento sustentável do nosso país, sem nos curvar às profundas assimetrias que marcam o mundo contemporâneo. O conceito de desenvolvimento sustentável combinado com o princípio das responsabilidades históricas nos fornece a chave para escapar dessa armadilha.

Uma visão crítica da geopolítica dos temas ambientais é fundamental para não cometermos equívocos que acabam contrariando nosso próprio interesse nacional, e o dos demais países, em desenvolvimento, bem como causa mais ampla da preservação ambiental do planeta.

Luis Fernandes é professor do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio e da UFRJ, e é o atual presidente da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos).

Este artigo é derivado da intervenção do autor no Seminário Meio Ambiente e desenvolvimento, promovido pela Fundação Maurício Grabois e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em Brasília, nos dias 10 e 11 de abril de 2008.



Cartaz pró-desenvolvimento industrial na URSS – livro 500 anos de Arte Russa

A Questão ambiental no socialismo do Século XX

Um dos problemas cruciais enfrentados pelas experiências socialistas do século XX foi o fato de terem surgido na periferia e semiperiferia do capitalismo. Nesses países a técnica mais avançada não estava nem desenvolvida, nem consolidada. Nas circunstâncias históricas concretas enfrentadas – nas quais se destacava um hostil cerco capitalista – a superação do atraso teve de se realizar pelo caminho da industrialização acelerada. Podemos dizer que esse caminho, mais do que uma escolha, foi uma imposição das circunstâncias. Essas experiências todas se desenvolveram envoltas em dramática luta pela sobrevivência. A opção pela industrialização acelerada foi, portanto, uma imposição do imperativo da sobrevivência no contexto geopolítico da época.

Se a União Soviética, por exemplo, não tivesse deflagrado no final dos anos 1920 um ambicioso e custoso processo de industrialização acelerada, não teria reunido condições para se transformar no baluarte da derrota do nazifascismo na Segunda Guerra Mundial. Noventa e cinco por cento de todas as armas usadas na resistência à invasão nazista foram produzidos pelo parque industrial montado nos anos 1930. Obviamente, essa rápida industrialização, ditada por necessidades objetivas, gerou um gigantesco passivo ambiental, associado a forte impacto social. Para além dessa dimensão “objetiva”, há que se registrar, também, que não havia consciência plena da necessidade de incorporar o enfrentamento da crise ambiental ao próprio projeto de emancipação socialista.

Portanto, são duas questões: condicionantes históricos e insuficiente consciência da questão ambiental como componente da edificação do novo sistema econômico-social. Como simbolismo disso podemos citar os cartazes concebidos no estilo do realismo socialista para estimular o esforço de industrialização acelerada da URSS nos anos 1930, nos quais se destaca a imagem de operários musculosos, determinados e confiantes, tendo ao fundo chaminés de fábrica soltando nuvens de fumaça como expressão máxima da modernidade em construção. (L.F).

Conhecer a Amazônia é imperativo para defendê-la e desenvolvê-la

ENNIO CANDOTTI

O professor Enio Candotti, ex-presidente da SBPC, apresenta o seu libelo em defesa do fortalecimento da pesquisa científica nacional na Amazônia. Uma legião de jovens cientistas formados em universidades e institutos da região irmanados com os sábios caboclos e indígenas serão capazes de grandes feitos e realizações – argumenta. O professor também sublinha a necessidade de um ajuste na relação entre os movimentos sociais e a comunidade da ciência



Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). A mais antiga instituição de pesquisas da região Amazônica

Há 20 anos viajo regularmente para a Amazônia e, nestes últimos, há um sorriso novo nas crianças. Por volta de 1986 li, em um jornal de Manaus, o seguinte aviso: “procuram-se engenheiros desde que não sejam formados na Universidade do Amazonas”. Ou seja, a Zona Franca, a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) se desenvolvia de costas para a universidade. As primeiras discussões com a Suframa sobre investimento na universidade, em ciência e em tecnologia demoraram, sem dúvida, quinze anos. Hoje, há projetos na universidade financiados por ela e até dinheiro que ela diz não poder empregar em ciência e tecnologia por estar contingenciado. Foi criada uma Fundação de amparo à pesquisa que investe 40 milhões em pesquisas e bolsas. As coisas estão mudando por lá, mas não de forma acelerada.

Posso dar um dado simples: o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e o museu Goeldi – as duas maiores instituições de pesquisa que têm a Amazônia como campo de estudo – recebem, ao todo, R\$ 40 milhões em doação. É um investimento muito pequeno. Só o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), por exemplo – que fica em São José dos Campos, São Paulo, e pesquisa as áreas espacial e ambiente terrestre –, recebe R\$ 150 milhões. Há um desequilíbrio do desenho político do desenvolvimento da ciência e tecnologia na Amazônia, sobre o qual precisamos pensar.

Todas as exposições e discussões até agora insistem em localizar o gargalo do desenvolvimento na possibilidade de formar quadros especializados, desenvolver pesquisas científicas e conhecer mais a Amazônia. Como sabemos, a pesquisa científica é, comumente, identificada pelos movimentos sociais,



Araquém Alcântara

Os últimos representantes da tribo Akunt'su Corumbiara, Rondônia, 2005

por muitos políticos e por muitos brasileiros, como um instrumento de poder do capital. Devemos mudar esse modo de ver a ciência.

A discussão sobre os transgênicos, por exemplo, se dá por eles serem da Monsanto e não porque a tecnologia de transgenia poderia ou não ser usada para o progresso, para o desenvolvimento e para o bem do povo.

Eu gostaria de perguntar a todos – mesmo àqueles que são contra os transgênicos: se conseguíssemos aumentar a produtividade de álcool, ou de óleo de mamona, ou de dendê, com um dendê geneticamente modificado, mas que dobrasse o seu rendimento, alguém seria contra? Obviamente, desde que não fosse algo mortal para os ambientes próximos, todos seriam a favor.

Precisamos ter cuidado para não alimentar os movimentos sociais com palavras-de-ordem difíceis

de serem corrigidas quando essas mesmas técnicas jogam em nosso favor. Ou seja, quando uma empresa como a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) fizer um transgênico seguro, com capacidade de melhorar o alimento ou a produtividade, como vamos dizer que agora, feito pela Embrapa, é transgênico “do bem”? Não é uma questão de ser do bem ou do mal. Temos de analisar cada caso. Inclusive as razões científicas devem ser usadas com sabedoria para evitar que os mercados sejam ocupados por interesses que não nos convenham. Sabemos também que a “ciência” – tal qual os advogados – por vezes dá as respostas que convém a quem solicita, ao capital também. Mas isso não deve nos paralisar. A ciência também precisa ser politizada para que sirva aos interesses de todos e não de poucos.

Esse é um primeiro apelo. Além disso quero dizer que percebo que parcelas dos movimentos sociais

vêm a ciência e os pesquisadores científicos com hostilidade. Isso pelo fato de os pesquisadores não serem vistos como pessoas generosas a serviço do bem comum. Numa aldeia indígena, um pesquisador poderá ser visto como alguém que pretende se apropriar de determinados conhecimentos tradicionais, ao passo que esta mesma aldeia perdoa padres e pastores, católicos ou evangélicos, que muitas vezes introduzem na cultura indígena as certezas dos evangelhos, o diabo, o pecado e hostilizam os chams e os saberes tradicionais.

E eu procurei saber por que os indígenas tratam melhor os padres – que interferem em suas crenças e em sua história e que querem mudar a sua visão do mundo – do que os cientistas, que não questionam esses saberes, pelo contrário procuram preservá-los. As respostas que obtive foram baseadas em argumentos de que os padres e pastores ajudam nos cuidados com a saúde, oferecem instrumentos, medicamentos, ajudam a conseguir instrumentos e vantagens para as comunidades etc.

Essa “troca” os cientistas não fazem. Será por isso que eles são muitas vezes identificados como inimigos? Esse é um problema que quero colocar para debate. Trata-se da defesa das culturas indígenas, e também um eventual compartilhamento dos saberes em mão dupla. Uma convivência que deve ser disciplinada, mas não burocratizada. Deve-se defender os interesses indígenas, mas também se deve defender o fato de que, sem uma possibilidade de colaboração, perde-se a possibilidade de preservar esses conhecimentos e usá-los sempre que possam beneficiar a todos, inclusive aos detentores desses saberes.

Este é um problema político. A repartição de benefícios e a lei de acesso à biodiversidade estão sendo discutidas no governo e em breve no Congresso. É preciso que a lei de acesso à biodiversidade seja vista com olhos de quem quer conciliar os interesses entre o progresso da ciência, a soberania nacional e os interesses dos povos da floresta. E não de quem quer ver na ciência uma ameaça. Ela é necessária para defender a soberania nacional no domínio da biodiversidade.

Lembrando que até agora, neste Seminário, falamos insistentemente que precisamos de ciência para promover o desenvolvimento. O problema é

que sendo os investimentos nacionais reduzidos, poucas dezenas de milhões de dólares trazidas pelas associações internacionais acabam direcionando as pesquisas, definindo o que deve e o que não deve ser pesquisado e, em geral, tratam de questões que interessam a eles e nem sempre a nós.

Ora, se nós colocássemos 200, 300 milhões de dólares na pesquisa e em conservação ambiental quem definiria o que e como pesquisar seríamos nós. Se nós conseguíssemos mudar um pouco as prioridades de desenvolvimento provavelmente teríamos recursos para orientar, e inclusive usar a nosso favor, essa meia dúzia de influências estrangeiras.

Não acredito no discurso conspiratório de: “estão querendo internacionalizar a Amazônia”. Os maiores responsáveis pelo lentíssimo desenvolvimento em C&T da região somos nós mesmos e do econômico e social também!

Uma política decidida de desenvolvimento científico e tecnológico faria com que os recursos internacionais investidos na área seriam apenas uma “sobremesa”.

O imenso Parque Nacional do Tumucumaque no Amapá foi “comprado” pela WWF por 5 milhões de dólares, porque foi a única instituição que colocou dinheiro e gente para

fazer as pesquisas necessárias à proteção do parque. Ora, será possível que não tenhamos capacidade de cobrir aquele dinheiro e definir por nossa conta a pauta de pesquisa naquela região cuja extensão é maior do que muitos estados europeus? Será que não conseguimos formar 10 ou 20 mil pesquisadores em dez anos na região amazônica? O que é isso? Se nós conseguimos formar 10 mil pesquisadores por ano no país, por que não poderíamos colocar mil todo ano na Amazônia, ou na Grande Amazônia – no Pará, Amazonas, Amapá, Acre, Rondônia e Roraima? São perguntas para as quais precisamos, de alguma forma, dar respostas.

Temos, sim, de ir para as ruas e socializar, politizar a discussão sobre o desenvolvimento de C&T. Entretanto, ao politizá-la teremos de aprender a lidar com a dura argumentação de que, com a entrada das máquinas, aumentaram as demissões. Para o povo, ciência é equivalente a máquina, e máquina é equivalente a demissão e perda de emprego.

Há muito tempo nossos sindicatos esqueceram, nas negociações, de lutar pela preservação dos empregos quando isso está relacionado com a automa-

É preciso que a lei de acesso à biodiversidade seja vista com olhos de quem quer conciliar os interesses entre o progresso da ciência, a soberania nacional e os interesses dos povos da floresta

ção e a modernização das fábricas. Joga-se sempre um contra o outro e, obviamente, quem perde são os trabalhadores.

Quais sindicatos têm, de fato, um atento departamento de ciência e tecnologia, e lutam pela nova qualificação das pessoas expulsas pelas máquinas? Que entrem, sim, os robôs nas fábricas, mas aumente o número de projetistas, vendedores, organizadores, técnicos, engenheiros, daqueles que não podem ser substituídos por robôs, e que podem ser formados.

Não é mistério para ninguém que isso ocorre na Europa, mas entre nós isso parece meta distante, ainda não ocorre. Portanto, temos um sensível campo da política de C&T e seu impacto social para atuar.

Diria mesmo que se nós não conseguimos acelerar o desenvolvimento em C&T, é porque as relações entre movimentos sociais e comunidades acadêmicas e científicas não são firmes, cúmplices, solidárias. Não contamos com o apoio da sociedade, dos trabalhadores nessa luta. Falta, portanto, uma discussão mais profunda, mais ampla, sobre como vemos a ciência e a tecnologia. E quando falo em ciência falo do uso da ciência para aliviar a fadiga humana, da formação de gente, do uso de inteligência, da capacidade de vencer batalhas e usar o conhecimento para benefício de todos.

Todos sabem que se um estrangeiro ou um brasileiro leva para o exterior um microorganismo da Amazônia isso comove, preocupa as autoridades e os políticos muito mais do que a queimada de 10 mil km².

Ou seja, admitimos a destruição, mas não a exportação, mesmo que seja para fins de pesquisa. Sabemos que 20% de áreas de florestas podem ser desmatadas legalmente, fora o que ocorre de forma ilegal com a omissão das autoridades de controle. No entanto, se um sujeito levar uma garrafa com água do rio Negro temos um escândalo nacional. Acontece que combater o contrabando de microorganismos ou o seqüestro da água do rio Negro é tarefa impossível. E esse é o grande problema.

Ou nós aprendemos a ler, a estudar, a retirar as vantagens da água do rio Negro por nossa conta, antes que outros o façam, ou o jogo estará definitivamente perdido para nós. Não vai ser colocando filtros na foz do Rio Amazonas que impediremos o contrabando. As águas do rio Negro carregam microorganismos que desembocarão no oceano adentro. Não adianta querer controlar os microorganismos.

Na minha saliva tem milhões de microorganismos. Tenho, então, de pedir ao Ibama para me dar uma licença para poder salivar, visto que os microorganismos são patrimônio genético da nação? É absurdo!

Temos de nos armar com outros instrumentos. Claro, esses microorganismos constituem um patrimônio da nação e devemos protegê-los. Mas constituem um patrimônio que deve ser conhecido para ser defendido. Não se pode defendê-lo com escudo e nem com atiradeira. Precisamos defendê-lo com pesquisa, com laboratórios, com capacidade de explorar, utilizar, os nossos recursos genéticos antes dos outros.

Para combater a "biopirataria" sugiro a criação de biocorsários, os piratas do rei, os nossos piratas! A Inglaterra não fez a sua riqueza com os corsários? Quem eram os corsários? Os piratas que, a serviço da rainha Elizabeth, corriam os mares e se apropriavam de tudo o que pudesse enriquecer a Inglaterra. Defendo que devemos nos apropriar dos conhecimentos que valorizem o patrimônio genético da biodiversidade para o enriquecimento da nossa nação.

É tempo perdido ficar correndo atrás de alguém que, por exemplo, leva dois macacos para a Holanda. Temos coisas mais importantes a discutir do que o rapto dos macacos. Quem já foi para a França sabe que se compram as borboletas da Amazônia em lojas especializadas em Paris (com certificado de coleta autorizada).

É crime comprometer os equilíbrios ecológicos, provocar a extinção de espécies, sim. Mas devemos imaginar métodos inteligentes de proteger as borboletas sem ter de colocar redes nos aeroportos. E as aves que voam e atravessam oceanos? Como faríamos? Controlaríamos o seu passaporte? Não é com redes e detectores de microorganismos que defenderemos os interesses nacionais.

Precisamos é mudar o quadro, o controle não pode ser apenas físico. A raiz do crime, que alimenta a pirataria, está no fato de os institutos de pesquisa da região receberem apenas 40 milhões. E se o Congresso Nacional não souber corrigir isso será cúmplice da biopirataria ou do que antigamente chamávamos de omissão frente aos crimes do imperialismo – hoje já não sei mais como é denominado.

Conhecemos apenas um centésimo da potencialidade dos segredos e riquezas de cada árvore, de um hectare da floresta e, mesmo assim, derrubamos



Guará, no parque do Museu
Emílio Goeldi

um hectare de floresta para que uma cabeça de gado possa pastar livremente ou colher dez sacas de soja.

Daqui a dez anos vamos voltar aqui e perceber o crime que foi cometido. Isso porque 1 hectare da floresta vale muito, mas muito mais do que os R\$ 600,00 que possa valer uma cabeça de gado. Os óleos, as resinas, os venenos de cobras e aranhas, as moléculas das secreções que circulam por lá, e principalmente os segredos dos equilíbrios ecológicos, valem ouro. Ouro-conhecimento e ouro metálico.

É preciso explorar o ouro-conhecimento. Ele é o principal, é o que vale no mercado internacional hoje, e não inflaciona, nem desvaloriza! E é muito mais valioso do que o ouro metal.

Nós mal sabemos como a seiva da árvore sobe até lá em cima, não sabemos como as formigas se comunicam, não sabemos o que vêem as aranhas. Sabemos que a serpente só enxerga no infravermelho, só enxerga calor. Para estes assuntos os estudos ainda deveriam ser muito mais numerosos.

Um parêntese: estamos tentando criar em Manaus, na Reserva Ducke, um grande Museu vivo, e um laboratório em que espalharemos sensores: óticos de aromas, de sons, de radiações e de interações entre o bioma e a atmosfera, sua temperatura etc – sensores que ofereçam informações que permitam estudar a floresta de uma outra maneira. E divulgar, fotografar, filmar, mostrar os detalhes de uma formiga, de uma abelha, de uma aranha em grandes telas para a criançada das escolas. Podemos fazer pesquisa e podemos também fazer educação, alimentar uma exposição para o público. Atrair as crianças, os estudantes para o estudo da floresta. Uma floresta que é vista como inimiga, um mato hostil, pelas crianças das escolas de Manaus (e da população também). Isso, a meu ver, é muito grave, o sistema imunológico contra a biopirataria está comprometido!

Estou dizendo isto porque precisamos de muita gente para trabalhar na educação ambiental nos laboratórios da biodiversidade e das florestas. E nesse ponto quero lembrar o que disse no início, quando mencionei que havia mudado o panorama na Amazônia, no Acre, no Amazonas, no Pará. Cem mil estudantes se inscreveram no vestibular da Universidade do Estado do Amazonas.

Nem todos foram aprovados, mas o número de estudantes nas escolas da Amazônia e na Universidade do Estado do Amazonas é cem vezes maior do que há dez anos atrás. Em breve será mil e aí o quadro deve mudar. Mas, cuidado, a questão não é apenas numérica. A cor do gato importa! Não basta que ele coma os ratos! Lembrem?

Hoje, o Amazonas é um dos estados que mais investe em ciência e tecnologia. Espero que os números dos últimos anos sejam confirmados nos próximos anos. Embora ainda esteja longe de atrair jovens pesquisadores, quadros técnicos recém-formados em outras partes para lá. Isso indica que há consciência política do valor da Ciência e Tecnologia e que há muita coisa para estudar.

É concreta a possibilidade de mudar a situação, desde que um grande número de pessoas qualifi-

cas seja formado na Amazônia. Apelo para o partido que tem influência entre os jovens em toda parte que os convoque para que se dediquem a engenharia, medicina, física, matemática, química e se dediquem aos problemas de seus estados e também à Amazônia, abraçando a grande batalha nacional pelo conhecimento desse grande território que é também brasileiro.

Não tenho nenhuma dúvida em dizer que o conhecimento, a pesquisa,

o desenvolvimento tecnológico da Amazônia são o Araguaia dos nossos dias. Sei que será uma batalha muito dura, por ser contra a incompreensão, contra as crenças e a desinformação – lembrem do simbólico boi por hectare de floresta – e os grandes interesses predatórios. Uma batalha para convencer o governo a definir claras prioridades de investimentos em ciência e tecnologia na Amazônia, na formação dos jovens da região.

Será uma batalha em todas as frentes. Mas não podemos tolerar que os principais institutos de pesquisa de lá recebam 40 milhões, que é um troco perto daquilo que deve ser investido com toda cautela, mas com firmes propósitos e diretrizes.

As coisas podem mudar, e estão mudando. Não soubemos criar um pólo tecnológico em Campinas em torno de uma universidade? Não soubemos criar universidades pelo Brasil afora e em lugares distantes? Encontrar petróleo nas plataformas de água profun-

Ou nós aprendemos a ler, a estudar, a retirar as vantagens da água do rio Negro por nossa conta, antes que outros o façam, ou o jogo estará definitivamente perdido para nós. Não vai ser colocando filtros na foz do Rio Amazonas que impediremos o contrabando

das? A meu ver, devemos também insistir até conseguir romper as barreiras políticas que travam o desenvolvimento científico e tecnológico da Amazônia.

E, nessa batalha, o principal inimigo, em minha opinião, não é o externo, somos nós mesmos. A nossa burocracia, o conservadorismo da economia que vê com desconfiança todos aqueles que têm ideais, que se empenham em deslocar montanhas – como recomendava um velho mestre, hoje por demais esquecido.

Esquecemos até que é possível deslocar montanhas. Só tememos as ameaças que vêm de fora. Elas terão sucesso se o generoso pensar dos jovens for esterilizado. Em todo caso, estou seguro de que nenhum país estrangeiro tem condições de deslocar um exército de cientistas e técnicos para a Amazônia e estudá-la. Porque não é uma questão numérica, nem de tecnologias. Os ambientes são hostis ao que os invadem sem saber como caminhar. Se os filhos da terra souberem caminhar e estiverem mobilizados a “invasão” é impossível. Lembrem do Vietnã.

E é isso o que podemos e devemos fazer: fornecer as armas da educação e do conhecimento aos filhos da terra, e incluir aí as próprias comunidades indígenas, que podem e devem participar desse esforço preservando e desenvolvendo seus próprios conhecimentos. Por vezes vemos os conhecimentos tradicionais como algo estático. Heranças que devemos preservar. Não é isso não. Os conhecimentos indígenas também podem e devem se desenvolver, crescer, e formar. Formar cientistas, pessoas em quem as comunidades confiem.

Uma das grandes questões da Amazônia é a perda dos mateiros – o pessoal que conhece o mato, sabe andar na floresta. Mas não existem apenas mateiros de andar, há também os mateiros que reconhecem as espécies, sabem onde encontrá-las – onde está isso, onde está aquilo, para que serve isso etc. Essas pessoas estão envelhecendo e não temos modo de incentivar a sua reprodução, de fazer com que elas se multipliquem. Por quê? Porque eles não têm lugar no nosso sistema de formação e remuneração de recursos humanos especializados. Não se consegue perceber o valor destes “práticos da floresta” e de seu valor para o estudo, tenham eles escolaridade A ou B.

Ora, isso não é coisa do imperialismo norte-americano! Isso é coisa do nosso subdesenvolvimento intelectual e da nossa pequena-burguesia provinciana e mal-aculturada, formada longe dos laboratórios naturais, da floresta, e que defende a atribuição aos títulos escolares e universitários privilégios muito “mal educados”.

Por isso, temo os inimigos internos mais do que os externos. O que vejo, isso sim, são objetivos de lu-



No barco madeira mulheres atravessam o Rio Içana. Amazonas, 2000.

ta. E eles são claros. É preciso lutar contra o desemprego quando associado ao desenvolvimento científico e tecnológico, sempre que for fator de risco no trabalho, como ocorre no caso da cana e na expansão de seu cultivo.

Precisamos fazer com que muitas crianças possam ter escola e universidade digna, e que sejam, assim, bem formadas, na região. Além disso, temos de fazer com que os estudantes formados na região amazônica lá permaneçam, se estabeleçam por lá.

Oitenta por cento dos formados na região amazônica vão para o sul. Há mais paraenses nas universidades de São Paulo do que na universidade do Pará. Essa realidade está mudando, mas não acredito que sem apoio político dos governos federal e estaduais isso mude.

Há quinze anos atrás lembro que fizemos um seminário em Belém – o *Sim-da-Amazônia* – no qual dizíamos que, dali em diante, todos os estudantes universitários da Amazônia deveriam permanecer na região. Esta região tem hoje dois mil doutores, e naquela época havia quinhentos. Mesmo tendo multiplicado por quatro, há quinze anos, imaginávamos projeções em que teríamos hoje 10 mil. Estamos muito aquém das metas projetadas.

E no Amapá, na foz do Amazonas, um local estratégico no mundo – que vale bilhões do ponto-de-vista ouro-conhecimento científico, porque é o único no mundo capaz de monitorar um ecossistema em interação viva com outro, a água doce do rio e a sal-

gada do oceano – temos dez especialistas na área. Se é que temos, precisaríamos de quinhentos e um instituto de pesquisas de grande porte! A França está fazendo isso em Cayenna (investindo 200 milhões de Euros) e daqui a algum tempo nos oferecerá, ou venderá, informações sobre a foz. Com que cara vamos acusá-la de hidro-pirataria?

Portanto, a situação é dramática, sim, mas tem solução. Custa pouco. Duzentos ou trezentos milhões por ano seriam suficientes. Uma vírgula nas contas dos banqueiros. Onde vamos buscar esse dinheiro? Os fundos setoriais são a principal fonte de recursos da Finep, financiadora de estudos e projetos, presidida pelo Luis Fernandes. São recursos que financiam toda pesquisa no país.

Metade desses recursos está retida, pretensamente, para pagar os juros da dívida. Mas na verdade está retida porque não se consegue convencer a área econômica de que há melhores maneiras de investir do que fazer render esse dinheiro nas bolsas financeiras e nos investimentos especulativos. Ou seja, porque não temos projetos que possam render mais do que os investimentos especulativos.

De fato, não podemos demonstrar com facilidade que a Amazônia é um campo de investimentos que rende mais do que R\$ 600 da cabeça de boi por hectare/ano.

Essa demonstração exige um exame da questão tanto na esfera técnico-científica como na política e econômica. Devemos promover esta discussão e tentar mudar o quadro de desconfiança quanto aos investimentos em ciência e tecnologia e na educação.

Aliás, o desenvolvimento de tecnologias para transformar celulose em etanol está avançando lentamente em nossos institutos de pesquisa. Tenho notícias de que na Califórnia há dois mil pesquisadores trabalhando nesse programa. Esta é uma batalha que não podemos perder.

Novamente, para não perder a guerra, é preciso mais e mais gente bem formada, muito bem formada. Ainda desperdiçamos muitos bons talentos ao excluir mais da metade de nossa população da oportunidade da educação média e superior. A meu ver, esse é que é o grande gargalo. Eu trocaria a palavra-de-ordem “contra o imperialismo” pelas palavras

“precisamos de mais gente capacitada em nossos institutos, em nossas escolas, e lá onde for necessário distinguir 1 de 2”.

A meu ver, este é o quadro que nos paralisa hoje, é o desafio que temos pela frente em nossos programas de ação. Repito, devemos discutir de forma franca as relações entre a ciência e os movimentos sociais. Podemos mostrar que a ciência, por vezes, está a serviço do capital sim, mas tem também uma rica história de independência, que foi contra o poder dominante, o capital.

Alguém pode até dizer que a internet foi inventada pelo capital para aumentar o controle sobre os indivíduos, e aumentar a taxa de lucro – o que a meu ver não é verdade. Isso ocorre, mas também ela democratizou o conhecimento e a distribuição de informações. Não se pode negar que hoje qualquer pequena comunidade

tem acesso a bibliotecas imensas, a conhecimentos, informações que há dez anos atrás paralisavam nossos projetos de educação e ciência para todos.

Não se podia desenvolver ciência em nenhum lugar porque faltavam informações básicas. Hoje temos informações básicas e ainda não conseguimos superar nossa própria desconfiança com o uso dessas informações. Duvidamos quanto e qual será nosso futuro se soubermos mais, se conhecermos mais a res-

peito da floresta. Tememos que esse conhecimento seja usado contra o interesse de nosso povo. E hostilizamos a produção do próprio conhecimento! É uma conclusão em branco e preto. Interpretem isso de modo simbólico e encontrarão as outras cores da mesma questão. Conhecer é necessário para que as mil flores possam florescer...

É isso o que podemos e devemos fazer: fornecer as armas da educação e do conhecimento aos filhos da terra, e incluir aí as próprias comunidades indígenas, que podem e devem participar desse esforço preservando e desenvolvendo seus próprios conhecimentos

*Ennio Candotti é professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Participou da criação da revista **Ciência Hoje**, da qual foi editor de 1982 a 1996. Foi presidente da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (1989-1991, 1991-1993, 2003-2005, 2005-2007). É um dos presidentes de honra da SBPC. Este artigo é derivado da intervenção feita pelo autor no Seminário “Meio Ambiente e desenvolvimento”, promovido pela Fundação Maurício Grabois e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em Brasília, em 10 e 11 de abril de 2008*

Incorporar a sustentabilidade sócio-ambiental ao novo ciclo

HAMILTON PEREIRA

O novo ciclo de desenvolvimento tem um triplo desafio: crescer ampliando as conquistas democráticas; crescer sem inflação e com distribuição de renda; e crescer incorporando a dimensão da sustentabilidade sócio-ambiental à cultura do desenvolvimento do Brasil



Entre 2004 e 2007, o governo Lula reduziu em 59% o desmatamento na Amazônia. A área desmatada caiu de 27 mil para 11,2 mil quilômetros quadrados. Os dados são do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), divulgados em dezembro de 2007. Esse resultado decorre de um conjunto de

ações articuladas pelo Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, lançado em 2003.

Embora os números do desmatamento verificados até julho último sejam os menores de toda a série histórica mapeada pelo Inpe desde 1988, há novos fatores de ordem econômica a serem considerados na condução da política que, naturalmente, não podem se limitar a ações de caráter repressivo.

Os dados sobre desmatamento na Amazônia do período de junho a dezembro de 2007 acusam aumentos significativos em alguns estados (Pará, Rondônia e Mato Grosso), com taxas superiores a 100% em relação ao mesmo período dos anos anteriores. Estamos diante de uma retomada do desmatamento na região? Quais fatores respondem pela alteração, tão expressiva, na taxa dos últimos seis meses? O ministro da Agricultura Pecuária e Abastecimento e o próprio presidente da República têm reiterado que não será necessário derrubar uma única árvore para produzir bioenergia no país e consolidar o Brasil como uma economia movida a energia limpa e renovável.

É de domínio público que a atividade econômica que mais ocupa terra no Brasil é a pecuária. São 172,3 milhões de hectares utilizados como pasto e 76,7 milhões cultivados com lavouras. Também é conhecido que o Brasil era o quinto exportador de carne bovina no mundo em 2000, com 455 milhões de toneladas, e cinco anos depois se tornou o primeiro exportador, com 1,6 milhão de toneladas. E, por último, mas não menos significativo, sabemos que a participação do rebanho bovino da Amazônia Legal no rebanho nacional saltou de 18% para 36%, entre 1990 e 2006. Todos os dados segundo o IBGE.

Outro elemento que se deve considerar, por sua relevância, na análise da expansão do agronegócio e seus impactos sobre o bioma amazônico é a evolução da área plantada de soja. Apenas na região Norte foi multiplicada por cinco: de 106 mil hectares em 2001 para 518 mil hectares em 2006.

Para não cairmos numa análise simplista desses dados do novo ciclo de desenvolvimento dos últimos anos – sem dúvida reveladores – é oportuno considerar que na retaguarda, ou seja, nas regiões já estabilizadas do agronegócio no país, 18 milhões de hectares de pasto foram convertidos em lavoura, o que

significa uma redução de 14% na área de pasto em relação a 1996. O rebanho bovino, no entanto, teve seu contingente diminuído em apenas 1,4%. Ou seja, elevou-se a produção agrícola sem queda relevante na produção de carne bovina.

Esses dados nos indicam onde o governo federal poderia investir. Ao lado de uma rigorosa política de médio e longo prazo de Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), em uma política imediata e intensiva de recuperação de áreas degradadas de pastagens como forma de aliviar a pressão sobre os ativos florestais dos cerrados e da Amazônia pela abertura de novas áreas. E incentivando iniciativas de pesquisa para melhoria na produtividade do rebanho.

Esse quadro esboçado a partir de dados que envolvem o investimento em duas commodities-chave na pauta do consumo interno e das exportações brasileiras reflete o caráter de urgência que a agenda ambiental incorpora ao se instalar no centro da agenda do novo ciclo de desenvolvimento do país.

Desenvolver X preservar

Depois de duas décadas de estagnação econômica, o Brasil volta a crescer. Esse é o fato

que presidirá os debates da sociedade brasileira em torno da formulação das políticas sócio-ambientais nos próximos anos. Recusamos o dilema que opõe desenvolvimento a proteção ambiental. Ele é falso. É um dilema dos países capitalistas centrais. Os mesmos que equacionaram ou resolveram o problema da pobreza dos seus cidadãos à custa da exploração colonial ou neocolonial dos recursos naturais dos países do Hemisfério Sul.

Os que propõem o dilema dessa forma, em geral, não consideram a necessidade incontornável de resgatar a imensa dívida social e cultural que o Brasil acumulou ao longo de cinco séculos com seus filhos mais pobres. Ou, no sentido oposto, não consideram relevantes os impactos ambientais sobre os territórios produzidos pela atividade econômica da sociedade. Neste país, o progresso é um valor absoluto. Não se questiona sua qualidade. Quem insiste em interpelar a qualidade do pro-

A capacidade de as esquerdas revelarem para incorporar a dimensão da sustentabilidade sócio-ambiental à cultura do desenvolvimento do Brasil no século XXI será o fator distintivo, com relação à direita, do novo paradigma de civilização que propomos para o país

O desmatamento nos cerrados e na caatinga e o colapso da cidade de São Paulo são faces da crise ambiental que colocam em xeque o próprio do modelo de produção e consumo



4



1

2



3

- 1- 50% da cobertura vegetal do cerrado brasileiro foram perdidos
- 2- Vista aérea do centro da cidade de São Paulo
- 3- Desmatamento na Amazônia
- 4- Seca na Ilha de Marajó

gresso é estigmatizado como um obstáculo a ele.

Essa perspectiva reduz o horizonte histórico, quando muito, aos limites de uma geração. Amesquinha o debate porque o trata dentro dos estreitos limites ditados pela lógica do lucro imediato que preside a ação do mercado. Está acorrentada ao presente. Não se responsabiliza pelos brasileiros que virão e pelos filhos dos que virão. E não contribui para a formulação de alternativas sustentáveis que protejam as populações mais vulneráveis do país dos dramáticos fenômenos climáticos e de outras naturezas que resultam, até prova em contrário, da atividade econômica sobre o ambiente.

A retomada do crescimento da economia brasileira traz consigo um sentido maior de urgência no debate e na formulação das políticas ambientais. Os números de 2007 representam uma conquista da sociedade e do governo brasileiro. Nos últimos cinco anos, o governo do presidente Lula liberou os impulsos de uma economia que se encontravam represados havia vinte anos. Recuperou, ainda que parcialmente, a capacidade indutora do Estado no processo de desenvolvimento. Desencadeou um conjunto de

iniciativas políticas, sociais e econômicas que se conjugaram no sentido de afirmar o novo ciclo que testemunhamos.

Voltamos a crescer de maneira expressiva, entre 2003 e 2007, em comparação com as duas décadas anteriores: 5% do PIB, inflação sob controle, abaixo dos 3,5% (lembro que em 2002, último ano do governo FHC – que proclama ter contido a inflação –, esse número era 12%); formalização do mercado de trabalho, com aumento de 19,5% nas contratações com carteira assinada; redução da taxa de desemprego, com a menor taxa de desocupação já registrada, 7,4% em dezembro último; melhor rendimento médio dos salários, R\$ 1.142,72, o que significa uma elevação de 7,7%. Nos doze meses de 2007, a massa salarial cresceu em ritmo chinês: alcançamos 11,5%. A política estruturante de elevação do salário mínimo vem contribuindo decisivamente para a recuperação do poder de compra dos assalariados. Oferece hoje um salário mínimo de R\$ 415, algo em torno dos US\$ 200. Para fins de reforma agrária, foram colocados à disposição 38.817.707 hectares.

O exame histórico dos ciclos de desenvolvimento que caracterizaram a expansão da economia brasileira durante o século XX revela que foram marcados por alguns traços constantes: autoritarismo – crescemos sob ditaduras, o governo JK é a exceção – concentração de renda, geramos uma fratura social, inaceitável para uma nação civilizada, entre ricos e pobres no país; inflação; e, por fim, escassa ou nula sensibilidade para a utilização sustentável dos recursos naturais.

Temos, portanto, diante de nós um triplo desafio a responder no novo ciclo de desenvolvimento: crescer consolidando e ampliando as conquistas democráticas dos últimos trinta anos; crescer sem inflação e com distribuição de renda, retirando o Brasil da vergonhosa condição de uma das sociedades mais desiguais do mundo; e crescer incorporando a dimensão da sustentabilidade sócio-ambiental à cultura do desenvolvimento do Brasil. Essas são as três dimensões indispensáveis do grande desafio ético das esquerdas brasileiras, nesse momento histórico da vida do país. Essas serão as marcas distintivas de um projeto de esquerda para o Brasil do século XXI.

Direita regressiva, esquerda tímida

Os setores conservadores brasileiros, desde Fernando Henrique, vivem um dilema: despediram-se da perspectiva de formular um projeto nacional para o Brasil, na expectativa de resolver os desafios do desenvolvimento e a integração da economia brasileira no mundo contemporâneo por meio da “*mão invisível do mercado*”. Com a derrota de Serra (2002) e Alckmin (2006) e a retomada do crescimento, sob o governo Lula, a agenda do país se afasta do tema das privatizações e passa a abordar outros tantos.

Trabalha a formulação de uma nova síntese: articular e consolidar as políticas de distribuição de renda resultantes dos projetos sociais do governo federal (distribuir para crescer); expandir o consumo do mercado interno (ampliação da oferta de crédito); recuperar a capacidade de investimento do setor público, e, portanto, redefinir o papel do Estado como indutor do desenvolvimento. Uma alteração, como se vê, substantiva, considerando que nos anos anteriores o centro do debate era o *Estado mínimo*. Os setores conservadores ainda não encontraram um discurso convincente para oferecer respostas a essa nova agenda. Quando interpelados a respeito, recuam no tempo, para ressuscitar a retórica das privatizações. Uma perspectiva hoje órfã, uma vez que mesmo nos países centrais seus proponentes já a abandonaram.

Por outro lado, as esquerdas brasileiras não têm ainda revelado capacidade digna de nota para incorporar a seu discurso as realizações do governo Lula, no que toca às políticas de promoção da igualdade social, à democratização do acesso às políticas culturais e à defesa das políticas ambientais, diante das posições da direita.

Ainda é débil a elaboração sobre o papel que o Estado deve cumprir no novo ciclo: desenvolver o país aprofundando as conquistas democráticas da sociedade, desenvolver o país com distribuição de renda e recuperar a própria capacidade de planejar e desenvolver regional e nacionalmente o país numa perspectiva de médio e longo prazo, incorporando a dimensão da sustentabilidade sócio-ambiental.

Ocorre que as esquerdas – aí incluídas parcelas importantes que se encontram à frente do governo – não conseguiram avançar na formulação dos contornos do novo projeto nacional que incorpore como parte constitutiva necessária a dimensão do uso sustentável dos recursos naturais. Permanecem presas à gaiola ideológica do pensamento neoliberal, eleitoralmente derrotado em 2002 e 2006, mas ainda não inteiramente removido de centros relevantes de decisão do Estado brasileiro.

A agenda ambiental adquiriu centralidade no debate em torno do novo ciclo de desenvolvimento do Brasil. A questão do desmatamento, não apenas na Amazônia, mas também, e de maneira dramática, nos cerrados e na caatinga, é uma das faces visíveis dos impactos ambientais que a sociedade brasileira deverá enfrentar para equacionar os termos de seu projeto de desenvolvimento para o século XXI. Mas há outras. O colapso da cidade de São Paulo é uma delas. Nos remete, de um lado, para a busca de energias alternativas aos combustíveis fósseis e, de outro, para a discussão do próprio paradigma – econômica, social e ambientalmente insustentável – do modelo de produção e consumo que se reproduz aqui.

A capacidade que as esquerdas revelarem para incorporar a dimensão da sustentabilidade sócio-ambiental à cultura do desenvolvimento do Brasil no século XXI será o fator distintivo, com relação à direita, do novo paradigma de civilização que propomos para o país.

Hamilton Pereira (Pedro Tierra) é secretário de Articulação Institucional do Ministério do Meio Ambiente

Princípios agradece ao autor do artigo e à revista Teoria e Debate por, gentilmente, terem autorizado a reprodução deste texto.

Amazônia: anotações pontuais

Quando se trata de Amazônia é bom ter presente que o tempo passa, a tática varia, os interlocutores se alternam, mas o objetivo estratégico do imperialismo de transformá-la em patrimônio da humanidade, em área internacionalizada, não se altera um milímetro.

ERON BEZERRA

A concepção marxista do meio ambiente

Para muitos pode parecer inusitado o fato de o PCdoB promover este tipo de debate. Mas, em minha opinião, isso é uma exigência contemporânea. Precisamos cada vez mais debater os chamados temas transversais.

Muitos estranharam a relação entre marxismo e meio ambiente de que tratou a mesa anterior. Na verdade, o marxismo tem um princípio elementar de defesa do meio ambiente: a dialética. Na natureza, como na sociedade, todos os fenômenos estão interligados, interconectados e são interdependentes. De onde se conclui que ninguém pode agir impunemente sobre a natureza. Conclui-se, igualmente, que nem é possível desenvolvimento sem sustentabilidade e tampouco sustentabilidade sem desenvolvimento. Essa dicotomia, que muitos procuram estabelecer, não apenas é falsa, mas anticientífica.



Desmatamento na Amazônia

O que deve nos orientar, portanto – não apenas na questão ambiental, mas em qualquer outro tipo de ação –, é o princípio filosófico da dialética que explicita a interdependência dos fatores na prática de qualquer ação, na natureza ou na sociedade.

Coloco, então, a questão que hoje está na ordem-do-dia em todo o mundo: a bandeira do “ambientalismo” é ecológica ou ideológica?

Seria uma contradição dialética não reconhecer a importância de uma política ambiental justa para assegurar um mundo menos degradado e capaz de assegurar, às futuras gerações, as condições mínimas de habitabilidade. Desse ponto-de-vista ela tem forte apelo ecológico. Mas seria de uma ingenuidade “quixotesca” ou de um cinismo “bushiano” não ter presente que o seu uso presente, pelo imperialismo, é de natureza predominantemente ideológica e geopolítica. Como já lançaram-mão de outras bandeiras com o mesmo propósito e objetivo.

Ambientalismo como tática do imperialismo para internacionalizar a Amazônia

A negativa de utilização do espaço amazônico não está associada necessariamente a uma questão de preocupação ambiental. Na verdade, ela traduz a concepção de que a Amazônia é uma reserva estratégica do imperialismo e, como tal, não pode ser usada. As potências imperialistas se entendem como proprietárias da Amazônia, como fica evidente pelas sucessivas manifestações de diversos mandatários desses países. Lamentável é perceber que tais despropósitos encontram eco, guarida, em distintas correntes de intelectuais e ativistas ambientais, inclusive os nacionais. Por essa razão, eles entendem que com o uso da Amazônia serão diminuídos os extraordinários recursos naturais da região, considerados por eles sua “propriedade”. Uma reserva estratégica para quando eles necessitarem. É a lógica do conceito por mim denominado de “santuarista” – que defende a idéia da Amazônia como “patrimônio da humanidade”.

A nossa compreensão fica mais fácil se entendermos quais as concepções básicas que se expressam sobre a Amazônia.

A primeira dessas concepções estratégicas é o chamado desenvolvimentismo, ou melhor, o “produtivismo”. Por esta concepção o que importa é o crescimento econômico, sem nenhuma preocupação ambiental. Foi o que os países ditos de capitalismo avançado fizeram e, por isso mesmo, hoje se vêem às voltas com dificuldades objetivas de reduzir a poluição, a degradação ambiental e até mesmo de

disporem de recursos naturais adequados ao seu processo produtivo. Como já demonstramos anteriormente, do ponto-de-vista filosófico, isso também é uma estupidez. Esta concepção predominou na década de 1970 em relação às políticas públicas e privadas para a Amazônia. A consequência foi o desmatamento intenso do Maranhão, do sul do Pará e de parte de Rondônia e

do Acre, sem que houvesse o correspondente “progresso” apregoado. Desmoralizou-se, portanto.

Em contraposição ao “produtivismo” surgiu a concepção “santuarista”, advogando que a Amazônia, pela sua importância, é um patrimônio da humanidade e que a sua floresta não pode ser mexida, é intocável. Muitas pessoas, inclusive algumas que se proclamam de esquerda, por limitação teórica ou má fé, defendem essa tese. Não entendem que ao aceitarem a tese da Amazônia como patrimônio da humanidade estão abrindo-mão também da soberania do Brasil sobre a Amazônia brasileira.

Do embate entre as concepções “produtivista” e “santuarista” surgiu uma terceira vertente: a chamada teoria da “sustentabilidade”, à qual, particularmente, me filio. Segundo a sustentabilidade, não só a Amazônia, mas todo o mundo, pode, e deve, se desenvolver respeitando o preceito filosófico de que ninguém pode agir impunemente sobre a natureza. Algo chamado, normalmente, de teoria do desenvolvimento sustentado. Hoje, a rigor, não se encontra ninguém que se assuma abertamente como “santuarista” ou “produtivista”. Todos se proclamam “sustentabilistas”, quando, em verdade, há muitos “produtivistas” e “santuaristas” apenas disfarçados de sustentabilistas para continuarem disseminando suas torpes idéias.

Um breve histórico permitirá uma explicitação das várias táticas adotadas pelo imperialismo ao longo da história do Brasil em relação à Amazônia.

A primeira delas foi o militarismo puro. Na época

Segundo a sustentabilidade, não só a Amazônia, mas todo o mundo, pode, e deve, se desenvolver respeitando o preceito filosófico de que ninguém pode agir impunemente sobre a natureza



Nem toda a mídia
é marrom. Visite

www.vermelho.org.br



Araquém Alcântara

Onça Pintada, Parque Nacional da Amazônia, Amazonas, 1999

da cabanagem, a Inglaterra – maior potência da época – propôs abertamente ao governador cabano Eduardo Angelin que separasse a Amazônia do Brasil em troca de apoio econômico e militar. Os cabanos refutaram o aliciamento e a Amazônia continuou brasileira.

Depois, evoluíram para a teoria do arrendamento. Através de uma organização americana denominada “Bolivian Syndicate” eles pretendiam arrendar a porção amazônica do Acre, então sob controle boliviano. Uma revolução popular, liderada por Plácido de Castro, sepultou mais esta ofensiva e o Acre se tornou brasileiro, da Amazônia nacional.

A cada fracasso o imperialismo sofisticava a sua tática. Depois desses insucessos, eles desenvolveram a tese de condicionar empréstimo ao Brasil à concessão de grandes áreas na Amazônia para desenvolver projetos econômicos. Era a vertente econômica sendo utilizada como instrumento geopolítico. O magnata Ford recebeu, então, milhares de hectares no Pará para cultivar seringueiras (*Hevea brasiliensis*). Instalou dois grandes empreendimentos, conhecidos como Fordlandia e Belterra. Uma fitopatologia, conhecida como “mal das folhas”, dizimou os seringais de cultivo e impediu o avanço do magnata americano sobre outras áreas.

Fracassada a investida militar, a tática do arrendamento e a vertente econômica, eles lançaram-mão

da ciência. Sob o argumento da incapacidade científica nacional, propuseram a criação do Instituto da Hiléia, organismo composto por diversos países do mundo destinado ao estudo da Amazônia, no qual o Brasil teria um único assento. A ciência sendo usada como instrumento de geopolítica. Também fracassou. O governo brasileiro, à época chefiado por Getúlio Vargas, reagiu criando o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), com sede em Manaus.

Há também uma resolução da ONU que permite aos EUA – promovidos unilateralmente a xerifes do mundo – intervirem em qualquer país, sob o manto dos capacetes azuis da ONU, para defender povos que estejam sendo oprimidos. Com base nessa resolução é que os americanos fecharam o espaço aéreo iraquiano, bem antes da invasão militar, sob o argumento de que o povo curdo estava sendo massacrado pelo exército de Saddam Hussein. Em boa medida a isso é que temem os militares brasileiros em relação a um eventual conflito (real ou artificial) com relação aos povos indígenas.

Vários outros expedientes foram utilizados. A pressão sempre foi, e continua sendo, ostensiva. Derrotamos a maioria das investidas. Mas, em meu modo de entender, nós sofremos uma grande derrota, um golpe fundamental, quando o Brasil aprovou a lei de arrendamento de floresta, que permite a



O aquecimento global, que, segundo o IPCC decorre da emissão de gases do efeito estufa, tem causado graves consequências como: enchentes, furacões e o derretimento de geleiras

qualquer grande grupo estrangeiro arrendar milhares de hectares na Amazônia por 60 anos. Imaginar que será fácil se livrar desses arrendatários equivale a acreditar ser possível parar o caudaloso rio Amazonas com uma peneira. É uma lei de iniciativa do Ministério do Meio Ambiente, de elevado conteúdo ideológico e político.

E, finalmente, a questão ambiental passa a ser usada como pretensão hegemônica do imperialismo em relação à Amazônia. Primeiro, tentam fazer crer, de acordo com o interlocutor, que as queimadas amazônicas são as grandes responsáveis pelo aquecimento global do planeta. Quem tem um mínimo de informação científica sabe que a Amazônia limpa (e não polui) o meio ambiente – na medida em que as emissões de gás carbônico (CO_2) produzido pelas suas queimadas são menores do que a quantidade de gás carbônico que ela seqüestra da floresta em seu processo natural de fotossíntese.

Se o público é mais qualificado e tem informação suficiente para não se deixar enredar por essas fanfarrônicas eles apelam, então, para o caráter estratégico da região. Fazem abertamente a defesa da Amazônia como patrimônio da humanidade e advogam a sua intocabilidade como garantia para as gerações futuras. O que em parte é verdade. Mas, não custa perguntar: o que eles fizeram com suas florestas? Queimaram numa irracionalidade produtivista para acumular a riqueza que hoje possuem. Não podemos repetir a mesma estupidez, mas precisamos usar os nossos recursos de forma sustentável para assegurar o desenvolvimento de mais de 20 milhões de pessoas que vivem na Amazônia e, ao mesmo tempo, contribuir com o desenvolvimento nacional.

Resumindo: o ambientalismo nunca foi uma preocupação ecológica para o imperialismo. Foi, é, e sempre será, um instrumento de pretensão hegemônica, de natureza geopolítica. Da Companhia comercial londrina de 1832 à recente declaração do presidente alemão, Horst Köhler, em 2007, durante visita ao Congresso nacional brasileiro, defendendo a gestão compartilhada da Amazônia, o conteúdo é sempre o mesmo: a Amazônia como patrimônio da humanidade e a sua internacionalização.

Com estes fatos históricos quero mostrar que o imperialismo sempre usou, e continuará usando, todas as táticas para se assenhorear da Amazônia.

Finalmente, com relação ao problema do clima – o tema de nosso debate – não há o que se questionar quanto ao fato de a temperatura média do planeta ter se elevado. Isto é um fato objetivo. O que se pode questionar é se a causa desse aquecimento decorre da emissão de gases de efeito estufa, como sustenta o IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas), ou se tal fenômeno decorre da própria

variação solar, segundo a lógica de outras correntes de pesquisadores. Segundo essa corrente de cientistas argumenta a seu favor, Netuno e Plutão também sofreram variações climáticas, onde obviamente não houve queimadas e tampouco emissão de gases de efeito estufa. E argumentam, ademais: os mesmos que hoje afirmam que a temperatura do mundo vai aumentar em 5 graus são os mesmos que na década de 1970 diziam que haveria um degelo no mundo. Essa questão, como se vê, é controversa.

O cientista Louis Pasteur (1822-1895) disse certa vez que “a ciência é neutra, o cientista não; ele tem pátria, território, nacionalidade etc.”. Conforme já foi dito aqui, o IPCC, por exemplo, é composto por representantes de países. Obviamente ele tem de representar os interesses desses países, que pagam as suas contas.

O tema do meio ambiente passa por variáveis de toda ordem. É sempre arriscado fazer afirmações peremptórias. São tantas variáveis nelas implicadas, interligadas que, realmente, nenhuma equação matemática dá conta de resolver.

Quem polui o mundo, afinal de contas? Vejamos alguns dados conhecidos de todos. Tomando por base uma população de 6,5 bilhões de habitantes e uma produção de 49 bilhões de toneladas de CO² por ano, conclui-se que cada habitante da Terra é responsável por 7,5 toneladas de poluição/ano. Essa é uma média. Mas a sua composição é profundamente desproporcional. Enquanto um americano ou europeu produz 17 toneladas de poluição/ano, um brasileiro ou chinês não chega a 3 toneladas. Não há dúvidas de que são eles os poluidores. Mas não é isso que está sendo dito. Os países ricos exigem, para reduzir suas emissões, que os países em desenvolvimento – especialmente Brasil e China – reduzam a emissão na mesma proporção. Fica evidente que eles não querem concorrente econômico. Não é uma questão ambiental. O Brasil não tem sequer cota de redução de CO² pelo protocolo de Kyoto.

Isso não significa que não tenhamos responsabilidades ou mesmo que, em função de não termos cota de redução de CO², possamos ou devamos agir de forma predatória. Não! Isso seria igualmente estúpido. O que não podemos aceitar passivamente é ver o ambientalismo – causa justa do ponto-de-vista tanto ecológico quanto econômico – ser transformado em bandeira de natureza geopolítica para justificar a histórica ofensiva que o imperialismo fez e faz sobre a Amazônia.

É possível ter produção limpa. Há vários protótipos industriais de carro e até mesmo de avião com baixíssima taxa de poluição. A lógica do lucro e da brutal concentração de rendas do capitalismo, todavia, fará com que esses inventos fiquem ainda por um bom tempo nas pranchetas industriais. A limitação para dispor de instrumentos e modos de produção industrial ecologicamente correto não é tecnológica. É mercadológica.

Enquanto isso os países ricos, os poluidores, pressionam os países em desenvolvimento para fazer o que deveria ser obrigação deles e não assumem qualquer medida concreta no sentido de assegurar um país menos poluído para o futuro.

No encontro do G-8, realizado no início de 2008, decidiram que seus países só adotarão medidas concretas para fazer a redução de emissão de CO² a partir de 2050. Até lá, se aceitarmos as projeções atuais como verdadeiras, a temperatura da terra já terá aumentado 10 graus centígrados. O mundo perde, Bush agradece, na medida em que tem dito abertamente que não exigirá medidas de redução de CO² das poluidoras indústrias americanas. Conforme argumenta, isso lhes tiraria competitividade em decorrência das despesas tecnológicas que seriam obrigadas a fazer.

A Amazônia limpa o meio ambiente

A Amazônia, diferentemente do que se diz, limpa, e não suja o planeta. Os dados técnicos não deixam dúvidas quanto a isso. Segundo afirmam as informações científicas atuais, cada hectare desmatado e queimado emite 100 toneladas de CO² e o mesmo hectare de floresta preservado seqüestra 1 tonelada de CO².

A área da Amazônia brasileira é equivalente a 522 milhões de hectares, dos quais em torno de 350 milhões são de floresta tropical. Seqüestramos, anualmente, 350 milhões de toneladas de gás carbônico da atmosfera. Segundo o Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), nos últimos 20 anos (1988 a 2007) a média anual de desmatamento da Amazônia foi de 1,78 milhões de hectares. Emitimos 178 milhões de toneladas de gás carbônico. Se seqüestramos 350 e emitimos 178, o saldo é de 172 milhões de toneladas de CO²/ano.

Apesar dessas evidências a pressão não cessa. Tampouco a disseminação de dados sem qualquer base técnica. O jornal *O Estado de São Paulo*, 3 de junho do presente, afirma que “cerca de 17% da Ama-

O ambientalismo nunca foi uma preocupação ecológica para o imperialismo. Foi, é, e sempre será, um instrumento de pretensão hegemônica, de natureza geopolítica

zônia já foram desmatados nos últimos 20 anos – 4 milhões de km², área equivalente aos territórios de Minas Gerais, Rio e Espírito Santo”.

Em primeiro lugar, 17% da Amazônia equivaleriam a 887 mil e não a 4 milhões km²; segundo, de acordo com o INPE, nos últimos 20 anos (1988-2007), o desmatamento da Amazônia foi de 356 mil km², o que equivale a 6,8% e não 17% como informa o “imparcial” *O Estado de São Paulo*. A quem interessa tanta discrepância de dados?

Essa série histórica de 20 anos evidencia dados negativos e positivos. Os anos mais críticos foram 1995 e 2004, com 29.050 e 27.379 km² de desmatamento cada. A boa notícia é que nos últimos três anos a tendência de desmatamento é decrescente. A redução anual foi de 31%, 25% e 20%, de 2005 a 2007, quando atingiu 11.224 km² e uma redução de 61% em relação a 1995.

Então, por que a Amazônia continua na berlinda, sendo apresentada como a grande vilã do aquecimento global quando os dados demonstram o contrário? Porque esse debate é animado por motivação ideológica, geopolítica, não por razões técnicas ou ambientais. O argumento ecológico é usado como forma de justificar uma política.

É possível usar a Amazônia com sustentabilidade?

Claro que sim. A Amazônia não é única. Tem vários biomas, dos quais podemos destacar a floresta tropical, as várzeas e as savanas.

Dentre as alternativas sustentáveis para a Amazônia merecem destaque:

- O manejo seletivo de boa parte dos 3,5 milhões de km² de floresta tropical na medida em que já há um razoável conhecimento científico em torno dessa tecnologia;

- a utilização adequada de parte de nosso enorme potencial hidroenergético, hoje estimado em 70 mil megawatts de energia hidráulica limpa e pura;

- no manejo e na exploração adequada de nosso extraordinário potencial piscoso para suprir a fome do Brasil e de boa parte do mundo;

- a instalação de indústrias da área de biotecnologia, destinadas a explorar nossa rica biodiversidade, adensando a cadeia produtiva florestal não madeireira;

- o turismo, com reduzido investimento, pode ser

uma grande alternativa para o chamado terceiro setor;

- a exploração da gigantesca província mineral, mas adensando o processo produtivo, beneficiando o produto na região; e

- o fornecimento de energia alternativa a partir da produção de dendê em áreas degradadas e/ou de reduzido impacto ambiental.

Como se pode ver há alternativas para a Amazônia. Não se pode tolerar a passividade, que tem oscilado entre ações esporádicas e desarticuladas e a ausência de qualquer ação por parte do poder público, permitindo e até incentivando que distintos ato-

res executem os serviços e ações que são prerrogativas do Estado nacional. Assim, é preciso colocar em prática a lógica do desenvolvimento sustentado, que adense nossa economia, reafirme a soberania brasileira e alargue a presença do Estado nacional sobre os mais distantes rincões da nossa Amazônia.

É possível ter produção limpa. Há vários protótipos industriais de carro e até mesmo de avião com baixíssima taxa de poluição

E como isso pode sair do papel e se tornar realidade?

Preliminarmente, é preciso definir de forma clara e objetiva a concepção que preponderará no processo de utilização dos recursos naturais. Até o presente preponderou ora o “santuarismo” ora o “produtivismo”. É preciso pautar a sustentabilidade.

O Programa Amazônia Sustentada (PAS), dentro dessa lógica, pode ser um bom começo. Sua matriz, até onde o horizonte alcança, não é “santuarista”. Orienta-se pela lógica da sustentabilidade. Tem presente que não há desenvolvimento sem preservação e tampouco preservação sem desenvolvimento. O passo seguinte, dentro dessa mesma matriz, é compreender que a preservação da Amazônia é muito mais tarefa dos chamados ministérios produtivos do que do Ministério do Meio Ambiente.

Eron Bezerra é deputado estadual do Amazonas, professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), secretário de Produção Rural do estado do Amazonas e dirigente nacional do PCdoB.

Este artigo é derivado da intervenção que o autor fez no Seminário Meio Ambiente e desenvolvimento, promovido pela Fundação Maurício Gracioso e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em Brasília, nos dias 10 e 11 de abril de 2008



La Revolución

con sabor a empanadas y vino tinto

ELISA DE CAMPOS BORGES



James N. Wallace

Passeta pró-Salvador Allende, setembro de 1964

O centenário de Salvador Allende suscita importantes reflexões sobre o processo vivido no Chile na década de 1970. Um dos principais legados da chamada via chilena, segundo seus idealizadores, foi refutar a adoção de modelos de outros países. Buscou-se empreender a transição ao socialismo por um caminho próprio, sem insurreições ou luta armada. A elite local e o imperialismo liquidaram a experiência com um violento golpe militar. A imagem de Allende de armas em punho resistindo ao golpe simboliza a elevada estatura política desse herói dos chilenos e de todos os latino-americanos

Monumento em homenagem a Salvador Allende, localizado próximo ao Palácio de La Moneda, sede da Presidência da República do Chile, na capital chilena, Santiago

"(...) no está en la destrucción, en el quiebre violento del aparato estatal el camino que la revolución chilena tiene por delante"
(Salvador Allende, 12 de marzo de 1972)

No dia 26 de junho de 1908, nasceu Salvador Allende Gossens que, se estivesse vivo, completaria 100 anos de existência. As comemorações pelo seu centenário têm provocado importantes reflexões sobre o processo vivido no Chile na década de 1970 e seu impacto principalmente na América Latina. Allende é lembrado como sinônimo de liberdade, igualdade social, solidariedade, democracia e de autodeterminação dos povos. Tornou-se um símbolo contra governos ditatoriais, perseguições e extermínio político. Mas como devemos lembrar o centenário de Allende?

A relação entre memória/esquecimento e trauma/resistência está diretamente ligada à construção da memória pós-abertura política no Chile. Se as memórias e o esquecimento são construções sociais que podem ser continuamente elaboradas e reformuladas, então, eles têm uma relação intrínseca com a produção social do tempo. Ou seja, o presente é constituído pela tensão do passado e futuro e, por isso, os regimes políticos buscam se apropriar da memória e utilizá-la de acordo com suas conveniências.

Não por acaso, portanto, uma das primeiras medidas tomadas pela Junta de Gobierno após o golpe militar de 11 de setembro de 1973 foi ordenar que se apagassem os símbolos, as consignas, ou qualquer coisa que pudesse lembrar os dias da Unidade Popular. O Estado chileno passou a ser o guardião da política do esquecimento tentando, assim, apagar da história um período importante da vida chilena. E, mesmo hoje, fruto também dessa política de esquecimento, muito se fala no período ditatorial, nos direitos humanos e pouco se analisa o período da história da Unidade Popular. Allende se transformou mais em um símbolo contra os horrores praticados na ditadura, do que propriamente em um homem que lutou pela instituição do socialismo por meio de uma via não armada.

Essa opção está ligada ao processo de transição à democracia no Chile que se caracterizou a partir de marcos políticos importantes: a restritiva Constituição de 1980, a economia capitalista de mercado em expansão, a continuidade de Pinochet na cena política (1) e a distribuição bipolar estável entre algumas forças políticas chilenas. Tudo isso configurou uma "democracia de acordos" que exigiu reformas negociadas e graduais que não colocassem em risco



Palácio Presidencial La Moneda em chamas durante golpe encabeçado por Augusto Pinochet em 11 de setembro de 1973

os interesses vitais das partes. A política do esquecimento ou do dar tempo ao tempo, transformou-se "no" lema da dita abertura política e de muitos sujeitos e partidos políticos chilenos, mas não foi uma unanimidade. Antigos conhecidos da política chilena como Partido Comunista, Movimiento de Izquierda Revolucionária, familiares de desaparecidos políticos, sobreviventes da ditadura, apoiadores do governo Allende, e mesmo alguns favoráveis a Pinochet, não concordavam com a posição de silêncio, esquecimento e conciliação adotada pelo Estado e por parte da sociedade chilena. Posição esta quebrada a partir do pedido de prisão expedida pelo juiz espanhol Baltazar Garzón Real, em 16 de outubro de 1998, que agitou a sociedade chilena em manifestações pró e contra Pinochet e, conseqüentemente, rompeu o silêncio oficial.

Horacio Villalobos



Diego Goldberg

Chilenos comemoram a vitória do "Não" em referendo sobre a permanência de Pinochet no poder, Santiago, outubro de 1988



Victor Rojas

Manifestantes de organizações pelos direitos humanos protestam diante do palácio La Moneda contra o fim das buscas por desaparecidos políticos, Santiago, junho de 2003

No primeiro governo pós-ditadura, o então presidente Patricio Aylwin orientou a política chilena na perspectiva da reconciliação nacional. Pregou a "verdade y la justicia en la medida de lo posible" como condição de um perdão, instalou a Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação (Informe Rettig), apresentou um pedido de perdão do Estado às vítimas da violência e à sociedade. Entretanto, não foi suficiente para a reconciliação, até porque o principal símbolo da ditadura, o general Pinochet, continuava impune, no cargo de chefe das Forças Armadas e justificando positivamente seus atos durante o período ditatorial, como uma forma de restabelecer a ordem e impedir que o comunismo se instalasse no país.

Assim, existe no Chile uma disputa pela memória do período, travada por partidários de Allende e Pinochet que é retomada a cada data comemorativa, seja no onze de setembro ou em outros marcos – e, com certeza, na comemoração do centenário de Allende não será diferente. E talvez a melhor maneira de comemorar essa data seja analisando a sua melhor obra: os momentos em que presidiu o Chile para implementar um projeto único – a via chilena ao socialismo.

No dia 04 de setembro de 1970, Salvador Allende (2) ganhou a eleição presidencial apoiado por uma coalizão de partidos políticos chamada Unidade Popular (UP), da qual participavam Partido Socialista (PS), Partido Comunista (PC), Partido Radical (PR), Movimiento de Acción Popular Unificado (MAPU), Izquierda Cristiana (IC) e Acción Popular Independiente (API) (3).

A construção da UP e do seu projeto político foi um longo processo histórico que envolveu diversos partidos e movimentos sociais chilenos desde a década de 1960. Foi necessária a maturação de ideários políticos dentro principalmente do Partido Comunista e do Partido Socialista, os dois principais partidos políticos da UP; a discussão de estratégias e táticas montadas por esses partidos visando a sua consolidação na vida política chilena; a unificação de um bloco de esquerda para disputar as eleições chilenas a fim de retirar antigos setores tradicionais da condução política e econômica do país; o debate de questões colocadas pelo movimento comunista e socialista internacional, além de todas as variáveis e ramificações a que essas questões nos remetem.

A via chilena propunha uma série de mudanças de caráter antioligárquico e antiimperialista para abrir caminho para a transição ao socialismo, sem insurreições ou luta armada. Apostava na conquista do poder executivo, legislativo e, sobretudo, na forte participação popular para impulsionar as mudanças no sistema econômico e político. Propunha a nacionalização de setores da produção, principalmente aqueles ligados à extração de minérios (cobre, ferro, salitre), a reforma agrária, a nacionalização dos bancos, o incremento nos gastos públicos relativos à saúde, habitação, educação e obras públicas. Seria criada também a Assembléia do Povo como órgão nacional que substituiria o parlamento. Portanto, a estratégia geral da UP era a transformação da base econômica com a ampliação da democracia dentro da institucionalidade vigente, tendo como protagonistas os trabalhadores em geral, e não a classe operária tradicional como apontavam os clássicos marxistas.

Salvador Allende expôs, em sua primeira mensagem ao Congresso Pleno, realizado em 21 de maio de 1971, o objetivo democrático institucional e a tentativa de unir as forças progressistas em torno do

governo. Relacionava a formulação da experiência chilena às características genuinamente nacionais para elaboração de um projeto ousado, dando relevância ao seu maior protagonista, os trabalhadores: “Como Rusia entonces, Chile se encuentra ante la necesidad de iniciar una manera nueva de construir la sociedad socialista: la via revolucionaria nuestra, la vía pluralista, anticipada por los clásicos del marxismo, pero jamás antes concretada (...) Sin embargo, una vez más, la historia permite romper con el pasado y construir un nuevo modelo de sociedad, no solo donde teóricamente era más previsible, sino donde se crearon condiciones concretas más favorables para su logro. Chile es hoy la primera nación

de la tierra llamada a conformar el segundo modelo de transición a la sociedad socialista... En nombre de la reconstrucción socialista de la sociedad chilena ganamos las elecciones presidenciales y confirmamos nuestra victoria en la elección de regidores. Esta es nuestra bandera, en torno a la cual movilizaremos políticamente al pueblo como el actor de nuestro proyec-

to y como legitimador de nuestra acción. Nuestros planes de gobierno son el programa de la UP con que concurrimos a las elecciones. Y nuestras obras no sacrificaran la atención de las necesidades de los chilenos de ahora en provecho de empresas cicolópeas. Nuestro objetivo no es otro que la edificación progresiva de una nueva estructura de poder, fundada en las mayorías y centrada en satisfacer en el menor plazo posible los apremios más urgentes de las generaciones actuales”.

Uma questão fundamental para se entender o governo da UP é analisar a forte participação popular durante esse processo, tanto da esquerda como da direita. Se para os setores mais conservadores a UP significava o medo da instalação do comunismo, para os setores populares significou a possibilidade da implementação de políticas que contemplassem as suas reivindicações históricas e, por isso, a UP tratou de envolvê-los desde o início no processo político.

Portanto, a incorporação dos populares na estrutura de Estado por meio da administração dos setores da produção e nos conselhos diretivos era questão-chave para a consolidação do projeto, sendo que uma das primeiras ações, ainda em dezembro de 1970, foi o acordo conhecido como UP-CUT. Ele estabelecia a participação dos trabalhadores nas esferas

A via chilena propunha uma série de mudanças de caráter antioligárquico e antiimperialista para abrir caminho para a transição ao socialismo, sem insurreições ou luta armada

ligadas à produção dos principais produtos chilenos como cobre e salitre, já preparando, assim, a criação da Área de Propriedade Social (ou área nacionalizada). Observamos ainda, a criação dos Conselhos Campesinos para participar do processo de reforma agrária, as Juntas de Abastecimento e Preço nos bairros para combater a especulação, o mercado negro e melhora da distribuição dos produtos, os Comitês de Vigilância da Produção e os Conselhos de Administração constituídos por trabalhadores das empresas nacionalizadas e mistas, os Centros de Culturas que buscavam valorizar artistas chilenos que tinham como inspiração a história, o cotidiano do povo, os costumes e a arte nacional, o Movimento Nacional de Trabalho Voluntário. Todas essas ações nada mais eram do que o cumprimento do programa da Unidade Popular, segundo a qual: "(...) las organizaciones sindicales y sociales de los obreros, empleados, campesinos, pobladores, dueñas de casa, estudiantes, profesionales, intelectuales, artesanos, pequeños y medianos empresarios y demás sectores de trabajadores serán llamadas a intervenir en el rango que les corresponda en las decisiones de los órganos de poder" (5).

Os idealizadores da via chilena apontavam como grande virtude do projeto o fato de ter sido elaborada a partir das condições concretas da sociedade chilena, sem absorver acriticamente modelos de outros países. Os partidos que elaboraram o programa da via não armada analisaram o traço histórico e democrático das instituições chilenas, das características econômicas e, sobretudo, dos movimentos populares. Neste sentido, ela tornou-se um novo paradigma para uma possível transição ao socialismo, no momento em que não adotou a idéia de um modelo (especialmente o Cubano) para as revoluções latino-americanas e continuou justificando sua teoria a partir dos clássicos marxistas. Isso, ao mesmo tempo em que atraiu olhares curiosos, provocou preconcei-

tos em relação à experiência chilena – alguns vindos de movimentos e partidos de esquerda no Chile, como, por exemplo, o MIR e a esquerda do Partido Socialista, outros de países comunistas e movimentos internacionais. Na época, se apresentavam a partir da famosa pergunta: é reforma ou revolução? É possível realizar uma revolução sem armas?

Contudo, o projeto desde o início não se mostrou capaz de unificar os dois principais partidos da esquerda que compunham a coalizão. O PC, que postulava as idéias de etapas da revolução, via no caminho chileno uma espécie de revolução democrática com vistas ao socialismo. No interior do PS, duas posições se firmaram: uma que girava em torno de Allende, defensor árduo da via chilena, e outra em torno de Carlos Altamirano (presidente do PS), que acreditava apenas na via armada para uma revolução.

Portanto, a radicalização política ocorrida no Chile desde a campanha eleitoral, aprofundada durante o governo Allende, a falta de uni-

dade entre os partidos que compunham a coalizão, as constantes interferências norte-americanas no processo interno, as campanhas golpistas engendradas pela direita política e pelos principais meios de comunicação demonstraram que não seria fácil manter o projeto inicial da via chilena. Acreditar num possível acordo com o centro político do país representado pela Democracia Cristã, no histórico institucionalista das Forças Armadas e na unidade das forças populares era subestimar o poder de reação das elites do país, que haviam sofrido um duro golpe, principalmente a partir da nacionalização de setores econômicos importantes.

Geralmente, as análises sobre o processo chileno são tentadas a realizar reflexões simplistas como, por exemplo, "a derrota do projeto já estava dada", ou como as célebres perguntas: e se Allende tivesse feito diferente?; e se a UP não tivesse sido tão ingê-



nua?; e se tivessem preparado o povo para via armada?; e se a DC tivesse colaborado?; dentre outros tantos “se”. Mas a história não é feita de “se” e nem de fatalismos. Dessa forma, podemos afirmar que um dos principais legados da via chilena foi pensar em um projeto próprio, nacional, sem copiar outros modelos, primando-se pela mudança radical do sistema econômico (a partir das nacionalizações), pela democracia e, principalmente, pela inclusão social. Entretanto, ao ver seus interesses afetados a partir da adoção de um outro modelo de desenvolvimento nacional, a elite econômica e política chilena reagiu com um violento golpe militar, que resultou na sanguinária ditadura de Pinochet

e na adoção de um novo modelo capitalista que se tornou um falso exemplo de desenvolvimento para a América Latina.

Elisa de Campos Borges é doutoranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense e defendeu seu mestrado na PUC-SP com a dissertação: “O projeto da via chilena ao socialismo do Partido Comunista Chileno: Nem revisionismo, nem evolucionismo, nem reformismo, nem cópias mecânicas.”

O título desse artigo refere-se à frase que Allende gostava de utilizar para caracterizar o projeto da revolução chilena.

Notas

- 1- O general Pinochet continuou chefe das Forças Armadas até 1998 e tornou-se senador vitalício a partir de uma lei escrita por ele mesmo que passou a vigorar com a Constituição de 1980, mostrando sua permanente influência na política chilena. Seu prestígio começou a ser abalado a partir do pedido de prisão expedido pelo juiz espanhol Baltazar Garzón Real em 1998, mas principalmente após denúncias de corrupção que acusavam Pinochet de ter contas secretas no Banco Riggs. As batalhas judiciais contra ele se multiplicam não só no Chile e na Espanha, mas também em outros países. Pinochet morreu em dezembro de 2006.
- 2- Salvador Allende Gossens nasceu em 1908 em Valparaíso. Era médico, foi presidente do Centro de Estudantes de Medicina, vice-presidente da Federação de Estudantes do Chile (FECH) em 1926. Em 1937, aos 29 anos foi eleito deputado e depois assumiu o cargo de ministro da saúde do governo Pedro Aguirre Cerda. Em 1946, 1952 e 1969 foi eleito senador, sendo em 1966 presidente do Senado. Teve papel destacado na fundação do Partido Socialista em 1933, assumindo inclusive a secretaria regional de Valparaíso. Em 1943 foi eleito secretário-geral do PS. No interior do partido, Allende lutou pela unidade da esquerda, inclusive para concretizar a Frente del Pueblo, a Frente de Acción Popular (FRAP) e mais tarde a Unidade Popular. Foi candidato presidencial em 1952, 1958, 1964 e 1970.
- 3- A eleição de Salvador Allende teve um significado extremamente peculiar, principalmente pelo período que vivia a América Latina com: a intensificação das interferências norte-americanas nas questões internas dos países; a presença de Cuba “socialista” na América Caribenha; e a ascensão de governos ditatoriais latino-americanos através de golpes militares. Foi um tempo de rígido controle ideológico e político de pessoas ligadas à esquerda, ao movimento sindical, operário, estudantil, intelectual etc.
- 4- QUIROGA, P. (orgs) Salvador Allende- *Obras Escogidas 1970-1973*. Santiago: Crítica, 1989, p.78-83.
- 5- Programa Básico de Gobierno de la Unidad Popular, 17 de diciembre de 1969, p.14.

Bibliografia

- BARRET-DUCROQ, Françoise (dir.). Por qué recordar? Foro Internacional Memória e História. UNESCO/SOBORNNE. Buenos Aires: Granica, 2002. Capítulo I “La Memória contra el olvido e Capítulo II: La necesidad del olvido”.
- BORGES, Elisa. *O projeto da via chilena ao socialismo do Partido Comunista Chileno: nem revisionismo, nem evolucionismo, nem reformismo, nem cópias mecânicas*. Dissertação de mestrado, PUC-SP, 2005.
- BROSSAT, Alain. “Entre la resistencia y la gubernamentalidad”. In: *Puentes*, n. 19, dezembro, 2006.
- LECHENER, Norbert & GUELL, Pedro. « Construcción Social de Las memorias en la transición chilena” in JELIN, Elisabeth & KAUFMAN, Susana (comps). *Subjetividad y figuras de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006, p.17-46.
- QUIROGA, Patricio (org.). Salvador Allende – *Obras Escogidas – 1970-1973*. Santiago: Crítica, 1989.
- STERN, Steve. *De la memoria suelta a la memoria emblemática: hacia el recordar y el olvidar como proceso histórico*. (Chile, 1973-1998).
- TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2000.
- VALLEJOS, Rolando Alvarez. “Porque esta vez no se trata de cambiar un presidente. ...”. *La Unidad Popular, Allende y las elecciones presidenciales de 1970*. Artigo Inédito, ICAL, 2008.

Parada GLBT

um movimento crescente

A primeira Parada, em 1996, reuniu 300 pessoas. Em junho último, levou 3 milhões às avenidas de São Paulo. A Parada do orgulho GLBT é um termômetro da expansão da luta democrática e humanista pelos direitos dos homossexuais e contra os preconceitos cultivados durante séculos a fio no seio da sociedade



Valéria Gonçalves

Parada do Orgulho Gay, nas redondezas do Museu de Arte de São Paulo (MASP) na Av. Paulista em 2005

Todos os anos essa manifestação busca dar visibilidade à luta contra os preconceitos e pelos direitos civis para gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros (LGBT). Ela ocorre em várias cidades do mundo: Amsterdã, Berlim, Jerusalém, Lisboa, Nova Iorque, Paris, São Francisco etc. A Parada do orgulho GLBT de São Paulo é um dos eventos brasileiros que mais fomenta o turismo internacional na cidade e é o segundo na lista dos que mais atraem visitantes à capital paulista, perdendo apenas para a Virada Cultural (que, em 2008, atraiu 400 mil pessoas). A Fórmula-1 vem em terceiro lugar (85 mil) e o Carnaval em quarto (28 mil). A Parada também está na vice-liderança da arrecadação do município com os turistas (estimativa de R\$ 189 milhões em 2008 para este ano), atrás da Fórmula-1 (R\$ 200 milhões) e à frente da Virada Cultural (R\$ 90 milhões) e do Carnaval (R\$ 30 milhões).

Em São Paulo a Parada Gay acontece desde 1996. No primeiro ano o ato foi na Praça Roosevelt e reuniu cerca de 300 pessoas. Desde então a presença nas Paradas só cresceu. Nos primeiros anos não havia nenhum órgão oficial responsável pela realização do evento. A Associação da Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros (APOGLBT) só foi criada em 1998, assumindo a organização da Parada a partir de 1999.

Em 1999 foi pela primeira vez usada a sigla GLBT. A GLS – Gays, lésbicas e simpatizantes –, usada anteriormente, não contemplava o amplo leque da diversidade sexual, como GLBT o faz, abrangendo também bissexuais (B), travestis e transexuais (T).

Esta sigla passou por mais uma variação depois da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT). Tal conferência foi convocada pelo governo Lula e realizada no último mês de junho, deste ano. Na nova sigla a palavra “lésbicas” passou a anteceder a palavra “gays”, o que resultou na sigla LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). A versão LGBT, cada vez mais usada mundialmente, reforça o combate à dupla discriminação de que muitas mulheres homossexuais são alvo (por serem “mulheres” e por serem “homossexuais”).

O presidente Lula na abertura da 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT, Brasília



Fabio Rodrigues

Dez pontos importantes da Conferência:

1. Movimento adere à nova sigla LGBT: por compreender que as mulheres lésbicas sofrem dupla opressão: por serem mulher nesta sociedade machista, sexista, regida pelo heteropatriarcado, e a decorrente da lesbofobia que faz com que sofram várias violências, discriminações, desigualdades de oportunidade e de direitos. Todos os segmentos da população LGBT sofrem preconceitos, mas neste momento histórico a ICNLGBT referenda a troca da sigla.
2. GT saúde: dentre outras resoluções, se destaca a de mudança de sexo pelo SUS.
3. Fortalecimento e mais dotação orçamentária para o Programa Brasil sem Homofobia.
4. Uso em todo o texto das resoluções: Inclusão sempre da questão racial em todas as resoluções e inclusão, em todas as resoluções em que aparecer homofobia, de lesbofobia e transfobia para visibilizar toda a população LGBT.
5. Criação de uma Subsecretaria LGBT no âmbito da Secretaria Especial de Direitos Humanos.
6. Criação do Conselho Nacional LGBT.
7. Criação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT.
8. Assento LGBT em todos os Conselhos nas três esferas de governo, inclusive no Conselho Nacional de Educação.
9. Educação para a diversidade sexual nas escolas públicas, que trate das questões de gênero, raça/etnia, orientação sexual e identidade de gênero em todos os níveis e modalidades de ensino.
10. Compromisso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de implementar as políticas públicas referendadas pela população LGBT na I Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais.

Sistematizada por Silvana Conti



Eiza Fuza

Participantes da 1ª Conferência Nacional GLBT realizam manifestação contra violência sofrida por homossexuais

O marco de um milhão de participantes na Parada Gay de São Paulo foi atingido em 2003 e a consagração como a maior do mundo veio no ano seguinte, quando aproximadamente um milhão e oitocentos mil pessoas acompanharam a manifestação em São Paulo. Hoje são mais de três milhões de participantes, conforme dados da 12ª edição da Parada Gay, em 2008, em São Paulo.

Com tal capacidade de mobilização, a APOGLBT passou a pressionar o poder público para a execução de políticas direcionadas à comunidade gay. O principal foco de reivindicação se dá em torno da luta contra a discriminação e a homofobia. As contestações contra a violência sofrida pelos homossexuais tornou-se tema das Paradas mais recentes. Em 2006 os manifestantes levantaram a bandeira "Homofobia é crime! Direitos sexuais são direitos humanos!". Em 2007 o tema por um mundo sem machismo, racismo e homofobia levou nada menos do que mais de três milhões de pessoas para as principais ruas de São Paulo. Já neste ano, 2008 – mantendo a marca de mais de três milhões de participantes –, o tema foi "Homofobia mata – Por um Estado laico de fato", reforçando a campanha contra a discriminação.

De 1996 até 2008 a Parada Gay de São Paulo cresceu numa progressão impressionante. O movimento ganhou espaço e conseguiu inserir a batalha contra a homofobia e pelos direitos dos homossexuais como parte integrante da construção da democracia brasileira. Este movimento mostrou resultados significativos e ganhou o apoio de autoridades, lideranças políticas e sociais e personalidades do mundo

da cultura e da ciência. A presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na conferência acima citada, simboliza a legitimidade adquirida pelo movimento.

No âmbito do governo federal duas ações merecem destaque. Uma é o projeto "Brasil sem Homofobia", lançado em 2004 com o intuito de promover o direito à cidadania para os homossexuais. Desenvolvido pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, apoiou só em 2007 mais de 300 eventos, incluindo paradas, congressos, seminários, mostras de cinema, peças de teatro, atividades esportivas, entre outros. O Programa busca combater a discriminação por orientação sexual, raça, etnia, idade, credo religioso ou opinião e afirmar uma cultura de justiça, igualdade, democracia e tolerância.

Outra ação, I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT), também promovida pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, realizada entre 05 e 08 de junho de 2008, em Brasília. Ela representou um marco importante para a comunidade GLBT, pois é a primeira do mundo deste gênero realizada com apoio governamental.

Convocada pelo decreto presidencial de 28 de novembro de 2007, a Conferência propôs um plano nacional de políticas públicas para a comunidade, além da criação de um conselho nacional e de uma subsecretaria federal, subordinada à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Redação Princípios



MUDAMOS

A Editora Anita Garibaldi está em novo endereço:

Rua Amaral Gurgel 447, 3º andar, conjunto 31,

Vila Buarque - Cep 01221-001 - São Paulo - SP

Telefones: 3129 5026 ou 3129 3438



Anita Garibaldi

Entrevista Toni Reis

Conquistas e desafios do movimento LGBT

A principal missão do movimento LGBT é promover a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transsexuais, contribuindo para uma democracia sem quaisquer formas de discriminação

POR ADALBERTO MONTEIRO

A Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (AGLBT), presidida por Toni Reis foi fundada em 1995, com o objetivo de lutar pelos direitos humanos e civis de todos aqueles que são discriminados por sua orientação sexual. Para Reis, somente com um projeto social de educação, que contemple o respeito à diversidade e às diferenças, os LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros) poderão assumir seu lugar de cidadãs e cidadãos plenos na sociedade brasileira.

Em sua opinião, qual a origem da homofobia (não só no Brasil, mas mundialmente)?

Uma das principais causas da homofobia é o fundamentalismo religioso, seja de religiões cristãs ou de outras. No caso da cultura ocidental, em que estamos inseridos, há duas principais conseqüências disso. Na época da Inquisição as pessoas que assumiam publicamente a homossexualidade eram queimadas na fogueira, por serem “pecadores nefastos”. A condenação religiosa da homossexualidade também passou a integrar a legislação de muitos países, de modo que neles a homossexualidade foi criminalizada, às vezes durante séculos. Na América Latina a homossexualidade foi considerada crime no Chile, Equador e, até o ano passado, também na Nicarágua. A partir do século XIX, em muitos países passou a ser considerada uma doença, e foi incluída na Classificação Internacional de Doenças pela Organização Mundial da Saúde de 1948 até 17

de maio de 1990. Portanto, a homofobia tem uma origem milenar: primeiro o fundamentalismo religioso, depois a criminalização e, por último, a atribuição da noção de doença. É relativamente recente o reconhecimento oficial das homossexualidades como mais uma forma das múltiplas expressões da sexualidade, comparado com a milenar condenação da homossexualidade pela tradição judaico-cristã. Portanto, as atitudes contrárias à homossexualidade são fortemente arraigadas na nossa sociedade e somente com a educação pelo respeito à diversidade e às diferenças é que gradativamente os GLBT (1) (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros) poderão assumir seu lugar de cidadãs e cidadãos plenos na sociedade brasileira.

O preconceito religioso é um dos entraves mais sérios no debate sobre homossexualidade. A posição conservadora da igreja foi reafirmada por Papa João Paulo II e pelo Papa Bento XVI. Como você avalia o peso da igreja sobre a comunidade GLBT?

Na América Latina este peso é muito grande. Muitas vezes, embora as Constituições dos países garantam o Estado como laico, ou seja, independente das religiões, no Legislativo há bancadas religiosas bastante grandes. No Brasil, por exemplo, existe a bancada evangélica, com força dentro do parlamento. A igreja católica também, de certa maneira, tem influência sobre muitos dos parlamentares. Isto tem pesado muito nas decisões de nosso parlamento. Basta ver o Projeto de Lei 1151/1995, de parceria civil

registrada, que está no Congresso Nacional há treze anos e não é votado.

Levando em conta estereótipos, aceitação, preconceitos qual a situação do homossexual na sociedade brasileira? Como você avalia as condições e pressões sociais na decisão de assumir a homossexualidade?

A UNESCO fez uma pesquisa intitulada "Juventudes e Sexualidade", que proporciona um panorama claro dessa situação. Ela foi realizada em 2000 e publicada em 2004. Foi aplicada em 241 escolas públicas e privadas em 14 capitais brasileiras. Foram entrevistados 16.422 estudantes, 3.099 educadores(as) e 4.532 pais e mães de estudantes. Entre os diversos resultados, os seguintes dados retratam o preconceito ainda existente em relação aos homossexuais: 40% dos estudantes masculinos não gostariam de ter um colega de classe homossexual, 35% dos pais não gostariam que seus filhos tivessem um colega, de classe, homossexual, e 60% dos professores afirmaram não ter conhecimento o suficiente para lidar com a questão da homossexualidade na sala de aula.

Conforme revelaram as pesquisas realizadas pelo Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) nas Paradas GLBT em Rio de Janeiro (2004), São Paulo (2005) e Pernambuco (2006), 56% dos GLBT entrevistados já sofreram agressão verbal e 19% agressão física. Um total de 69% já sofreu discriminação por ser GLBT. As travestis e transsexuais foram as que mais sofreram violência física (72%), seguidas dos gays (22%) e das lésbicas (9%).

Todos esses dados revelam o quão a homo/lesbo/transfobia ainda permeia nossa sociedade, sendo responsável pelo preconceito e pela discriminação a GLBT, por exemplo, em locais de trabalho, escola, igreja, rua, posto de saúde ou em qualquer outro lugar, e também na falta de políticas públicas afirmativas que contemplem GLBT.

Existe alguma explicação para o fato de o Brasil estar no 1º lugar do ranking sobre ocorrência de morte por violência contra a comunidade GLBT?

Realmente, há muitas mortes devido à homofobia e a situação é agravada pelo alto índice de impunidade. Mas, há países em que a situação é ainda pior. Em sete deles (Afeganistão, Arábia Saudita, Iêmen, Irã, Mauritânia, Paquistão e Sudão), a homossexualidade é punida com a pena de morte, e, em mais aproximadamente setenta, a homossexualidade ainda é proibida por lei. O Brasil está no primeiro lugar

do ranking porque são poucos os países em que há esse levantamento, em particular o México e os Estados Unidos.

Quais as principais vitórias: leis (união civil, adoção, criminalização do preconceito), espaço na sociedade (mídia, parada gay etc) conquistadas pela comunidade?

Uma de nossas principais conquistas foi o atual compromisso do governo federal e o Programa Brasil Sem Homofobia, com 53 ações de combate à homofobia e promoção da cidadania GLBT por 10 ministérios e secretarias especiais.

O judiciário tem avançado consideravelmente e há várias jurisprudências importantes para a comunidade GLBT: o reconhecimento da união homoafetiva; a concessão de direito à herança à/ ao sobrevivente de companheira(o) falecida(o); a alteração de nome e sexo de transsexual no registro civil; a adoção conjunta; companheira(o) de funcionária(o) pública(o) reconhecida(o) como dependente; entre outras.

A mídia, por um lado, tem sido outra área de importantes mudanças positivas em termos do tratamento das questões GLBT. Os jornalistas foram a primeira classe de profissionais a incluir em seu código de ética a proibição da discriminação por orientação sexual. Também temos visto na mídia escrita, principalmente nos jornais, que poucos desses meios de comunicação ainda mantêm uma linguagem homofóbica ou discriminatória. Na televisão, nas novelas há personagens que retratam de forma cada vez mais positiva os GLBT. Por outro, ainda há alguns programas humorísticos que insistem em utilizar estereótipos negativos que apenas servem para reforçar o preconceito.

Há outro avanço em relação a eventos de visibilidade massiva, principalmente a partir de 1995. Em 2007, houve 177 eventos e paradas do Orgulho GLBT. Em maio de 2008, já estamos em torno de 100 eventos e paradas cadastrados.

Há pelo menos 92 municípios (incluindo 9 capitais) e 14 estados já com leis específicas proibindo a discriminação por orientação sexual.

Sem dúvida, a maior conquista foi a convocação, pelo presidente Lula, da I Conferência Nacional GLBT, precedida de 27 Conferências GLBT Estaduais e 114 Conferências GLBT Municipais/Regionais, tendo como objetivo propor as diretrizes para a implementação de políticas públicas e o plano nacional de promoção da cidadania e direitos humanos de GLBT, bem como avaliar e propor estratégias para fortalecer o Programa Brasil Sem Homofobia.

Fale sobre as principais ações da ABGLT. Qual a interlocução da entidade com outros movimentos sociais?

A atual missão da ABGLT é promover a cidadania e defender os direitos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transsexuais, contribuindo para a construção de uma democracia sem quaisquer formas de discriminação, afirmando a livre orientação sexual e identidades de gênero. A instituição tem como visão unir esforços para a conquista de uma sociedade igualitária.

Atualmente as linhas prioritárias de atuação da ABGLT incluem:

- O monitoramento do Programa Brasil Sem Homofobia;
- o combate à Aids e a outras doenças sexualmente transmissíveis;
- a defesa da livre orientação sexual e identidade de gênero no âmbito do Mercosul;
- advocacy para aprovação de leis e garantia de orçamento para políticas afirmativas voltadas para GLBT;
- capacitação de lideranças lésbicas em direitos humanos e advocacy;
- capacitação de profissionais do Direito em questões de cidadania GLBT; e
- a promoção do Estado laico e o combate ao fundamentalismo religioso.

Desde sua fundação, a ABGLT procura manter diálogo com outros movimentos sociais. Isto ficou expresso na Carta de Princípios aprovada quando da criação da instituição em 1995: "A ABGLT estará ao lado de todas as entidades, organizações populares e movimentos que almejam transformar a vida das pessoas, fazendo-a mais livre e digna. Estará ao lado das mulheres, dos negros, trabalhadores do sexo, das chamadas minorias e de todos os grupos vítimas de opressão generalizada ou específica".

No início da atual gestão da ABGLT (no começo de 2007) foi realizada uma reunião de planejamento estratégico que, além da diretoria da ABGLT, envolveu a participação de lideranças do movimento estudantil, o movimento de mulheres, o movimento negro, o movimento sindical, o movimento Aids e a academia. Com esses movimentos é que temos interlocução, e também vimos tendo interlocução com o Conselho Federal de Psicologia e o Conselho Federal de Serviço Social.

Quanto à Conferência Nacional – o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transsexuais (Brasília 6 a 8 de junho de 2008), a primeira no mundo a abordar o tema em caráter nacional e institucional –, o que pode mudar no cenário com a sua realização?

Esta é a terceira grande conquista do movimento GLBT brasileiro. A primeira foi a retirada do código 302.0 da classificação internacional de doenças pelo Conselho Federal de Medicina, em 1985. O Brasil foi o quinto país a retirá-lo, como resultado de esforços muito grandes, principalmente por parte do Grupo Gay da Bahia e do ativista João Antonio Mascarenhas. A segunda foi o Programa Brasil Sem Homofobia, como mencionado acima. E agora teremos a I Conferência Nacional GLBT, convocada pelo governo Lula por reivindicação do movimento social. Quinze ministérios discutirão políticas públicas para a comunidade GLBT. Desta conferência deve sair o plano nacional de políticas públicas para GLBT, com atividades, orçamentos, responsabilidades, prazos e metas que possibilitarão uma avaliação na II Conferência. Ela é importante porque envolve todos os estados. Todos(as) os(as) governadores(as) convocaram as conferências estaduais e houve uma grande mobilização acerca do tema. Com certeza, além do impacto nas políticas nacionais, também haverá repercussões positivas no âmbito dos governos estaduais e municipais.

Como você avalia a atitude do governo em tratar desse tema como uma política de Estado?

A questão dos direitos humanos e da cidadania é uma questão de Estado. Dada a universalidade dos direitos humanos, políticas públicas de Estado que não incluem as questões GLBT são políticas incompletas. Neste sentido, vejo com bons olhos a boa vontade política do atual governo em tratar desse tema como uma política de Estado.

Qual valor você, enquanto militante e uma referência importante no movimento GLBT, atribui à realização dessa Conferência?

É uma grande reivindicação do movimento GLBT o fato de querermos políticas públicas específicas. Assim, a Conferência, e todo o processo que a envolveu, é fundamental. De igual importância é a sensibilidade social do atual governo que está implantando uma política de promoção da inclusão social. O atual partido governista e os partidos aliados, na maioria, são os que têm uma história de luta pela inclusão da comunidade GLBT.

Adalberto Monteiro é editor da Princípios e presidente da Fundação Maurício Grabois

Nota

- 1 - A entrevista foi concedida antes da realização da I Conferência Nacional GLBT, na qual se estabeleceu o uso da sigla LGBT em vez de GLBT.

Fios e tramas do *ARCO-Íris* *Marxismo, Feminismos e* *a Livre Orientação Sexual*

SILVANA CONTI

A luta contra a homofobia, muito mais do que atender aos anseios de um grupo, insere-se no processo de construção de uma verdadeira democracia

Somos tantas...

Estamos em todos os lugares, mas poucas pessoas querem nos ver. Somos negras, brancas mestiças. Somos altas, magras, roliças. Somos jovens, adultas, idosas. Somos mulheres comuns, famosas. Somos atéias, cristãs, religiosas. Somos trabalhadoras, do lar, da rua. Somos filhas, mães, avós. Somos tristes, alegres, sonhadoras. Somos Lésbicas batalhadoras. Existimos, estamos no mundo. Vê quem quer enxergar... Escuta quem quer ouvir...

(poesia lida no V SENALE – Seminário Nacional de Lésbicas – Silvana Conti)

No Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels, além de afirmarem o papel da família na reprodução da opressão da mulher, indicam a possibilidade e a necessidade de transformar essa instituição. A denúncia contundente sobre os valores e a (falsa) moral então predominantes na família burguesa, aspectos identificados com a lógica do modo de produção capitalista, conduz à sua negação como instituição “sagrada”, intocável.



Coube ainda ao marxismo a análise crítica do conceito liberal de igualdade, contribuindo, assim, para a compreensão dos limites da igualdade jurídica como instrumento de reversão da subordinação vivida pelas mulheres. A distinção entre emancipação política e emancipação humana e a crítica à noção liberal que supõe – igualdade formal de todas(os) as cidadãs e cidadãos, mas nada diz a respeito das desigualdades reais – oferece elementos para distinguir entre o feminismo de corte liberal, cuja meta é a igualdade de direitos, e o feminismo emancipacionista, segundo o qual a subordinação de gênero não cessará apenas abolindo as distinções legais, perseguindo uma transformação das estruturas econômicas e políticas geradoras de desigualdades.

A contribuição de Alexandra Kollantai (1) (1873-1952) – uma referência importante para as feministas marxistas – abordou os temas do amor e da sexualidade, até então bem pouco considera-

dos por pensadores marxistas dando consequência à análise de Marx e Engels em relação à falsa moral burguesa e aos interesses que sustentavam a instituição familiar. Alexandra argumentou a favor de uma sexualidade livre das amarras morais e materiais.

Dentre as referências de mulheres marxistas está a camarada Loreta Valadares (2007) que nos coloca um grande desafio:

“Quando eu me for (se eu me for) vão até onde não fui” (LORETA VALADARES, 2007).

Acreditamos que este momento histórico que estamos vivendo está completamente ligado a essa afirmativa de Loreta, pois para ela a opressão de classe interliga-se com a opressão de gênero, coincidindo historicamente e se desenvolvendo entrelaçadas no decorrer da história. A elas, entrelaça-se a opressão de raça. Também defendia que a luta contra a opressão de gênero se insere na luta contra todos os elos de opressão e pela conquista de uma sociedade radicalmente nova, sem discriminação de sexo/gênero, raça e de classe.

Precisamos ousar cada vez mais...

Queremos afirmar que uma das mais importantes contribuições da antropologia ao estudo da humanidade foi conseguir demonstrar que a sexualidade também se inscreve no rol de todas as criações humanas, constituindo mais um objeto social da ordem da linguagem, da cultura, do simbólico, não sendo a anatomia dos sexos nenhuma causa do destino sexual dos seres humanos. A idéia de um destino biológico como definidor da orientação sexual não se sustenta à menor prova do confronto com as descobertas da pesquisa etnológica. Considerando as contribuições e desafios propostos por Marx, Simone de Beauvoir, Michel Foucault entre outros, precisamos cada vez mais ousar na direção de que a heterossexualidade não é a única expressão da sexualidade humana, que existem mulheres e homens que orientam seu desejo para pessoas do mesmo sexo, e por este fato são discriminadas(os) pela sociedade que mantém padrões machistas, regidos pelo heteropatriarcado, pelos fundamentalismos, pela opressão de classe, pelo racismo e por todas as formas de preconceito e opressão (GUACIRA LOPES LOURO, 1997).

A lesbofobia, a homofobia e a transfobia (2) também são fatores estruturantes da desigualdade social. Fatores estes aos quais precisamos conhecer, entender e tomar posição, pois a livre orientação sexual é um direito humano.

No capítulo X, art. 49 do Programa Socialista



e Estatuto do Partido Comunista do Brasil, o item “atuação dos comunistas nas entidades e movimentos sociais” aponta:

(...) O partido prioriza a ação entre os trabalhadores, tendo presente também o movimento juvenil e estudantil, comunitário e demais movimentos das camadas populares, entre eles os das mulheres, negros, indígenas, movimentos culturais, artísticos, de defesa ambiental, de liberdade de orientação sexual (grifo meu), de promoção de direitos humanos (...) (2006, p. 82).

Histórico do movimento de lésbicas

A história de mulheres que amam outras mulheres não representa nenhuma novidade em nossa sociedade, pois a origem do termo lésbica provém de Lesbos, ilha grega da Ásia Menor, marcada pela presença da poeta Safo (século VII a.C.). Sua obra foi queimada e reduzida a fragmentos, por sua orientação sexual e pela devoção às deusas gregas. As mulheres nascidas em Lesbos eram chamadas de lésbicas.

No Brasil, no século XVI, Felipa de Souza foi denunciada ao tribunal do Santo Ofício, na Bahia, por “práticas diabólicas”. Entre elas, fazer amor com mulheres. Sua punição foi severa: a humilhação e o açoite públicos seguidos pelo exílio e morte. Hoje, no século XXI, pode-se dizer que muita coisa mudou em decorrência da ação do movimento pelos direitos sexuais. As mulheres lésbicas e bissexuais brasileiras não são açoitadas em praça pública e não podem ser legalmente punidas por suas escolhas afetivas e sexuais. No entanto, o preconceito e a conseqüente discriminação seguem impedindo o exercício de liberdades fundamentais e violando os direitos humanos das mulheres lésbicas e bissexuais.

Mulheres lésbicas: opressão no panorama internacional

Em certos países muçulmanos uma relação amorosa e sexual entre duas mulheres merece um castigo que vai desde a flagelação pública até a pena de morte. Esse é o caso de Afeganistão, Arábia Saudita, Barein, Irã, Kuwait, Qatar, Tchetchênia, Sudão e Iêmen. Por isso, nesses países, a vida das lésbicas está gravemente ameaçada.

No Paquistão, uma mulher reconhecida como lésbica corre o risco de ser castigada com prisão per-

pétua e com chicotadas. Em todos os países citados, incluindo os ocidentais, as lésbicas podem sofrer ofensas, assédio e agressão por parte de desconhecidos, se demonstram publicamente seu amor por uma companheira.

Em numerosos países, as lésbicas são submetidas a tratamentos psiquiátricos sob o pretexto de que seu amor pelas mulheres é uma patologia. Esse diagnóstico contraria os parâmetros fixados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que reconhece, sem julgar, a diversidade de orientações sexuais. Entre as terapias, destacamos o uso de dro-

gas psicotrópicas, que alteram as faculdades mentais, e os eletrochoques.

Em muitos países uma mulher não pode declarar seu amor por outra mulher sem correr o risco de provocar o repúdio de sua família, o ostracismo ou a rejeição de sua comunidade, sem arriscar-se a ser trancada num hospital psiquiátrico ou numa prisão, ou ser condenada à pena de morte. Outros fatores que igualmente limitam a possibilidade de as mulheres escolherem livremente viver seu amor por outras mulheres são: a lesbofobia, a intolerância, a presença de preconceitos nos textos religiosos, nos meios de comunicação e na literatura, a falta de informação objetiva e de campanha de educação sobre a orientação sexual. Todos esses meios de coerção freqüentemente obrigam ao casamento heterossexual mulheres que sentem atração por outras mulheres, mesmo nos países ocidentais. Além disso, a discriminação e a violência perpetradas pelo Estado, pela comunidade e pela família impedem as lésbicas de se manifestarem no espaço público e, como conseqüência, de tomarem a palavra e de se agruparem para defender seus direitos e liberdades mais elementares.

Lésbicas Feministas construindo os movimentos sociais no Brasil

Engana-se quem ainda pensa que nós, feministas brasileiras, nos tornamos cidadãs fazendo as nossas lutas, especificamente, por conquistas de direitos civis, sociais e políticos somente para as mulheres. Nossa luta é pela transformação social.

A luta do feminismo emancipacionista se dá pela conquista da cidadania. Passou e passa pela nossa participação nos movimentos democráticos pela independência do país, contra o crime brutal da escravatura, pela República, contra o Estado Novo, pela paz, contra a ditadura militar, pela

A opressão de classe interliga-se com a opressão de gênero

anistia, contra a carestia, pelo movimento “diretas já”, contra o racismo, pela Constituinte, contra a corrupção, pelo “impeachment” de Collor, contra a

privatização do Estado, pela reforma agrária, pela autonomia dos movimentos sociais, pela descriminalização e legalização do aborto, pelo fim da

Movimento de lésbicas no Brasil

Anos 1990: a) o movimento feminista começa lentamente a assumir as questões lésbicas; b) na 4ª Conferência Mundial de Mulheres, em Pequim, novos paradigmas influenciaram os movimentos sociais e, nesse momento, os direitos das mulheres são considerados humanos. Nesta Conferência Mundial, pela primeira vez na história, a presença das lésbicas adquiriu um papel preponderante para elaboração e aprovação de propostas. Durante o debate, representantes de mais de 30 países discutiram a necessidade da erradicação de toda forma de violência e discriminação contra as mulheres. Outro conceito discutido foi o de família, que deveria aparecer no plural e não no singular, pois no plural significaria reconhecer a existência de múltiplas organizações familiares; c) pela primeira vez acontece o SENALE (Seminário Nacional de Lésbicas) no Rio de Janeiro, organizado pelo grupo Coisa de Mulher; d) II SENALE (Salvador, BA); e) III SENALE (Betim, MG). Este seminário foi de fundamental importância para as lésbicas mineiras, pois através deste evento surgiu uma associação exclusivamente de lésbicas, a ALEM. Durante o seminário, foi discutida a criação de uma rede de informação entre lésbicas, o que significou um grande avanço para o movimento.

A partir de 2000

2001 – IV SENALE, Porto das Dunas, Ceará.

2003 – III FSM (Fórum Social Mundial) – Porto Alegre. Oficina de Visibilidade Lésbica. Planeta Arco-Íris. Constituição da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL). Nesta oficina, também foi constituída uma comissão para a elaboração de um documento em forma de carta aberta ao III Fórum Social Mundial (FSM), onde as lésbicas se posicionaram politicamente contra a guerra, o massacre na Palestina, os fundamentalismos, o imperialismo, FMI e violências manifestadas em qualquer forma.

2003 – a) V SENALE, São Paulo. Tema Central: “Políticas Públicas: Conquista de Cidadania para Lésbicas”. Mesas e Oficinas sobre: Saúde, Educação, Identidade, Direitos e Políticas Públicas. Foram debatidos assuntos como combate à violência, gênero, sexualidade, diversidade, entre outros. Neste SENALE, referendamos o 29 de Agosto como Dia Nacional da Visibilidade Lésbica e reafirmamos a necessidade de realizar eventos que marcassem essa data em todas as regiões do país. Este SENALE foi um divisor de águas no movimento de lésbicas, pois estruturamos coletivamente a primeira coordenação provisória nacional da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), renovando as referências do movimento e abrindo espaço para novas militantes. Ainda nesse evento, realizou-se a I Caminhada de Mulheres Lésbicas, Bissexuais e Simpatizantes. A caminhada foi organizada pelo Grupo Umas & Outras; b) XIV Encontro Nacional Feminista – Porto Alegre. As lésbicas e bissexuais da LBL participaram da coordenação do encontro, das mesas principais e oficinas.

2004 – I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres – Brasília. Grande visibilidade das lésbicas na Conferência. Foi incluída a questão da orientação sexual em todas as propostas onde aparecia a diversidade das mulheres negras, indígenas, idosas, jovens e outras.

2006 – a) 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (EFLAC) com participação massiva de lésbicas; b) Lei Maria da Penha – Inclusão de casais de lésbicas nos casos previstos na Lei – Violência Doméstica e familiar; c) conquista de assento nas instâncias de controle social: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e no Conselho Nacional de Saúde.

2007 – a) VII Encontro Lésbico-Feminista da América Latina e do Caribe (ELFLAC) – Chile; b) II Conferência Nacional de Políticas públicas para as Mulheres – Brasília. Consolidamos nossa parceria com o movimento de Mulheres negras. O conjunto do movimento de mulheres reconhece que a violência de gênero, a opressão de raça/etnia e orientação sexual são violências estruturantes e históricas que expressam a opressão das mulheres e precisam ser tratadas como questões de segurança pública, justiça, educação e saúde pública.

2008 – a) VI Caminhada de Lésbicas e Bissexuais – Realizada pela LBL/ São Paulo. Contou com a participação de mais de 3 mil pessoas; b) I Conferência Nacional GLBT – Brasília. Será um momento ímpar para o movimento pela livre orientação sexual unificar bandeiras a fim de garantir políticas públicas para a população de lésbicas, gays, travestis e transsexuais.

lesbofobia, homofobia e transfobia, pelo fim dos fundamentalismos, da fome, dos baixos salários e exploração das trabalhadoras e trabalhadores; pelo fim de toda e qualquer forma de opressão de classe, gênero, raça/etnia, orientação sexual, geracional e outras.

Já tivemos inúmeras conquistas, mas ainda temos muito que conquistar! Nossa cidadania existe, porque, lado a lado com as lutas gerais, nos organizamos e nos constituímos enquanto Sujeitos Políticos Coletivos, como lésbicas feministas, como movimento autônomo de mulheres em torno do direito à educação, ao voto, à saúde, ao trabalho, às artes, aos esportes, ao exercício do poder, a decidir pelo uso do próprio corpo, à racionalidade para produzir e reproduzir, à subjetividade de desejar, amar e desamar, amar outras mulheres, viver sozinha, ter filhos sem marido, enfim, a termos o direito de ter direitos.

A partir de sua intervenção crítica, o movimento feminista ultrapassou os limites de chegada, recriando paradigmas. A inserção de ativistas com conteúdos feministas e anti-racistas nas esferas de decisão possibilita uma imediata mudança de discussão e visão política favorecendo agendas determinantes para a promoção dessas populações renegadas pelo sistema hegemônico (5).

Temos muitas lutas a empreender para que o Brasil tenha uma verdadeira democracia. Uma das mais importantes é alcançarmos uma representação cada vez maior de mulheres nos poderes da República, que seja coerente tanto com a nossa participação política, econômica e social no cotidiano da vida nacional, como com a nossa condição de estrato majoritário da população e do eleitorado brasileiro. Sendo assim, engana-se quem ainda pensa que existe democracia sem igualdade de direitos e oportunidades entre mulheres e homens.

A sociedade vem, a cada dia, se mobilizando no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Durante muito tempo, ocorrências dessa natureza eram tidas como de menor importância, refletindo a banalização do fenômeno. Em 2006, após anos de luta, o movimento de mulheres no Brasil conquistou aquela que veio a ser a carta máxima de defesa das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar: a Lei Maria da Penha.

Lei Maria da Penha – uma conquista para *todas* as mulheres

É importante destacar esta conquista no âmbito legal, que tipifica e define a violência doméstica e familiar contra a mulher e estabelece as formas de violência contra a mulher como física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, e determina que a violência doméstica contra a mulher independe de sua orientação sexual. Em que pese os significativos avanços na legislação brasileira desde a Constituição Federal de 1988 acerca da garantia dos direitos humanos, não existia ainda no Brasil uma legislação própria para tratar das especificidades da violência contra as mulheres.

O custo econômico da violência doméstica

Uma lacuna destacada pelo movimento lésbico feminista é a inexistência de dados de pesquisas específicos em relação às violências sofridas por lésbicas. Mas nosso cotidiano mostra que estas mulheres são muitas vezes excluídas do mercado de trabalho, da escola, dos serviços de saúde e de diversas outras instâncias públicas devido a sua aparência física, quando foge do padrão feminino considerado pela sociedade como “normal”. Esses

dados são invisíveis por diversos fatores, dentre eles: a lesbofobia leva muitas mulheres e meninas lésbicas a omitirem sua orientação sexual por motivo, inclusive, de sobrevivência. Um outro importante fator é a inexistência do quesito orientação sexual nos documentos (fichas, prontuários e outros) dos serviços públicos, demarcando assim a invisibilidade deste segmento populacional.

Em pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão (2006), dados do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento revelam que:

- Um em cada 5 dias de falta ao trabalho no mundo é causado pela violência sofrida pelas mulheres dentro de suas casas.
- A cada 5 anos, a mulher perde 1 ano de vida saudável se ela sofre violência doméstica.
- O estupro e a violência doméstica são causas importantes de incapacidade e morte de mulheres em idade reprodutiva.

Engana-se quem ainda pensa que nós, feministas brasileiras, nos tornamos cidadãs fazendo as nossas lutas, especificamente, por conquistas de direitos civis, sociais e políticos somente *para as mulheres*. Nossa luta é pela transformação social

• Na América Latina e Caribe, a violência doméstica atinge entre 25% e 50% das mulheres.

Políticas Públicas como garantia de direitos. Educação Inclusiva e Não Sexista: Ferramenta de Emancipação

Uma das alternativas possíveis para modificarmos esse cenário opressor, discriminatório e preconceituoso da sociedade é investirmos em uma educação de qualidade, que se comprometa com o acesso e a permanência das(os) estudantes, respeitando suas histórias, suas culturas, suas especificidades, na busca de ser uma ferramenta importante para termos uma sociedade mais solidária, mais justa e que todos os sujeitos tenham a possibilidade de exercer sua cidadania. Parafraseando Nelson Mandela num ditado xhosa (sua língua materna), "Pessoas são pessoas através de outras pessoas".

Sob essa ótica, poderíamos afirmar que educar é trabalhar no desenvolvimento e emancipação das pessoas, o que sem dúvida não se trata de pessoas isoladas, mas inseridas numa rede de fatores que produzem significações múltiplas e complexas. Assim, cada pessoa está inserida num espaço e num tempo, num momento da história, que convive com um grupo próximo, e que se relaciona com grupos mais amplos e com toda a sociedade.

A visão individualista e competitiva dominante da sociedade capitalista tende a fazer as pessoas se sentirem responsáveis pela própria situação e a produzirem um grande sentimento de exclusão e solidão. Entretanto, pela ação das próprias redes e o crescimento das inter-relações, aumenta também a consciência de direitos individuais e sociais. Podemos afirmar que a visão dos direitos individuais e coletivos é fundante para as ações educativas contemporâneas.

Assim, o direito de se desenvolver como pessoa de seu tempo, de sua cultura, de sua geração, como protagonistas da sociedade e do mundo, é inalienável a todos e a todas. É fundamental termos em nossas ações a intenção de eliminar os elementos constitutivos da subordinação das mulheres, das relações hierárquicas entre gêneros, bem como toda forma de opressão e preconceitos em relação àquelas pessoas que fogem do padrão de normalidade imposto pela sociedade.

Sabemos que a sociedade reforça padrões machistas, lesbofóbicos, homofóbicos, fundamentalistas e racistas, dentre outros, propiciando maiores oportunidades para quem é: homem, rico, branco, jovem, alto, magro, heterossexual, enfim, um cidadão de "primeira categoria".

A educação, a escola, as educadoras e educadores, enfim, todas as pessoas envolvidas no processo

Algumas Bandeiras de Lutas

Uma Educação Inclusiva e não sexista que incorpore em seu currículo a perspectiva de gênero, raça/etnia e orientação sexual no processo educacional formal e informal desde a educação infantil e em todos os níveis de ensino;

Direito de decidir sobre nossos corpos – descriminalização do aborto;

Mudança da Constituição brasileira – Projeto de Emenda Constitucional (PEC 70) – Artigo 226: mudança do conceito de Família: de "união entre homem e mulher" para "união entre duas pessoas independente da orientação sexual";

Direito à adoção;

Por um Estado laico;

Pela eliminação de toda forma de opressão;

Por um mundo onde não exista nenhuma forma de exploração de classe;

Pela erradicação da violência contra todas as mulheres;

Por direitos sexuais e reprodutivos;

Pelo direito de decidir sobre nossos corpos, nossos prazeres, nossos amores;

Garantia de todos os direitos civis;

Direito à parceria civil;

Criminalização da homofobia/lesbofobia/transfobia

educativo, devem refletir sobre sua prática, a fim de avaliar o quanto seu trabalho também reforça esses padrões sociais. Precisamos estar na contramão desse processo social que discrimina, exclui e rejeita aquelas pessoas que fogem do padrão hegemônico socialmente aceitável.

Importância da I Conferência Nacional GLBT

A I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (I CNGlBT) representa um marco histórico e uma conquista política para a população LGBT. Nesse espaço serão discutidas e sistematizadas propostas que foram elaboradas nas conferências dos 27 estados do território nacional.

A sociedade brasileira precisa conhecer e respeitar as pessoas que estão atrás das "letrinhas" do arco-íris, pois estas, como quaisquer outras, necessitam de políticas públicas a fim de poderem ter uma vida

digna com educação, saúde, justiça e segurança pública, cultura, trabalho e geração de renda, turismo, comunicação, esportes, igualdade racial, assistência social, habitação, dentre outras.

A população LGBT sofre muitas violências e preconceitos e diversas vezes os direitos básicos de cidadania lhe são negados.

Tenho a esperança de que possamos – enquanto movimento social – compreender que as palavras, a afirmação de novos conceitos, a visibilidade de cada segmento da população LGBT reforcem a possibilidade de acabarmos com todas as fobias.

Além de militantes do movimento pela livre orientação e expressão sexual somos formadoras(es) de opinião que têm a responsabilidade de estudar, produzir teorias, fazer a disputa prática e teórica de conceitos que devem ser aprofundados e modificados conforme a necessidade do momento histórico que vivemos. Queremos um Brasil sem homofobia, sem lesbofobia, sem transfobia, pois cada segmento deste tem suas especificidades que devem ser tratadas de forma geral em alguns momentos, mas de forma específica em muitos casos.

Acredito que chegará o dia em que todas as pessoas serão livres, terão trabalho, terão casa, terão comida, terão acesso à educação, à saúde, à cultura e a

tudo mais que desejarem. Pessoas que terão direito de viver, amar, sonhar. Pessoas que terão direito de sorrir e ser felizes. Nesta sociedade não teremos classes sociais, não teremos racismo, mulheres e homens terão os mesmos direitos e oportunidades e todas as pessoas poderão apenas “SER”: sem letrinhas, sem caixinhas, sem rótulos. Apenas ser. Nestes novos tempos os fios e as tramas do arco-íris serão muito mais coloridos, já que o sol brilhará para todas as pessoas.

...O fato de estarmos aqui, é triunfo de muitas mulheres que nos antecederam: as visionárias, as bruxas, as sufragistas, as feministas e, sem dúvida, as poetas. Porque esta realidade foi utopia, como é utopia o que falta conquistar.

(Maria Guerra – México)

Silvana Conti é filha de Oxum, educadora, lésbica feminista, articuladora nacional da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Porto Alegre, coordenadora geral do Fórum de Mulheres de Porto Alegre, membro da comissão organizadora nacional da I Conferência Nacional LGBT, membro da executiva municipal e estadual da União Brasileira de Mulheres (UBM) e membro da fração nacional LGBT do PCdoB.

Notas

- 1 Escrever por extenso o nome das autoras e autores quando este é inserido pela primeira vez no texto propriamente dito contraria as normas de redação científica propostas pela ABNT. Assim como o uso da grafia “a/o”, esta é uma opção política decorrente de nossa inserção no campo dos Estudos Feministas, que visa a tornar visíveis (quando não é possível fazê-lo de outro modo) mulheres e homens a quem nos referimos ou nos quais nos apoiamos teoricamente.
- 2 Estes termos referem-se a aversão, medo, desrespeito, violências e preconceitos destinados às lésbicas, a gays, travestis e transsexuais.
- 3 Ver Ribeiro, Matilde (2006).

Bibliografia:

- Carta de Princípios da Liga Brasileira de Lésbicas*. Brasil, 2003. (folheto).
- CONTI, Silvana B. “A liga brasileira de lésbicas”. *Revista projeto olhares: ação para visibilidade lésbica* em Porto Alegre, Nuances (grupo pela livre orientação sexual de Porto Alegre), jan. 2005, p. 12.
- _____. *Opressão de gênero e lesbofobia: até quando?* 29 de agosto dia nacional da visibilidade lésbica! Porto Alegre, 2006 (mimeo).
- Documento de informação sobre o direito das Lésbicas construído pelo comitê de reconhecimento das Lésbicas da Federação de Mulheres de Quebec. 1998, Montreal.
- INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. *Pesquisa sobre violência contra a mulher*. Acesso em outubro 2006. <www.patriciagalvao.org.br>
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- POCAHI, Fernando. “Um mundo de injúrias e outras violações: reflexões sobre a violência heterossexista e homofóbica a partir da experiência do Centro de Referência em Direitos Humanos”. *Rompendo o silêncio*. Nuances, 2007.
- Programa Socialista e Estatuto do Partido Comunista do Brasil. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.
- RIBEIRO, Matilde. “O feminismo em novas rotas e visões”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, UFSC, p. 801-810, 2. semestre, 1999.
- VALADARES, Loreta. *As faces do feminismo*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2007.
- VENTURA, Minam (org.) *Direitos sexuais e direitos reprodutivos na perspectiva dos direitos humanos: síntese para gestores, legisladores e operadores do direito*. Rio de Janeiro: Advocaci, 2003.

1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude e as entrelinhas de um processo participativo

Na esteira da realização de diversas conferências nacionais, a primeira Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, realizada entre os dias 27 e 30 de abril de 2008, em Brasília, reforçou o sentido político da participação social no governo Lula

DANILO MOREIRA

Cerca de dois mil jovens de todo o país participam da abertura da 1ª Conferência Nacional da Juventude

“Eu penso que esta conferência vai carimbar concretamente as obrigações do Estado brasileiro para com a juventude brasileira”

(Presidente Lula, 28 de abril de 2008)

Recomendações de uso (ou aviso aos navegantes)

A descrição do processo organizativo desta Conferência tem o objetivo explícito de registrar, sob um ponto de vista, uma experiência historicamente determinada. Por outro lado, várias questões suscitadas pela conferência surgiram a partir de apostas que fizemos e dos resultados práticos que trouxeram. Em outras palavras a Conferência foi



também um laboratório político, conceitual e organizativo. Por isso, a idéia é que este texto também seja lido nas entrelinhas.

Elementos de um cenário

Entre os dias 27 e 30 de abril de 2008, Brasília foi palco do momento final da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Um intenso processo de diálogo que, durante oito meses, mobilizou centenas de milhares de participantes por todo o país. A Conferência foi promovida pelo governo federal e organizada pela Secretaria Nacional de Juventude e pelo Conselho Nacional de Juventude.

Sem desconsiderar o sucesso alcançado na etapa nacional, com avaliação positiva de 85% dos parti-

participantes (2), é preciso levar em conta ter sido a primeira conferência, de uma política pública recente, com baixa institucionalidade nos estados e municípios e pouco assimilada como uma agenda importante na própria sociedade civil. Mesmo em nível federal, somente em 2005 foram criados a Secretaria e o Conselho Nacional de Juventude. Neste caso apesar do pouco tempo, há que se reconhecer que desde então este tema vem numa curva ascendente, com o fortalecimento desses dois órgãos e a ampliação dos recursos federais em programas e ações direcionadas à juventude.

Um segundo elemento que compõe o cenário desta conferência é a evidência do tema na agenda pública. Seja pela polêmica reiteradamente criada após episódios de violência envolvendo jovens adolescentes (normalmente em torno da redução da maioridade penal), seja pelo debate suscitado com a implementação de programas e ações governamentais voltados à juventude. Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), extensão da cobertura do Bolsa Família de 15 para 17 anos e o Programa Universidade para Todos (Prouni), servem para exemplificar.

Um terceiro elemento definidor do nosso cenário é o ambiente democrático na relação com a sociedade civil, expresso na existência de canais reais de participação, como o Conselho Nacional de Juventude e a própria Conferência. Somado a isto, os elevados índices de aprovação do governo federal, e do presidente em particular (3), em muito contribuíram para equilibrar e qualificar a relação entre governo e sociedade civil. Sem que houvesse falsos antagonismos ou restrições ao exercício da crítica.

Por último, esta Conferência, assim como os demais espaços de participação juvenil, também foi acompanhada por um estigma injustamente atribuído a esta geração de jovens: a alienação e a aversão quando se trata da sua relação com a política. Não foram poucas as vozes céticas ou conservadoras a duvidar da importância da Conferência enquanto um espaço para militância juvenil. Seja resgatando uma visão saudosista, da importante participação política de outras gerações, como um modelo para os jovens de hoje, seja reforçando um discurso indivi-

dualista, no qual não cabem a organização coletiva e os sonhos de construção de outro tipo de sociedade. Estes distintos agentes políticos não estavam necessariamente abertos às surpresas que só algo inédito – como uma 1ª Conferência de Políticas Públicas de Juventude – poderia trazer.

Uma Conferência mobilizadora – 400 mil participantes

A Conferência foi lançada em 05 de setembro de 2007 pelo presidente Lula no mesmo evento em que foi anunciado o novo Projovem, programa cuja

meta é alcançar, até 2010, 4 milhões de participantes com investimentos da ordem de 5,4 bilhões de reais. Nesse dia – denominado pela grande imprensa como o do lançamento do PAC da Juventude –, foi também assinado o decreto de convocação da Conferência. Tal documento presidencial, mais que um ato formal, apresentava os temas da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude: 1) Juventude: democracia, participação e desenvolvimento nacional; 2) Parâmetros e diretrizes da Política Nacional de Juventude; e 3) Desafios e Prioridades para as Políticas Públicas de Juventude. Temas estes que muitos sintetizaram politicamente em

três palavras: contexto, conceito e ação.

Após o lançamento, seguiu-se um grande número de debates preparatórios num total de 1558 etapas, distribuídas entre conferências estaduais, regionais, municipais, consulta a povos e comunidades tradicionais e conferência livres (4). Esses debates ocorreram a partir de 22 de setembro de 2007 e envolveram mais de 400 mil participantes.

Todos esses encontros produziram 4500 propostas nos mais variados temas e elegeram 2 mil delegados para a Etapa Nacional.

Uma conferência inovadora

Para além dos números é importante ressaltar três inovações “organizativas” que, na verdade, são a tradução prática de objetivos políticos da conferência.

Realização de etapas municipais eletivas: ocor-



Jovem exibe rosto de Che Guevara tatuado em sua panturrilha

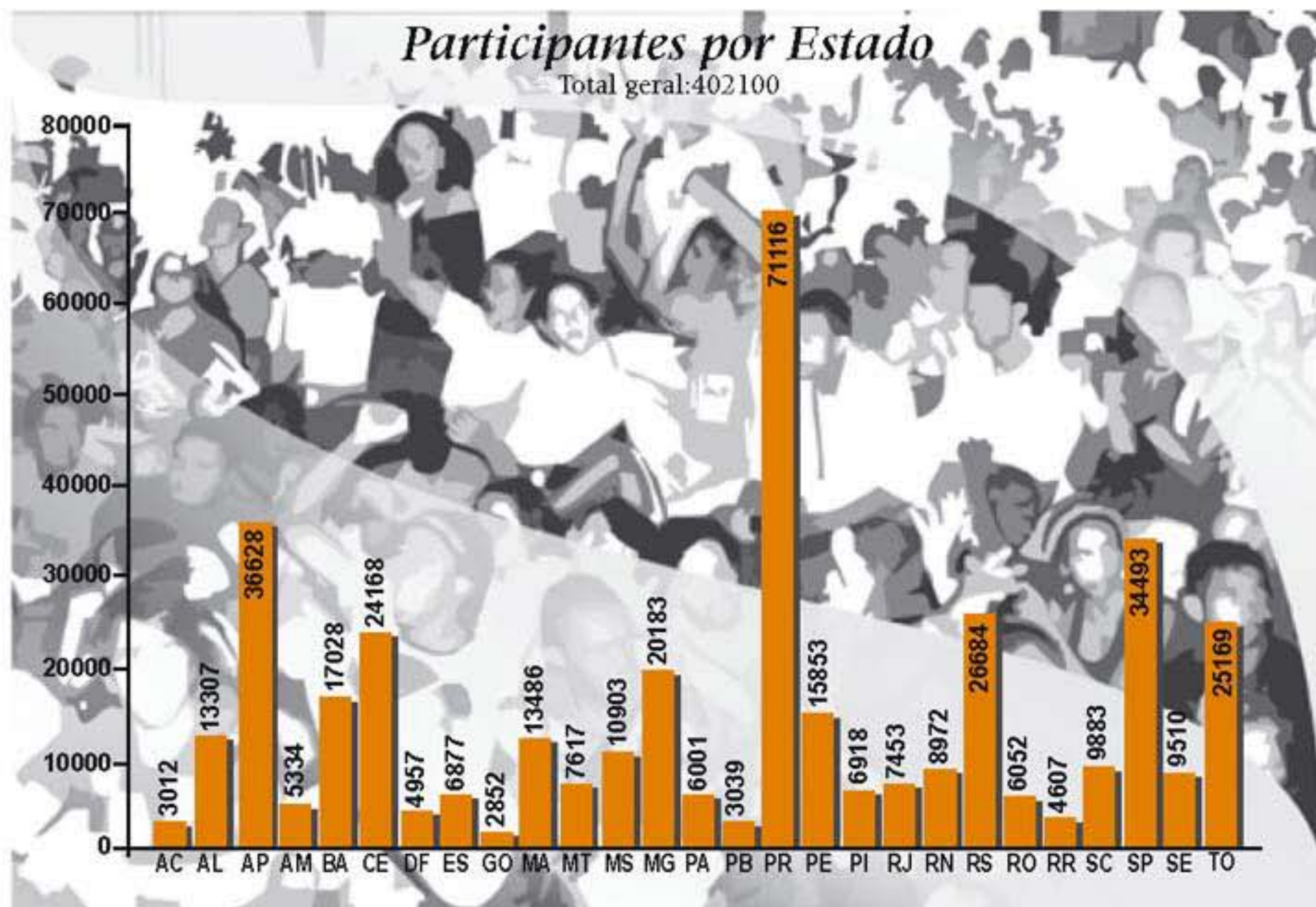
Agência Brasil



Danilo Moreira na coordenação da 1ª Conferência Nacional da Juventude

reram em cidades onde a política de juventude estava institucionalizada por meio de conselhos municipais, coordenadorias, assessorias ou secretarias municipais de juventude. As cidades que realizaram essas conferências elegeram dois delegados diretamente para a Etapa Nacional. Esta iniciativa trouxe para a Etapa Nacional a representação das experiências mais avançadas em nível local e tornou-se uma importante ferramenta para criação e fortalecimento de órgãos de juventude em todo o país, a ponto de os mesmos terem aumentado em 150% – se considerarmos o início e o final da Conferência (5). Para os defensores de uma política de juventude cada vez mais assumida pelo Estado em seus diversos níveis este é um dado significativo.

Consulta a povos e comunidades tradicionais: na verdade, foi um encontro da política de juventude com jovens de uma parcela da nossa população pouco conhecida e muito menos reconhecida que, com sua cultura, seus valores e tradições compõe a riqueza e a diversidade do povo brasileiro. O objetivo foi integrar, debater e colocar em evidência questões de jovens indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pantaneiros, de comunidades de terreiros, caboclos, mestiços, ciganos, pomeranos etc. Tal aproximação fez com que a





Conferência Nacional de Juventude se tornasse mais ampla, mais democrática e mais brasileira.

Conferências livres: na verdade, como o próprio nome sugere, eram possíveis de ser realizadas por qualquer grupo de pessoas que estivesse interessado em debater e contribuir com propostas para a conferência. Elas permitiram a participação real de milhares de pessoas (6) que, provavelmente, não teriam tal possibilidade se fôssemos restritos às etapas municipais, regionais e estaduais. Nesses encontros, não havia eleição de delegados, o debate concentrava-se fundamentalmente nos temas das políticas públicas de juventude e, ao final, um relatório era enviado à coordenação nacional. Desses momentos saíram a maioria das 4500 propostas que chegaram à Etapa Nacional. Muitos temas não teriam virado resolução se este canal não existisse. No entanto, o aspecto mais fascinante desta experiência foi a possibilidade de envolvermos por um mesmo canal de participação a diretoria da UNE, a Confederação Brasileira de Skate, jovens em cumprimento de medidas sócio-educativas, mandatos parlamentares, rede da UBES, organizações religiosas, presidiários, fóruns de juventude, participantes do Projovem, juventudes partidárias, hip-hop, juventude rural etc etc etc.

Ainda não é possível mensurar a importância

e o alcance dessa modalidade de conferência, que mereceria um texto à parte tamanha a riqueza de análises e interpretações que permite. No entanto, às Conferências Livres dedicaria uma afirmação que caberia para todo o processo da Conferência de Juventude e até mesmo para definirmos o sentido político da participação social no governo Lula: elas fortaleceram um sentimento de inclusão política e participação democrática indispensável para os que acreditam que a transformação social passa pelo reconhecimento e a ampliação da participação popular e pela democratização das estruturas do Estado. Encerro esta síntese sugerindo uma reflexão sobre a importância que damos, ou poderíamos dar, à chamada democracia participativa.

Etapa Nacional: “1, 2, 3, 4, 5 mil, a juventude unida vai mudar este Brasil !!!”

A principal palavra-de-ordem da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas da Juventude expressa bem o clima da plenária final e o sentimento que cada participante levou em sua bagagem de volta. Somente quem presenciou (mais de 2,5 mil testemunhas) pode ter certeza de que essas frases não são fruto de um exagero retórico.

Após a sistematização, as propostas que chegaram à Etapa Nacional foram divididas em 23 temas/gru-



Participantes da 1ª Conferência Nacional da Juventude

pos (7) e durante três dias foram debatidas e priorizadas pelos participantes. A plenária final aprovou um documento político com três prioridades para cada tema/grupo, num total de 70 resoluções (8) e 22 prioridades para a Política Nacional de Juventude. Aqui também cabe mais uma observação: se, por um lado, a priorização torna mais difícil contemplar a infinidade de interesses legítimos existentes em qualquer Conferência, por outro, dá uma força política infinitamente maior para cada uma das resoluções aprovadas e oferece indicações mais objetivas para a ação do poder público. Enquanto algumas Conferências promovidas pelo governo federal têm até 500 resoluções a 1ª Conferência de Juventude optou, desde o primeiro momento, por estabelecer prioridades.

Novos arranjos de temas: consagrados e emergentes:

Uma breve análise sobre as deliberações da Conferência nos faz ver que foram aprovadas resoluções sobre temas consagrados nas políticas públicas de juventude, como trabalho, educação, esporte e cultura. Reforçando a idéia de que os direitos desse segmento populacional têm de ser assegurados por políticas universais que considerem as especificidades juvenis.

A Conferência incluiu também entre suas prio-

riedades, temas estruturais que não dizem respeito exclusivamente ao seu temário (redução da jornada de trabalho, reforma política e democratização dos meios de comunicação) e tomou posição sobre questões polêmicas na sociedade, e que afetam diretamente a juventude (legalização do aborto e redução da maioridade penal).

Chamaria a atenção, porém, para a inclusão de temas emergentes que, em outras circunstâncias, dificilmente teriam destaque. Tal novidade deve nos fazer refletir sobre a existência de uma agenda política, contemporânea e real, de inúmeros movimentos juvenis, que se expressou nesta conferência. Nesta, a resolução mais votada diz respeito à juventude negra e entre as 22 prioridades aprovadas estão propostas relacionadas ao meio ambiente, juventude no campo, cidadania GLBT, jovens com deficiência, povos e comunidades tradicionais e jovens mulheres.

Objetivos alcançados e desafios renovados

Neste processo amplo e plural é bem provável que cada um dos participantes o fez com objetivos e motivações distintas. No entanto, durante a organização da Conferência alguns objetivos centrais foram

perseguidos: 1) Promover o direito à participação; 2) ampliar a compreensão na sociedade sobre a juventude; 3) fortalecer a rede social e institucional em torno das políticas de juventude; e 4) indicar uma agenda de prioridades para o próximo período.

De certa forma, tudo o que foi escrito até aqui teve como referência esses objetivos. Por isso, afirmamos como vitoriosa esta conferência, sem deixar de reconhecer suas inúmeras falhas e limites.

Ao final, um conjunto de desafios ganhou impulso e visibilidade – mas não foram, e nem deveriam, ser resolvidos pela Conferência. Ainda assim, as resoluções aprovadas adquiriram um sentido muito maior que um papel ou uma publicação podem expressar. Foram legítimas e legitimadas pela grande maioria dos participantes, fortaleceram agendas políticas dos movimentos juvenis e, acima de tudo, impulsionaram o tema na agenda pública nacional.

Passada a Conferência, é indispensável tirar lições do processo, entender politicamente cada uma das resoluções, percebendo que as mesmas são dirigidas ao poder público, mas podem e devem fazer parte de uma agenda conjunta da sociedade civil, e dos movimentos juvenis em especial.

A política nacional de juventude, tema central desta conferência, tem como objetivo principal assegurar

um conjunto de direitos que mude qualitativamente a vida de cada jovem brasileiro. E, deste último, mais que um legítimo demandante dos seus direitos, espera-se que seja um agente político comprometido com a construção de um país melhor não apenas para si. Aliás, o comprometimento com as causas maiores do desenvolvimento, da democracia e da igualdade social, tem sido a marca de sempre quando o assunto é a participação política da juventude.

Ao Conselho Nacional de Juventude cabe uma grande responsabilidade, pois se ele foi, ao lado da Secretaria Nacional de Juventude, o principal responsável pela realização da Conferência, deve ser, de agora em diante, o principal guardião e impulsionador das suas resoluções. Por ser um espaço institucional que abriga atores políticos do poder público e da sociedade civil, o Conjuve (9) é por natureza um espaço privilegiado para essa missão.

Daniilo Moreira coordenou a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, é presidente do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), secretário-adjunto da Secretaria Nacional de Juventude e membro da Comissão de Juventude do Comitê Central do PCdoB.

Notas

- Mesmo com a desejável predominância da participação juvenil, esta Conferência também foi voltada para gestores públicos municipais, estaduais e federais, pesquisadores, parlamentares, entidades de apoio e não jovens. A articulação interinstitucional e intergeracional é determinante para a consolidação das políticas públicas de juventude.
- 2 Em uma amostragem realizada no último dia do evento, perguntados se "a conferência atendeu às expectativas" os participantes ficaram assim distribuídos: Sim 49%, Na maior parte 36%, Apenas em parte 13%, Não 0%, Não respondeu 2%.
 - 3 Pesquisa CNT/Sensus divulgada em 28 de abril revelava os seguintes índices de avaliação do Presidente: 69,3% aprovam; 26,1% desaprovam; 4,6% não responderam. E sobre o governo: 57,5% positivo; 29,6% regular; 11,3% negativo.
 - 4 Distribuição de Etapas: 841 Municipais e Regionais, 689 Conferências Livres, 27 Estaduais e 1 Consulta Nacional aos Povos e Comunidades Tradicionais.
 - 5 No total foram realizadas 244 etapas municipais eletivas, com 71.346 participantes. Elas foram realizadas por 46 Conselhos Municipais de Juventude, 62 Secretarias de Juventude e 123 outros órgãos (Coordenadorias, Departamentos, Assessorias etc). Antes da Conferência, não chegava a cem o número de órgãos que participavam do Fórum de Gestores Municipais de Políticas Públicas de Juventude.
 - (6) Foram realizadas 689 Conferências Livres com 137 mil participantes em todos os estados.
 - (7) 23 grupos: Educação Superior, Educação Profissional e Tecnológica, Educação Básica – Ensino Médio, Educação Básica – Elevação de Escolaridade, Trabalho, Cultura, Sexualidade e Saúde, Meio Ambiente, Política e Participação, Tempo Livre e Lazer, Esporte, Segurança Pública, Drogas, Comunicação e Inclusão Digital, Cidades, Família, Povos e Comunidades Tradicionais, Jovens Negros e Negras, Jovens Mulheres, Cidadania GLBT, Jovens com Deficiência, Juventude no Campo, e Fortalecimento Institucional da Políticas Nacional de Juventude.
 - (8) A plenária final aprovou três propostas prioritárias para cada tema/grupo (69 propostas) e incluiu mais uma proposta que não se encaixava em nenhum dos temas, totalizando 70 resoluções da Conferência. Dentre estas, ainda foram estabelecidas 22 prioridades.
 - (9) O Conjuve tem 60 integrantes, com mandato de 2 anos, sendo 20 do poder público e 40 da sociedade civil. Os 40 conselheiros da sociedade civil são eleitos por meio de uma assembléia deste segmento.



Lampião, um rastro de ousadia e ódio pela caatinga

JOAN EDESSOM DE OLIVEIRA

Embora tenha sido morto aos quarenta e um anos, a figura do “rei do cangaço”, Virgulino Ferreira da Silva, se fixou no imaginário popular. Até hoje a memória de Lampião, de seus “cabras” e de sua companheira, Maria Bonita, corre o sertão, nos romances de cordéis, na boca dos cantadores e nas investigações sobre a história do Brasil

Amanhecia o dia 28 de julho de 1938. No acampamento – uma gruta perdida nos sertões – os homens e mulheres despertavam. O fogo da metralha rasgou os ares, quebrando o silêncio da caatinga, apenas pontuado pelas aves que despertavam. Nas mãos de João Bezerra e sua tropa alagoana, arautos da morte, a “bordadeira” costurava o estreito espaço onde os cangaceiros buscavam fugir e se defender, tudo a um só tempo.

O capitão Virgulino Ferreira da Silva foi dos primeiros a tombar, se não o primeiro dentre eles. Em seguida foram caindo, de peito aberto, à traição, de qualquer jeito abatidos, enquanto um punhado buscava escapar à morte certa. Luís Pedro, o valente cabo de guerra do bando, já havia furado o cerco quando a voz de dona Maria ressoou, cobrando a promessa antiga de ficar ao lado do capitão até a morte. Voltou olhando para os soldados, mirando a morte.

Foram quinze minutos apenas, ao amanhecer de

28 de julho. Foi o mais curto dos combates travados pelo capitão ao longo de duas décadas. Ao término, Lampião e Maria Bonita, os reis do cangaço, jaziam ao lado de outros nove integrantes do grupo. Os “macacos” da volante de João Bezerra se esbaldaram em selvageria. Um cortou a mão de Luís Pedro para poder arrancar-lhe os anéis com calma quando saíssem dali; outro se viu com o tronco de um mandacaru; por fim, cortaram as cabeças para expor nas escadarias das igrejas, das prefeituras, num cortejo cruel e macabro. A prática do Estado brasileiro, de degolar os seus adversários, inaugurada muito antes, se estenderia ainda por longo tempo. Em Angicos começara a agonia do cangaço, o princípio do fim.

Origens do cangaço

O termo cangaço começou a ser utilizado ainda na primeira metade do século dezanove e se relacionava à canga, ao jugo dos bois. A maioria dos estudiosos sobre o cangaço se inclina a acreditar que deriva de uma associação entre a canga dos bois e a forma como os cangaceiros carregavam o rifle, atravessado nas costas. Ainda no final do século dezanove, tanto os grupos de homens a serviço de um fazendeiro quanto os primeiros grupos independentes já eram chamados de cangaceiros.

Por vingança, como meio de vida, como refúgio, homens como Cabeleira, Jesuíno Brilhante, Antonio Silvino, Sinhô Pereira, Luís Padre e muitos outros, entraram para sempre na crônica dos sertões, imortalizados pelos cantadores e cordelistas, gravados na memória do povo geração após geração.

Fenômeno exclusivo dos sertões, os autores dividem-se quanto às causas do cangaço. O que levou homens e mulheres à vida de banditismo num período de quase dois séculos, desde que Cabeleira passou a agir até a morte de Corisco?

Uma primeira explicação para o fenômeno, de forma mais generalizada, deve ser buscada no entendimento dos sertões. Os sertões constituíam, dentro do Brasil, uma sociedade à parte, com seus códigos e leis próprias, onde o Estado era uma figura distante, abstrata, presente apenas na legitimidade do autoritarismo e na repressão.

Na ocupação do espaço sertanejo pelo branco europeu a marca maior foi a violência. Era um território sem lei nem rei, e o império do mais forte foi a característica predominante. Os criadores de gado, acostumados a sangrar o boi para o abate e a castrar porcos e bodes para a engorda, não tardaram a achar que entre o sangue dos bichos e o sangue da índiada que lhe opôs resistência não havia muita diferença. Nos sertões, o massacre dos índios limpava as mar-

gens dos rios para o estabelecimento das fazendas de criar. O Regimento de Cavalaria do Çertam, corpo de vaqueiros encourados e armados, “limpou”, por exemplo, as margens do rio Jaguaribe, no Ceará, para que os fazendeiros pudessem nelas instalar seu criatório, dizimando para isso tribos inteiras de icós, icozinhos, jucás, quixelôs.

Instalados nos sertões, potentados donos de léguas sem fim de terra e de cabeças sem conta de gado, faziam da sua vontade a lei com base na violência. E essa violência findava por se transformar em marca do tempo e do lugar.

Quanto mais duradoura tenha sido a fase cruenta de um processo de colonização, tanto mais duradoura se mostrará, via de regra, a permanência dos hábitos violentos, numa fase em que racionalmente já não mais se justificam (MELLO: 2005, p. 64).

Os mais sérios pesquisadores sobre o tema buscam explicações sociais para o cangaço, mesmo quando divergem entre si. Segundo Chandler (2003: p. 28), as secas mais intensas contribuíam para o surgimento do banditismo e a frequência com que ocorreram no final do século dezanove e início do século vinte fez aumentar o nível de violência do cangaço. Facó (1976: p. 38), por sua vez, considerava o cangaço como uma réplica ao latifúndio. Certo é que, mesmo quando se buscam as explicações nas histórias individuais dos cangaceiros, elas não teriam ocorrido sem que determinadas condições históricas tivessem preparado o fértil terreno para o seu surgimento. A brutalidade e a violência daquela sociedade, a miséria e a exploração, a ausência do Estado e a presença da lei do mais forte, são fatores que propiciaram o surgimento de homens e bandos com uma lei própria, a desafiar a ordem estabelecida mesmo quando, aparentemente, eram elementos dessa própria ordem. Lampião foi o mais bem acabado exemplo do cangaço, fruto de um tempo e de um lugar, e deve ser estudado à luz desse tempo e desse lugar: a caatinga sertaneja da primeira metade do século vinte.

Virgulino Ferreira

Terceiro filho de José Ferreira, Virgulino era hábil artesão e vaqueiro exímio. Bom dançarino, tocador de sanfona, na adolescência alcançava o seu sonho de criança. Quando perguntado pelo tio Manuel Lopes se desejava estudar para ser doutor, o menino Virgulino respondeu com convicção:

- Quero. Mas não para ser doutor. Quero ser é vaqueiro (MELLO: 2005, p. 165).

Vaqueiro, pequeno criador, tangedor de burros pelos sertões, desde o Pernambuco até a Pedra de Delmiro Gouveia, nas Alagoas, Virgulino e seus irmãos criaram-se como tantos no sertão, até que a violência, filha legítima dessas paragens, cruzou o seu caminho, fazendo-se dele irmã inseparável, sua contra os outros, dos outros contra ele. Uma rixa entre famílias lançou-o nos braços do cangaço. Segundo alguns afirmam, ele fez do cangaço meio de vida, esquecendo a vindita inicial. E isso pode até ser verdadeiro, mas o fato é que a briga entre sua família e os Nogueira e Saturnino, em 1916, constituiu o estopim, o fogo inicial transformado em imensa coivara a rasgar como um grande incêndio os sertões de sete estados do nordeste brasileiro. O assassinato do pai, na seqüência dos acontecimentos iniciais, selou o seu rumo. Não havia mais volta. Virgulino não seria nem doutor e nem vaqueiro. Seria capitão de homens, comandante dos sertões.

Integrado inicialmente ao bando de Sinhô Pereira e Luís Padre, Virgulino não sairia mais do cangaço. A partir de 1922, quando Sinhô Pereira e Luís Padre abandonam o cangaço e refugiam-se em Goiás, ele passa a atuar com seu próprio grupo, do qual faziam parte seus irmãos Antonio e Levino. Mais tarde, um terceiro irmão, Ezequiel, e um cunhado, Virgínio, também foram para o cangaço. Todos morreram antes de Virgulino. O único dos irmãos que sobreviveu a ele foi João, que não entrou no cangaço. A área de atuação de Virgulino se espalhou por sete dos nove estados do nordeste, deslocando-se progressivamente para o sul ao longo de duas décadas. A atuação em Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba foi se deslocando para Bahia, Alagoas e Sergipe. No Ceará e em Sergipe sempre atuou mais livremente, por conta do respeito pelo padre Cícero no primeiro e por conta dos acordos políticos firmados no segundo.

Um capitão de guerrilhas

Embora tenha atuado com muitos homens em algumas vezes, registrando-se ataques e escaramuças em que o bando tinha cem ou mesmo cento e cinquenta homens, a regra de Lampião sempre foi a de pequenos grupos, agindo com autonomia, jun-

tando-se quando necessário. Cristino da Silva Cleto, o Corisco, apelidado também de Diabo Louro, foi o seu mais famoso cabo de guerra, sobrevivendo ainda por dois anos após o massacre de Angicos, ao qual não estava presente.

A brutalidade daquela sociedade, a miséria e a exploração, a ausência do Estado e a presença da lei do mais forte, são fatores que propiciaram o surgimento de homens e bandos com uma lei própria

Lampião sempre procurava atacar em condições que lhe fossem favoráveis. Tinha profundo respeito pelos corajosos e sabia bem que sua sobrevivência estaria comprometida caso se desse a arroubos de valentia constantemente. Ousado e cauteloso, fustigava e fugia, atacando quando necessário, procurando render os adversários sem que houvesse combate, combatendo apenas quando não havia

outra saída. Naquelas paragens, essa astúcia guerrilheira era antiga, desde a resistência indígena, passando pelos negros quilombolas ou amucambados, até os canudistas de Antônio Conselheiro.

Além do conhecimento absoluto do território, Lampião contou sempre com uma extensa rede de apoios, fundamental em sua guerra de guerrilhas sertaneja. Essa rede de apoio ia desde grandes fazendeiros, políticos influentes, governadores de estado, até os mais humildes sertanejos, vaqueiros, pequenos criadores; de armas de propriedade exclusiva do exército brasileiro até mantimentos por vezes indispensáveis e em situações nas quais o bando não podia comprar e nem pilhar.

O capitão Virgulino sabia ainda recompensar regamente os seus amigos, garantindo com isso a fidelidade da maioria, embora, por mais de uma vez, inclusive em Angicos, tenha sido surpreendido pela traição.

Ele era um combatente habilidoso. Para Chandler (2003: p. 170), a capacidade que Lampião tinha de despistar a polícia e escolher a hora propícia para o combate era uma habilidade que muitos achavam extraordinária.

O que a polícia considerava essencial, para o sucesso dessas táticas, era a fantástica habilidade de Lampião de cobrir seu rastro. O mais comum era viajar nos caminhos de pedregulhos, ou lajeiros, onde quase não deixavam evidência de sua passagem. (...) Sabia-se também que às vezes chegavam num lugar, e, então, caminhavam para trás, na mesma trilha, até que a pudessem deixar, cruzando a superfície dura, ou pulando para o lado. Para a polícia, os cangaceiros tinham desaparecido no ar (CHANDLER: 2003, p. 171).

Durante as duas décadas em que viveu no cangaço, Virgulino Ferreira sofreu revezes e contabilizou importantes vitórias. A certa pontaria e uma maneira peculiar de atirar, fazendo o seu primeiro rifle parecer automático, valeram-lhe a alcunha imortalizada, segundo a versão de muitos. O cano da arma, “aceso” na batalha, parecia um lampião a iluminar a caatinga. Foi ferido tanto em combate, por diversas vezes, inclusive no pé, causando-lhe um pequeno defeito que o acompanhou para sempre, quanto pela caatinga, no espinho atrevido que lhe custou um olho. Parcialmente cego, ligeiramente manco, a bravura e a sagacidade só aumentaram.

Dona Maria e as mulheres no cangaço

Em fins de 1930 ou início de 1931 a primeira mulher entrou no bando. Não poderia ser de outro que não a do seu próprio comandante. Deixando o marido para seguir Virgulino, Maria Déa, Santinha, Maria Bonita ou simplesmente dona Maria, como era tratada pelos cangaceiros, a primeira dama do cangaço reinaria absoluta até morrer com seu amado no coito de Angicos. Sua data do nascimento é emblemática, 08 de março. Como tantas outras que ingressaram no cangaço depois dela, essas mulheres se agigantavam na valentia e no sofrimento. Quase todas elas engravidaram e tiveram filhos em meio a perseguições, correrias, tiroteios. Nenhuma pôde ficar com os filhos, entregues a padres, promotores, juízes, parentes, ricos fazendeiros. De Lampião e Maria Bonita sobreviveu Expedita, ainda viva. Dadá de Corisco, Sila de Zé Sereno, Inacinha de Gato, Maria de Pancada, Neném de Luís Pedro, e tantas outras. Aristéia e Durvinha ainda vivem, heroínas de uma saga sem rumo. No meio da caatinga, histórias de amor e desamor se construíram, como o ódio inicial de Dadá por Corisco transformado no amor imenso que a fez defendê-lo até a morte, sacrificando uma perna em combate para tentar salvá-lo.

A tragédia amorosa de Lampião e Maria Bonita lhes rendeu um lugar de honra na literatura popular. Encamam o amor em luta e guerra contra tudo e contra todos. É que naqueles emos, como bem disse o poeta Crispiniano Neto, o papel da ternura era tão duro que o amor precisava andar armado. As mulheres no cangaço, seu papel, sua história, não cabem nos estreitos limites deste artigo.

Lampião, padre Cícero e Coluna Prestes

Um dos mais controvertidos e explorados aspectos da vida de Lampião diz respeito à sua rela-

ção com padre Cícero Romão Batista, o patriarca de Juazeiro do Norte, no Ceará. Personagem singular na nossa história, tal qual o famoso bandoleiro, nos anos de 1920, padre Cícero já era um mito em todo o nordeste. Erigira uma cidadela sertaneja, território dos seus romeiros, e era respeitado por todo o sertão nordestino. As imensas romarias que levam mais de dois milhões de romeiros todos os anos à chamada cidade santa nordestina, já ocorriam com padre Cícero em vida.

Lampião, como a maioria dos sertanejos, tinha o velho padre como um verdadeiro santo, admirando-o e sendo a ele devotado. Para a maioria dos historiadores, esse respeito por padre Cícero, junto aos acordos políticos realizados com grandes fazendeiros do Ceará, explica por que Virgulino nunca tenha praticado ataques mais sérios no Ceará, limitando-se a pequenas e insignificantes escaramuças durante todo o período em que combateu.

Um episódio, entretanto, entrou na vida de ambos como um dos mais significativos. A chamado de Floro Bartolomeu, médico baiano, deputado federal e considerado uma espécie de alter-ego do padre Cícero, Lampião foi a Juazeiro em 1926. Floro estava no Rio de Janeiro, adoentado, vindo a morrer enquanto Lampião se encontrava com o padrinho Cícero. Em Juazeiro do Norte Lampião conversou com o patriarca, deu entrevistas, fez algumas de suas mais famosas fotografias e recebeu armas, fardamentos e munições para compor os Batalhões Patrióticos, que davam então combate à Coluna Prestes. Pedro de Albuquerque Uchôa, inspetor agrícola do Ministério da Agricultura, a pedido do padre Cícero, e na presença de Antonio Ferreira e Sabino Gomes – lugares-tenente de Lampião, sendo o primeiro seu irmão – assinou um documento em nome do governo da República dos Estados Unidos do Brasil, dando a Lampião a patente de capitão e a permissão para viajar livremente, de estado a estado, em companhia dos Batalhões Patrióticos, em combate à Coluna. Mais tarde, Uchôa declarou que teria assinado até mesmo a exoneração de Artur Bernardes da Presidência da República se Sabino e Ferreira tivessem pedido. A partir de então Virgulino passaria a assinar como capitão Virgulino Ferreira da Silva, vulgo Lampião. O único dentre os cangaceiros a também poder se chamar assim, até o fim do cangaço foi Cristino da Silva Cleto, o capitão Corisco.

Jogo político de Floro, artimanha do octogenário padre Cícero, ou ingenuidade de Lampião. Fosse o que fosse, o agora capitão pareceu sair de Juazeiro do Norte disposto a cumprir sua palavra e combater os revoltosos de Prestes. Tão logo saiu do Ceará, entretanto, as polícias da Bahia e de Pernambuco lhe deram combate. A promessa feita a padre Cícero de se

retirar do cangaço tão logo cumprisse aquela missão se esvaiu na desilusão. A patente de capitão não foi reconhecida pela polícia, nem a permissão de viajar livremente teve qualquer serventia. Com as armas e munições do exército recebidas em Juazeiro, Lampião deixou a Coluna de lado e, fortalecido e bem armado, embrenhou-se novamente nos sertões. Sua vida não permitia voltas, e a partir de então seguiu em marcha batida rumo a seu destino final. Virgulino era agora o capitão Lampião, cada vez mais temido e perseguido, cada vez mais uma lenda sendo erguida sob o sol da caatinga.

Angicos, o fim da caminhada

Lampião viveu quarenta anos, mais da metade no cangaço. Comeu o pó das estradas sertanejas ao longo de mais de vinte anos. Palmilhou, por vezes a cavalo, mas no mais das vezes a pé, com suas sandálias de couro, incontáveis léguas por sete estados brasileiros. Travou centenas de combates e escapou a todos eles. Em Angicos, o cego não disparou um tiro sequer.

Cometera, em toda a sua trajetória no cangaço, um erro muito sério. O fracasso do ataque a Mossoró, no Rio Grande do Norte, acompanhou-o por toda a vida. Atacara uma cidade grande, próxima ao mar, importante politicamente. Fora derrotado, uma dura derrota, de valor simbólico muito grande. Atraíra sobre si ainda mais a violência repressora do governo. Mossoró virou um símbolo, um ícone. Lampião não cometeu jamais o mesmo erro.

Em Angicos, ele errou uma segunda vez. Muitas vezes repetira que não se fica em coito com uma única saída, "ratoeira" segundo os cangaceiros. Angicos era exatamente uma delas. Corisco ali estivera e dissera isso. Zé Sereno dissera para Lampião a mesma coisa. O capitão insistira em ficar, confiava em Pedro de Cândido, o coiteiro que o trairia. Angicos é uma seqüência de erros que desafia os histo-

riadores do cangaço até hoje. Como o capitão Virgulino cometera um erro tão grosseiro? Como Juriti e Ligeiro, famosos cachorros de Lampião, juntamente com os outros, não latiram dando o alarma? Como, em esconderijo tão desfavorável, não havia sentinelas? A história ainda busca respostas setenta anos depois.

Na manhãzinha de 28 de julho de 1938 havia em Angicos os bandos de Lampião, Luís Pedro e Zé Sereno. Corisco ainda chegaria com Dadá e seu bando. Conforme dizem os sobreviventes, o combate durou apenas quinze minutos. Foi o mais curto da vida de Lampião, e também o que apresentou o maior número de baixas. Foi o combate fatal. Há setenta anos passados.

Lampião e Maria correm o sertão até hoje, nos romances de cordéis, na boca dos cantadores, na voz sussurrante das contadoras de história sertanejas, nas inúmeras pesquisas dos historiadores, na boca do povo, de pai para filho, de avô para neto, de bisavô para bisneto.

Segundo Chandler (2003: p. 218), "Lampião era um bandido social, mesmo não sendo um nobre saltador. (...) a sociedade em que viveu era tal que um jovem corajoso, como ele, poderia cair no banditismo muito facilmente. Ou como disse um cantador:

*"Era brabo, era malvado,
Virgulino, o Lampião,
Mas era, pra que negar,
Nas fibras do coração
O mais perfeito retrato
Das caatingas do sertão."*

Joan Edessom de Oliveira é mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará e diretor da Escola de Formação Permanente do Magistério, em Sobral-CE

Além do conhecimento absoluto do território, Lampião contou sempre com uma extensa rede de apoios, fundamental em sua guerra de guerrilhas sertaneja

Referências Bibliográficas:

- CHANDLER, Billy Jaynes. *Lampião, o rei dos cangaceiros*. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
 ARAÚJO, Antonio Amaury Correia de. *Assim morreu Lampião*. 3ª ed. Santos: Traço, 1982.
 MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. 4ª ed. São Paulo: A Girafa, 2005.
 FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
 DIAS, José Umberto. *Dadá*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1988.
 SOUZA, Ilda Ribeiro de (Sila). *Sila: memórias de guerra e paz*. Recife, Imprensa Universitária-UFPE, 1995.



Fonte: enciclopédia Grandes fatos do século XX

Seleção brasileira, vencedora da Copa de 1958, na Suécia

A Conquista da Copa de 1958: símbolo de uma era

OSVALDO BERTOLINO



*Pelé e Garrincha,
com os uniformes
de seus respectivos
times: Santos e
Botafogo, em 1958*

Com Garrincha e Pelé o futebol brasileiro tornou-se "Insolente e vencedor", segundo o dramaturgo Nelson Rodrigues. A Copa de 1958 confirmou esta visão. Pela primeira vez na história o mundo viu um time sul-americano levantando a taça em solo europeu. Mesmo antes de 1958 Nelson

já apostava no êxito nos campos da Suécia. Ele foi o primeiro a chamar Pelé de rei e afirmou que, com Garrincha, a Copa foi uma facilidade para o Brasil

A conquista da Copa de 1958 representou o apogeu de um ciclo do futebol brasileiro. A explicação correlaciona fenômenos de ordem variada – da economia, da política, da cultura e da história. No Brasil, há ainda certo distanciamento entre a análise desses fenômenos e o futebol. O escritor e dramaturgo Nelson Rodrigues, que revolucionou a forma de analisar futebol no Brasil, escreveu, com razão, que não havia um só personagem da nossa literatura que sabia bater um mísero escanteio.

Nelson Rodrigues foi o grande poeta do melhor momento do futebol brasileiro, entre 1958 e 1970. “O que nós procuramos nos clássicos e nas peladas é a poesia”, insuspeita e absoluta, dizia. Entre a seriedade e a galhofa analisou o brasileiro. Segundo o escritor, antes de conquistar o primeiro título mundial o brasileiro tinha “alma de vira-lata”.

Mas, com Pelé e Garrincha, o futebol brasileiro perderia sua “humildade deprimente” e ganharia em qualidade. Seria “insolente e vencedor”, como os dois craques fora de série que despontavam. Ninguém melhor do que Nelson Rodrigues soube louvar o futebol popular – segundo ele tão bonito como “uma paisagem de calendário”. Provocador intitulou-se reacionário, espicou a “esquerda festiva”, os “padres de passeata” e as “freiras de minissaia”. E virou símbolo, ainda que incômodo, do conservadorismo.

O escritor criou dezenas de expressões e personagens que ajudaram a formar a mitologia do futebol. Criou o “Sobrenatural de Almeida”, a “Grã-fina das Narinas de Cadáver”, o “Idiota da Objetividade”, o “Narciso às avessas”, o “Príncipe etíope”, o “Sublime crioulo”, a “Lagartixa profissional”, o “Possesso”, o “Quadrúpede de vinte e oito patas” e tantos outros.

Nelson Rodrigues foi o primeiro dos grandes escritores brasileiros a pautar o universo futebolístico. Antes dele, havia poucas menções, em geral depreciativas. Lima Barreto denunciara o “jogo de elite” disputado por “moços ricos” em clubes fechados que não permitiam jogadores negros.

Nelson Rodrigues trouxe o futebol para o centro da cena popular e deu-lhe caráter épico. O futebol

em Nelson Rodrigues é arrebatado, grandioso, exagerado. A pátria “calça chuteiras”; “mantos invisíveis pendem do peito do rei Pelé”; o Fluminense “nasce quarenta séculos antes do paraíso”; surge o Fla-Flu e as “multidões despertam”.

Ele foi um cronista de uma época em que o Maracanã recebia frequentemente mais de 100 mil torcedores, marca hoje raríssima. Chegou a afirmar que a idéia de multidão nasceu no Brasil com a construção do Estádio Mário Filho (nome oficial do Maracanã, homenagem ao seu irmão, o também jornalista Má-

rio Rodrigues Filho). Segundo ele, nem o enterro do Barão de Rio Branco reuniu mais gente do que o Mário Filho para um Fla-Flu.

A respeito de Pelé, Nelson Rodrigues vaticinou-lhe a grandeza em crônica de 1957, quando o garoto começava a brilhar no Santos. Em março de 1958, três meses antes da Copa, publicou a crônica “A realza de Pelé”, na qual profetizou a conquista do título porque agora, com o rei que dribla os adversários como “quem afasta um plebeu ignaro e piolhento”, os “inimigos tremerão”. Para ele, Pelé era o “sublime crioulo”.

Garrincha também inspirou o cronista. O pacato ponta-direita do Botafogo, a quem os “pombos da Cinelândia e

os pardais do boulevard 28 de Setembro chamam de ‘nosso irmão, o Mané’”, seria um predestinado a manter o futebol brasileiro em evidência e a chacoalhar o país, acordando-o para sua grandeza.

O Brasil seria outro se nós, brasileiros, fôssemos como o “anjo das pernas tortas” dentro do campo. Garrincha carregou a seleção para o bicampeonato no Chile, em 1962, e o cronista escreveu: “Deslumbrante país seria este, maior que a Rússia, maior que os Estados Unidos, se fôssemos 75 milhões de Garrinchas”.

Quando Nelson Rodrigues despontou, no país do futebol não existia um registro histórico e abrangente sobre este esporte. Esta lacuna decorre, obviamente, da forma como nasceu e se desenvolveu o futebol em nosso país. Lima Barreto via o esporte como coisa essencialmente estrangeira. “O futebol é coisa inglesa, ou nos chegou por intermédio dos arrogantes e rubicundos caixeiros dos bancos ingle-



O dramaturgo Nelson Rodrigues foi o primeiro a explicitar a beleza e a poesia do

ses, ali, da Rua da Candelária e arredores, nos quais todos nós teimamos em ver lordes e pares do Reino Unido”, escreveu ele na obra *Feiras e Mafuás*.

A sentença de Lima Barreto não era errada. Na fase em que o futebol se implantou por aqui – entre 1894 e 1920 –, o povo não tinha vez. Para entrar em campo, negros tomavam banho de pó-de-arroz – como foi o famoso caso de Carlos Alberto, que atraiu para o Fluminense o apelido que conserva até hoje. Na etapa seguinte, o futebol acompanhou a abertura para os que vinham de baixo proporcionada pela revolução de 30. Apareceram Fausto – a “maravilha negra” – e Leônidas da Silva –, o “diamante negro”.

O futebol brasileiro iniciou a sua trajetória para o sucesso quando, no começo do século XX, começou a deixar os clubes grã-finos e espalhar-se por várzeas e agremiações populares. Depois da revolução de 30, emergiu com toda a sua arte. Como o futebol, que se profissionalizou em 1933, a literatura e a música popular ganharam impulso e também viveram a sua “fase de ouro”.

Leônidas da Silva foi o Getúlio Vargas do futebol. Na Copa de 1938, ele brilhou e transformou-se no primeiro “garoto propaganda” do futebol brasileiro – anunciando uma marca de cigarro e o chocolate “Diamante Negro”, criado em alusão ao seu apelido. Na década de 1930, cerca de 50 mil pessoas, em média, assistiram aos fla-flus. O futebol transformou-se em esporte de massa.

O futebol-arte, que já em 1925 deslumbrou a Europa com a excursão do clube Paulistano, no qual jogava o craque Arthur Friedenreich – o time disputou dez jogos e voltou invicto –, começou a aparecer como característica brasileira e tocou o auge com a conquista da Copa de 1958. “Hoje, com a nossa impecabilíssima linha disciplinar no Mundial, verificamos o seguinte: o verdadeiro, o único inglês é o brasileiro”, afirmou. Nelson Rodrigues, fazendo um contraponto às palavras de Lima Barreto em *Feiras e Mafuás*.

Antes, na Copa de 1950, o Brasil passou por um trauma definido por Nelson Rodrigues como uma “catástrofe nacional”. “Cada povo tem a sua irremediável catástrofe nacional, algo assim como Hiroxima. A nossa catástrofe, a nossa Hiroxima, foi a derrota frente ao Uruguai, em 1950”, escreveu.

A dimensão desta “catástrofe” pode ser medida pela decisão do goleiro Barbosa, que nunca mais quis voltar ao gramado do Maracanã. “Muita gente entrou para a história. Eu jamais sairei da história

do futebol brasileiro por causa daquele jogo, em 16 de julho de 1950”, afirmou. “No Brasil, a pena maior é de 30 anos; eu fui condenado à prisão perpétua”, lamentou. O escritor Carlos Heitor Cony escreveu: “Deixei de acreditar em Deus no dia em que vi o Brasil perder a Copa do Mundo (de 1950) no Maracanã”.

Logo depois, o jornal *Correio da Manhã* lançou um concurso, com o apoio da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), para a escolha do novo uniforme. A única exigência era que as tonalidades deveriam ser as mesmas da bandeira. O estudante Aldyr Garcia Schlee, à época com 19 anos, tentou inovar. Deu certo. Na Copa de 1954, a equipe nacional entrou em campo pela primeira vez de camisa amarela, calção azul e meias brancas – começava a saga do maior símbolo do futebol mundial. E na Copa seguinte, a de 1958, começaria a era Pelé e Garrincha.

A conquista da Copa de 1958, portanto, tem um simbolismo que representa uma fase da evolução do povo brasileiro. Nos anos 1970, quando o país atingiu o auge da regressão imposta pelo golpe de 1964, o futebol começou a involuir. Recentemente, em um programa de televisão alguns jogadores da seleção brasileira – que estava em Londres para um amistoso com a seleção sueca para comemorar os 50 anos daquela conquista – disseram que pouco sabiam sobre o time fabuloso de 1958.

O que explica isso? Como dizia Vicente Matheus, o ex-eterno presidente do Corinthians, o difícil, vocês sabem, não é fácil. Há um pouco daquilo que Nelson Rodrigues chamava de falta de caráter – não dos jogadores, evidentemente. “Muitas vezes, é a falta de caráter que decide uma partida”, dizia ele.

Há poucos dias, o jornalista esportivo Juca Kfourri escreveu que a seleção brasileira é uma utopia – só existe nas mentes encaracoladas da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). A seleção já não joga no Brasil, não treina no Brasil, não mora no Brasil. “O verde e amarelo é apenas uma jogada de marketing”, escreveu.

De fato, com a nova configuração do poder futebolístico extra-campo, saiu de cena o jogador respeitado pelo seu talento para entrar o atleta – ou técnico – temido por sua força, por seus gritos. O futebol-brucutu é regido pela égide da ciranda financeira. Um título futebolístico tem papel tão derivativo quanto mudanças na cotação do peso argentino em relação ao dólar no futuro ou a taxa de

A conquista da Copa de 1958 tem um simbolismo que representa uma fase da evolução do povo brasileiro

juros embutida numa ação da Petrobras.

Outro problema é a exposição de jogadores na seleção brasileira com objetivos comerciais. Qualquer perna-de-pau, antes mesmo de se firmar num clube brasileiro já projeta ir para a Europa pensando em jogar na seleção. O futebol-força tirou a arte de campo para entrar em cena os negócios.

O futebol, “religião laica do povo” na definição do historiador Eric Hobsbawn, reflete a cultura de um tempo. A conquista da Copa de 1958 expressou uma fase transição do próprio país.

Nelson Rodrigues explicou bem o significado daquela conquista. “Já ninguém mais tem vergonha da sua condição nacional. E as moças na rua, as datilógrafas, as comerciárias, as colegiais, andam pelas calçadas com um charme de Joana d’Arc. O povo já não se julga mais um viralatas. Sim, amigos: o brasileiro tem de si mesmo uma nova imagem. Ele já se vê na generosa totalidade de suas imensas virtudes pessoais e humanas”, escreveu.

Aquelas “virtudes” tiveram como expressão máxima a dupla Pelé e Garrincha. Juntos em campo por 40 vezes em jogos da seleção, jamais foram derrotados – a seleção ficou invicta por 13 jogos. O auge da dupla foi a conquista da Copa de 1962. Na Copa de 1966, a única vitória (3 a 1 sobre a Bulgária) marcou o fim da parceria mais bem-sucedida na história dos mundiais.

Na Copa de 1970, o ciclo iniciado em 1958 chegava ao fim. Ao som daquela musiquinha que, segundo João Saldanha, dizia que o negócio era para frente mas andava para trás, a seleção brasileira conquistou o tri no México. O título foi transformado em propaganda do regime militar. Antes do embarque, o comunista João Saldanha foi afastado do comando da seleção. Em seu lugar assumiu Zagalho, o ponta-esquerda do time campeão na Copa de 1958, que teria aceitado a convocação de Dario, o Dadá Maravilha, por imposição do presidente Médici.

Em 1974, a seleção brasileira mostrou os sinais visíveis de que aquele ciclo se encerrara. Na Copa de 1978,

na Argentina, o poder autoritário que ainda mandava no país deu o tom. Os dirigentes da CBD eram todos militares ligados ao regime. O presidente era o almirante Heleno Nunes, que dispensou o competente e humilde Osvaldo Brandão para entronizar o capitão Cláudio Coutinho como técnico. Osvaldo Brandão falava a linguagem dos jogadores, que era a do povo; o capitão falava a língua do regime.

Voltou a se manifestar também o velho problema do racismo – que a rigor nunca desaparecera. Quando seleção de Coutinho desembarcou na Argenti-

na, um repórter lhe perguntou: “¿Pero, dónde están los negritos? Cuando Brasil venia con unos negros bicudos jugava bien; ahora vienen unos rubios de pelo largo y no juegan nada”. Mas eram também tempos de contestação à ditadura militar inclusive no futebol.

Em outubro de 1977, o presidente do Fluminense, Francisco Hortá, disse que a causa da decadência do futebol era a sua militarização. Às vésperas da Copa de 1978, o centroavante do Atlético Mineiro, Reinaldo, defendeu a anistia, as eleições diretas e uma melhor “divisão do bolo”. Dois dias depois, o almirante Heleno Nunes, presidente da CBD, disse que Reinaldo não iria à Argentina. Foi, mas sob severa vigilância.

No Copa de 1982, a CBF – ex-CBD – iniciou a fase da “modernização”, a do futebol-business. E chegamos à utopia descrita por Juca Kfourí. Mas, olhando para trás, é possível afirmar que o futebol neoliberal logo será esquecido.

Não é possível conceber como eterna a idéia de que não existirão mais aquelas jogadas mágicas, em que o futebol encontra a arte; aqueles lances que ninguém sabe explicar como acontecem, que exigem uma reflexão a respeito, um esforço qualquer de fruição, de tradução do que é rarefeito, de compreensão daquilo que não é imediato, berrante, visível. Seria muito pouco para a grandeza do futebol brasileiro e do ser humano.



Seleção brasileira comemora vitória do campeonato mundial

Osvaldo Bertolino é jornalista, editor do portal da CTB e colunista do portal Vermelho

Entrevista Márcia Takeuchi

O centenário da Imigração japonesa

POR CAROLINA RUY



O Príncipe Naruhito, durante a solenidade em comemoração aos 100 anos da imigração



O navio Kasato Maru, que desembarcou no porto de Santos em junho de 1908 trazendo famílias japonesas

O legado dos imigrantes japoneses, que enriqueceram a economia e a cultura do Brasil, veio à tona nas comemorações dos cem anos de tal imigração. A pesquisadora Márcia Takeuchi, que já publicou os livros *Japoneses: A Saga do*

Povo do Sol Nascente [editora Nacional] e *O Perigo Amarelo: Imagens do Mito, Realidade do Preconceito (1920-1945)* [editora Humanitas], integra uma geração de historiadores que, de modo crítico, tem introduzido esta temática na história do Brasil. Nesta entrevista ela revela a saga dos imigrantes, destacando as circunstâncias históricas, os preconceitos por eles sofridos e sua contribuição à formação do povo brasileiro

Princípios – Qual o contexto histórico da imigração dos japoneses para o Brasil a partir de 1908?

MÁRCIA TAKEUCHI – O Brasil e o Japão vivenciavam situações diversas, mas os seus interesses se conjugaram no contrato entre o governo paulista e a Companhia Imperial de Colonização Ltda., em 6 de novembro de 1907. No caso japonês, havia pressão social, representada pelos camponeses empobrecidos, por terem ficado à margem do processo de modernização empreendido pela Restauração Meiji (1868), e

terem sido oprimidos pelos impostos sobre as suas terras. Além disso, havia o retorno dos soldados que lutaram na guerra Russo-Japonesa, sem perspectiva de colocação. Um segundo fator que fez o governo japonês visualizar a possibilidade de encaminhar seus súditos ao Brasil foi o fechamento das portas à entrada de seus súditos nos Estados Unidos,

com a assinatura do *Gentleman's Agreement Act* nesse mesmo ano. Com este acordo, apenas os japoneses com cartas de chamadas de compatriotas já estabelecidos nos EUA poderiam ingressar em seu território. Do lado brasileiro, havia a valorização do café a partir de 1906, que chamou a atenção do governo paulista para o fenômeno representado pelo maior número de saídas

de imigrantes do que de entradas, entre 1903 e 1907. Parte desse processo foi resultado da proibição – estabelecida pelo governo italiano, em 1902 – de que cidadãos italianos aceitassem transporte subsidiado ao Brasil, diante das constantes queixas de exploração e de maus tratos nas fazendas cafeeiras.

Princípios – O conflito no Oriente (a invasão da Manchúria e a guerra contra a China), a Segunda Guerra Mundial e o início da Era Vargas no Brasil marcaram a segunda fase da imigração, iniciada em 1930. Foi um mo-



mento de inflexão deste processo, superado no pós-guerra, já na segunda metade do século XX. Você diria que a imigração se deu de forma descontínua?

MÁRCIA TAKEUCHI – O processo imigratório japonês no Brasil conheceu descontinuidades por diversas razões. Até 1922, o governo paulista subvencionava as passagens dos imigrantes – prática interrompida temporariamente em 1914 para ser retomada em 1917. Essa retomada – em 1917 – ocorreu em função da queda do ingresso dos imigrantes europeus, especialmente italianos e espanhóis, em razão da Primeira Guerra Mundial. A atitude paulista comprova, portanto, que os imigrantes japoneses eram encarados tão somente como substitutos temporários dos trabalhadores brancos, lembrando que uma das razões alegadas para o fim do subsídio foi a necessidade de avaliar a influência da raça japonesa na formação étnica brasileira.

Em 1924, os Estados Unidos aprovaram uma legislação de cotas para os imigrantes, conhecida como Lei da Origem Nacional, que vedava o ingresso de estrangeiros considerados incapazes de serem naturalizados. Diante disso, o Japão viu-se forçado a manter aberta a possibilidade do encaminhamento de seus súditos pobres para o Brasil – até então tida como segunda opção – em um contexto de superpopulação e desemprego no campo. A saída foi Tóquio passar a subsidiar as passagens e as companhias de emigração que adquiriam terras no Brasil – que eram revendidas aos futuros colonos. Estes poderiam produzir as matérias-primas de que o Japão carecia, viabilizando também o intercâmbio comercial entre os dois países.

Com o incentivo do governo japonês, a entrada de japoneses no Brasil cresceu ano a ano atingindo seu auge no início da década de 1930. Esse ingresso, tido como maciço, repercutiu entre autoridades e intelectuais antinipônicos, que acusavam o Japão de possuir intenções políticas e imperialistas em seu programa de imigração. Daí os debates na Assembleia Constituinte de 1934, que resultaram na aprovação do artigo 121 – que estabelecia cotas para imigrantes –, que visava especificamente aos japoneses. O governo Vargas, desde o início, sinalizava seu caráter autoritário, centralizador e nacionalista. Com o início da Segunda Guerra Mundial, a imigração japonesa foi suspensa, sendo retomada somente após o reatamento das relações diplomáticas entre os dois países em 1952. Contudo, entre o final da guerra e 1952, ocorreram os conflitos relacionados à Shindo-Renmei que reacenderam o sentimento antinipônico no Brasil.

Princípios – A partir da terceira fase, no pós-guerra, a imigração se consolidou e os japo-

neses passaram a compor a heterogeneidade do povo brasileiro. Em sua opinião quais as especificidades da contribuição japonesa à identidade do brasileiro?

MÁRCIA TAKEUCHI – Há diversas contribuições dos japoneses. Eles auxiliaram na atual configuração do Brasil: um país multicultural e multiétnico. Os descendentes atuam em todos os setores da sociedade – inclusive artes, esportes, ciência – mas, sem dúvida, eles e seus antepassados foram importantíssimos no desenvolvimento agrícola. Introduziram gêneros até então ausentes do cardápio nacional – como laranja poncã, caqui, acelga dentre outros produtos –, além de difundir a culinária nipônica, que a partir dos anos 1970 foi incorporada pelos brasileiros em geral. Não podem ser deixadas de lado também as cooperativas japonesas, um sistema popularizado pelos japoneses no Brasil.

Princípios – Admiração e medo embasaram o imaginário brasileiro em relação à vinda dos orientais ao Brasil. Como poderíamos exemplificar estes dois aspectos contraditórios?

MÁRCIA TAKEUCHI – A ambigüidade em relação à imigração japonesa pode ser percebida nos discursos de intelectuais antinipônicos que atuaram na Constituinte de 1934. Segundo afirmava Miguel Couto, líder dessa corrente na Assembleia, abrir as portas aos japoneses seria permitir a entrada de um povo mais forte do que o brasileiro, inferiorizado pelas doenças e pela ignorância. O nipônico, educado, dominaria todos os setores da sociedade, transformando o Brasil no Império do Sol Poente.

Anteriormente, na primeira década do século XX, essa imagem ambígua do Japão moderno, e, ao mesmo tempo, perigoso, era difundida pela imprensa, influenciada pelas conquistas do império na Ásia. É preciso ressaltar que o “perigo amarelo” já aliava nesse período a vertente política [invasão japonesa às Américas] e a racial [degenerescência da raça brasileira que supostamente tendia a se tornar branca, com a eliminação progressiva do negro e do índio].

Portanto, havia um discurso político e racial contra o imigrante japonês construído décadas antes da Segunda Guerra Mundial, e o conflito configurou-se como uma espécie de confirmação do mito do perigo amarelo, presente no imaginário político brasileiro. Daí a repressão, a vigilância e a expulsão de japoneses de áreas litorâneas e de zonas de concentração dessa etnia mesmo na cidade de São Paulo [Liberdade].

O nacionalismo varguista e a xenofobia permitiam a difusão de teorias conspiratórias, que levavam autoridades encarregadas da repressão [exército e

Polícia Política – DEOPS] a considerar os imigrantes japoneses, na verdade, como militares disfarçados de lavradores e pescadores, repetindo o processo que ocorria na Ásia, particularmente na Manchúria.

Princípios – Qual o perfil do imigrante japonês ao Brasil?

MÁRCIA TAKEUCHI – O imigrante nipônico que aportou em nosso país até a década de 1940, não teria condições de ingressar nos Estados Unidos, pelas já citadas leis antinipônicas vigentes nesse país. Os interessados, geralmente, eram oriundos do campo. Contudo, a partir do momento em que o Japão assume a política de emigração para o Brasil, os nipônicos tinham a possibilidade de chegar à pátria de adoção donos de lotes de terras adquiridas pelas empresas de colonização japonesa, financiadas pelo governo japonês. Assim, surgia a figura do imigrante proprietário. Esses pequenos produtores se reuniam em torno de cooperativas – sistema de produção coletiva introduzida em nosso país pelos imigrantes japoneses. O reinício da imigração nos anos 1950 representou a entrada de outro perfil de imigrante: técnicos e grande quantidade de homens solteiros, que visavam à permanência no Brasil, ao contrário daqueles que chegaram nas fases anteriores, que objetivavam se instalar por um curto tempo no país a fim de acumular capital suficiente para retomarem ao Japão.

Princípios – O que levou o Brasil a se tornar a maior colônia de japoneses do mundo?

MÁRCIA TAKEUCHI – Várias circunstâncias: as restrições norte-americanas; o apoio estatal [do Japão] aos imigrantes que se dispunham a se aventurar no Brasil; a derrota japonesa na Segunda Guerra Mundial, que fez os japoneses radicados no Brasil se conscientizarem da necessidade de permanecer no Brasil e continuar sua integração à sociedade brasileira.

Princípios – Qual comparação possível entre os imigrantes japoneses e os italianos e espanhóis, também do fim do século XIX e início do século XX?

MÁRCIA TAKEUCHI – Os japoneses, assim como os italianos e espanhóis, vieram inicialmente ao Brasil como trabalhadores assalariados para fazendas de café. Entretanto, ao contrário dos europeus – preferencialmente, católicos e latinos –, os japoneses eram alvo de debates e polêmicas sobre a influência negativa da raça asiática sobre a brasileira, tida como ainda em formação. Os nipônicos traziam estigmas como hipocrisia, sorriso eterno [sorriso amarelo], mentalidade estranha incompatível com a desejada pela elite brasileira.

Princípios – O que representou, na política de imigração e no desenrolar da história do Brasil, o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, assinado em Paris, em 1895?

MÁRCIA TAKEUCHI – Esse tratado teve como resultado prático o início da imigração japonesa para o Brasil. Entretanto, é preciso lembrar que se passaram 13 anos antes da concretização do processo imigratório, em razão dos motivos que expressei antes. No entanto, representou a possibilidade de os japoneses virem para nosso país e constituírem a maior comunidade de origem japonesa fora do Japão, além do intercâmbio econômico entre os dois países.

Princípios – O sentimento antinipônico, traduzido na expressão “perigo amarelo”, representou a forte resistência do Brasil em incorporar esta nova cultura e este novo povo. Quais os principais motivos e os desdobramentos deste entrave?

MÁRCIA TAKEUCHI – A elite antinipônica era profundamente influenciada pelas teorias racialistas européias e alegava que as colônias japonesas se localizavam em pontos estratégicos do território nacional, especialmente no estado de São Paulo. Essas colônias foram qualificadas como quistos e de “Estado japonês dentro do Estado”, mas não entravam nas considerações dos antinipônicos – de que os imigrantes representavam uma minoria diante de uma sociedade majoritária de costumes e cultura diametralmente opostos em relação à sua. Além disso, os imigrantes japoneses perseguiam o sonho da independência econômica e visualizavam no cooperativismo e na manutenção de sua identidade étnica fatores fundamentais para alcançá-la. O governo japonês, também, fornecia auxílio a seus súditos justamente para essa colonização ser bem sucedida, e encontrar oportunidades fora de sua pátria, que vivenciava crise econômica e dificuldades provocadas pelos conflitos na Ásia.

Princípios – Essa discriminação ainda tem força nos dias atuais? Como ela se expressa?

MÁRCIA TAKEUCHI – Nos dias de hoje, mesmo com a comunidade nikkei integrada à sociedade brasileira, há referências aos descendentes através de estereótipos considerados “positivos” – o japonês é estudioso, esforçado etc. –, motivados pela identificação física imediata. Há, portanto, uma série de características atribuídas aos nikkeis [via piadas e imagens pré-concebidas] que demonstram a persistência no senso comum de considerar esses brasileiros – filhos, netos e bisnetos – de uma maneira diferente.

Carolina Ruy é secretária editorial da **Princípios**



Socorro Gomes

*Entrevista com Socorro Gomes,
presidente do Conselho Mundial da Paz*

“O conceito de paz é indissociável da luta contra o imperialismo”

POR RUBENS DINIZ



*Membros do Comitê
Executivo do Conselho
Mundial da Paz*

O Conselho Mundial da Paz (CMP) realizou, em Caracas no último mês de abril, sua Assembléia com a participação de 265 delegados e 285 observadores de 76 países representando 126 organizações. A brasileira Socorro Gomes, presidente do Cebrapaz (Centro Brasileiro de Solidariedade e Luta pela Paz) foi eleita, por unanimidade, presidente

desta histórica entidade. Nesta entrevista ela afirma: “o movimento pela paz cresce em todos os continentes e se fortalece tendo como grande desafio o desmantelamento da máquina de guerra dos EUA...”

Princípios – O Conselho Mundial da Paz (CMP) foi fundado em 1949, logo após a II Guerra Mundial. Que motivações levaram à sua criação?

SOCORRO GOMES – Os povos e nações sofreram os horrores da guerra, que provocou uma cadeia mundial de sofrimento e destruição com mais de 50 milhões de mortos. Assistiram ao surgimento imediato

de uma grande potência bélica, os Estados Unidos, capaz de destruir cidades, como fez com Hiroshima e Nagasaki num piscar de olhos com a bomba atômica. Esse poder de destruição logo aumentou e a própria sobrevivência da humanidade foi posta em risco.

Além do desafio de reconstruir países, as forças democráticas e progressistas tinham, assim, no imediato pós-guerra uma grande preocupação, um

objetivo fundamental: parar a máquina de guerra e evitar as ameaças de uma terceira guerra mundial cujos efeitos destrutivos seriam infinitamente maiores que os da Segunda guerra mundial. Esta grande motivação – a busca da paz mundial – mobilizou no mundo mais de 600 milhões de pessoas que subscreveram o documento de apoio à criação do CMP.

Em todos os continentes surge um grande clamor contra a guerra. As pessoas, cientistas, intelectuais, operários, mulheres, jovens expressaram seu horror e o mais

profundo repúdio às ameaças de uma terceira guerra. As imagens de Auschwitz e Hiroshima, e todas as demais cenas de horror e sofrimentos da Segunda guerra, estavam muito presentes na memória coletiva, impulsionando-os a realizar a grande tarefa de criar mecanismos capazes de aglutinar todos os que desejavam fazer cessar a grande ameaça destruidora de uma terceira guerra. A criação do movimento mundial de partidários da paz foi uma imposição da época, uma necessidade urgente na busca de sobrevivência da humanidade. Uma resposta dos povos às ações dos fomentadores de guerra.

Princípios – Às vésperas de completar 60 anos, quais os legados do Conselho Mundial da Paz em sua trajetória?

SOCORRO GOMES – A criação do CMP foi fruto da mobilização e da atividade política não só de intelectuais de grande prestígio mundial, mas do apoio expresso pelos povos em abaixo-assinados, panfleto e uma Declaração subscrita por 600 milhões de pessoas no mundo.

A paz, como essencial para toda a humanidade e responsabilidade de cada um, foi uma cultura muito divulgada pelo Conselho Mundial da Paz, bem como os princípios fundamentais da nascente Organização das Nações Unidas, especialmente o da autodeterminação dos povos. Um dos grandes legados do CMP ao longo dessas décadas foi a grande campanha contra a corrida armamentista.

O Conselho Mundial da Paz foi muito ativo nas décadas de 1950, 1960 e 1970 na luta pela solução pacífica dos conflitos internacionais; pelo respeito às

fronteiras territoriais e a autodeterminação dos povos e nações; pela supressão de todas as armas de destruição maciça, o fim da corrida aos armamentos, pelo desarmamento geral progressivo; pela não ingerência das grandes potências nas questões inter-

nas das demais nações; pela eliminação de todas as formas de colonialismo e de discriminação racial; pelo direito dos povos à soberania e à independência; pelo estabelecimento de relações comerciais e econômicas equitativas, por relações culturais

amigáveis e o respeito mútuo entre todas as nações. O CMP esteve ao lado do povo argelino e os povos da África sub-saariana em suas lutas anticoloniais, do povo vietnamita em sua heróica luta de libertação nacional contra a criminoso agressão estadunidense e dos povos do Oriente Médio contra os ataques israelenses de caráter expansionista.

Princípios – A Assembléia de Caracas foi uma das maiores e mais importantes das últimas décadas. Como se encontra o movimento pela paz hoje e quais seus principais desafios?

SOCORRO GOMES – O fato de a Assembléia ter sido realizada na América Latina reveste-se de grande significado para a luta dos povos contra a guerra. Há grandes e importantes avanços ocorrendo na América Latina. Os principais países do continente são hoje governados por forças antiimperialistas, com exceção de México, Peru, e especialmente Colômbia que se tornou uma base política dos EUA, executando a pedido políticas do imperialismo estadunidense, agredindo países soberanos como o Equador, espalhando o terrorismo de Estado, executando a política de guerra preventiva de Bush. Em todos os demais países do continente intensifica-se a luta contra a dominação imperialista e pela autodeterminação dos povos, com destaque para a República Bolivariana da Venezuela, cuja capital Caracas se tornou em abril, por ocasião da realização da Assembléia do Conselho Mundial da Paz, a capital mundial da paz.

O movimento pela paz cresce em todos os continentes e se fortalece tendo como grande desafio o desmantelamento da máquina de guerra dos EUA e



Participantes da Assembléia do Conselho Mundial da Paz, em Caracas, 2008

de seus aliados Israel e Colômbia, assim como de seu principal instrumento na Europa, a OTAN. É imperioso o desmonte das bases militares em países estrangeiros, bem como a retirada sem a imposição de condições dos países ocupados, como Afeganistão, Iraque e Palestina.

Princípios – Qual o significado do conceito de paz?

SOCORRO GOMES – A soberania das nações é o pressuposto para a paz. A ONU nasceu com o objetivo de dirimir os conflitos através do diálogo entre as nações. Mas isto não é possível com o primado dos interesses das potências imperialistas, que se impõem através do militarismo, do monopólio das armas de destruição maciça e das guerras de agressão. Por isso, o conceito de paz é indissociável da luta contra o imperialismo e suas políticas de guerra. Hoje mais do que nunca é essencial fortalecer os princípios de soberania, diálogo e desarmamento para que países e nações possam desenvolver-se em paz.

Princípios – Que significado tem sua eleição à presidência do Conselho Mundial da Paz para os movimentos antiimperialistas e progressistas do Brasil e da América Latina?

SOCORRO GOMES – O Brasil assume a presidência do Conselho Mundial da Paz após o mandato do companheiro cubano Orlando Furtado, que desempenhou papel decisivo no fortalecimento do movimento pela paz em toda a América Latina e no mundo. Para nós, é um grande desafio estar à frente do Conselho Mundial da Paz. Tudo faremos para fortalecer nosso movimento, consolidando as organizações nacionais que integram o CMP como organização mundial, cooperando com todas as demais organizações, redes e personalidades que desenvolvem lutas e campanhas convergentes com as nossas, entre elas as organizações do movimento democrático e popular brasileiro e latino-americano, sempre em função de atingir os nossos objetivos: um mundo livre da opressão e das guerras. Temos a arraigada convicção de que para isso é indispensável fortalecer e ampliar o Conselho Mundial da Paz vincando seu caráter de organização antiimperialista unitária e de massas, capaz de aglu-

tinhar e mobilizar amplas forças políticas e sociais, assim como personalidades independentes.

Princípios – Por que você afirmou em seu primeiro discurso como presidente do Conselho Mundial da Paz que esta missão é um dos maiores desafios de sua militância política e social?

SOCORRO GOMES – Durante a maior parte de minha existência tenho lutado junto ao povo brasileiro por justiça, direitos humanos, liberdade, soberania nacional e pelo socialismo.

O Conselho Mundial da Paz nas circunstâncias históricas atuais tem como seu maior objetivo aglutinar forças políticas do mundo inteiro na luta contra a maior máquina de destruição da terra, um poder bélico jamais visto, sustentado por forças que promovem tortura, assassinatos, que elevaram o terrorismo ao patamar de política de Estado. Estas forças encontram-se no vértice do poder dos Estados Unidos. O CMP realizou sua Assembléia de abril em Caracas num momento em que o imperialismo mais aplica a política de guerra permanente, tomando dezenas de países seu alvo. Mas é também um momento

em que crescem o repúdio e a condenação dos povos do mundo a essas políticas ameaçadoras.

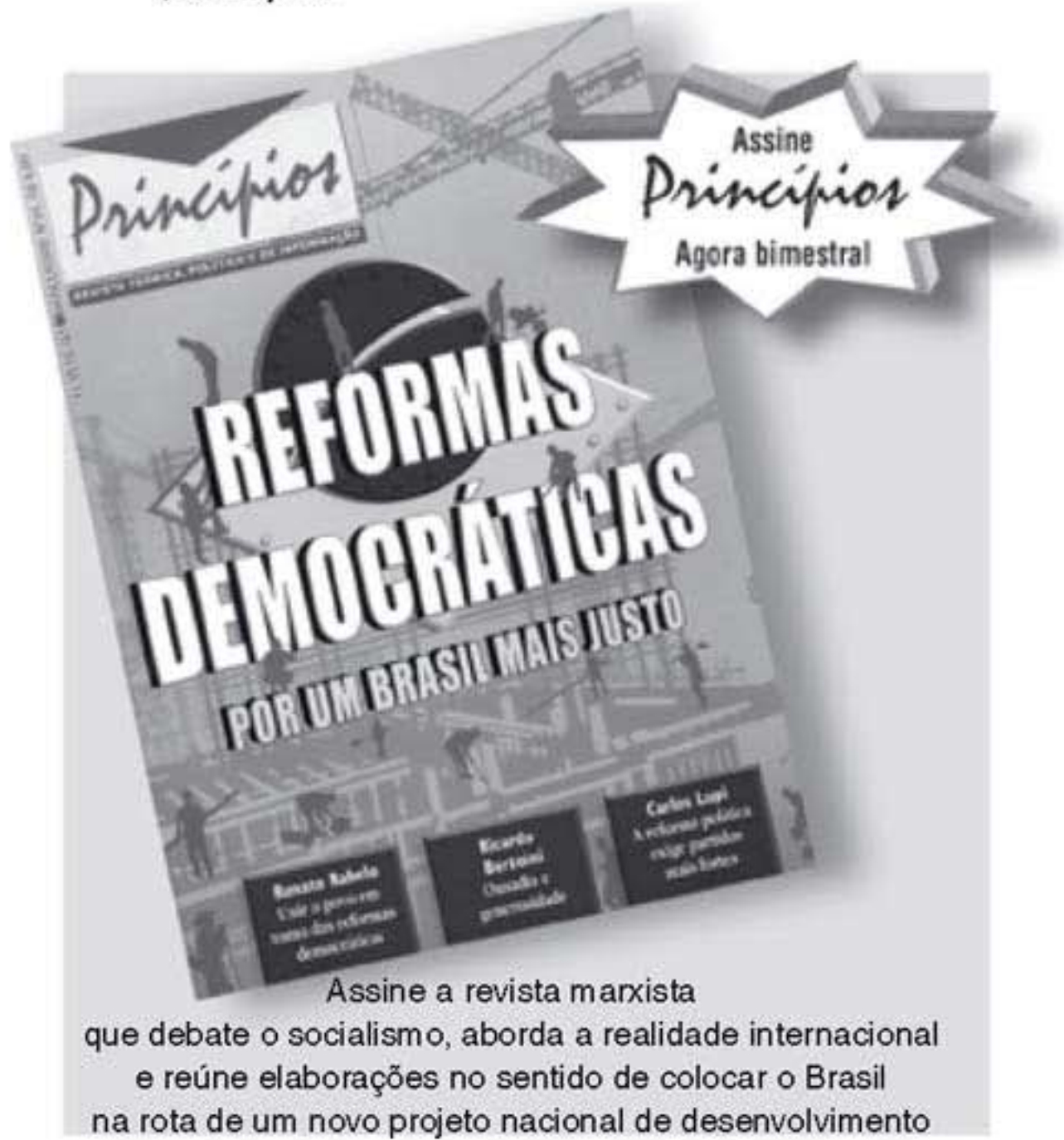
Assumimos essa tarefa com a arraigada convicção de que o imperialismo não é invencível, pode ser derrotado e será derrotado. Só assim a humanidade poderá construir um mundo de paz.

Então nosso desafio é fortalecer o CMP, que teve em suas fileiras brasileiros ilustres como Josué Castro, Cândido Portinari e tem, através do nosso Cebrapaz, o arquiteto Oscar Niemeyer como seu mais ilustre membro e conselheiro. Nossa grande meta, com o secretário-geral, o companheiro Pafilis Thanassis, o Comitê Executivo, o Secretariado, as instâncias continentais e as organizações nacionais, é fazer do Conselho Mundial da Paz uma forte organização de luta contra o militarismo, as guerras imperialistas de agressão, pela soberania dos povos e nações e pela paz mundial como bem supremo da humanidade.

Rubens Diniz é membro da direção nacional do Centro brasileiro de solidariedade aos povos e luta pela paz (Cebrapaz)



Cartaz da Assembléia do Conselho Mundial da Paz, em Caracas, 2008



Assine a revista marxista
que debate o socialismo, aborda a realidade internacional
e reúne elaborações no sentido de colocar o Brasil
na rota de um novo projeto nacional de desenvolvimento

Nome.....
Endereço.....
Bairro..... Tel: ().....
CEP..... Cidade..... UF.....
Profissão..... E-mail.....

- () Assinatura anual (6 edições) a partir do nº R\$ 45,00
- () Assinatura Bienal (12 edições) a partir do nº R\$ 85,00
- () Assinatura Trienal (18 edições) a partir do nº R\$ 115,00

Formas de pagamento:
 CHEQUE NOMINAL à Editora e Livraria Anita Ltda.
 Depósito em C/C - ITAÚ Agência 0251 Conta nº 48678-3 (enviar cópia do comprovante)
 Cartão de Crédito: MASTERCARD, DINERS OU VISA.
 Nº do Cartão Cod. de segurança *
 Validade /

* Favor completar o número acima com os 3 últimos dígitos do verso do seu cartão de crédito

Editora e Livraria Anita Ltda
 Rua Amaral Gurgel, 447 - 3º andar - Cj. 31 - Vila Buarque - CEP 01221-001
 São Paulo - SP
 Tel/Fax: (11) 3129 5026 - 3129 3438



Fundador: João Amazonas (1912-2002)
Editor: Adalberto Monteiro
Comissão Editorial: Adalberto Monteiro, Aloisio Sérgio Barroso, Augusto César Buonicore, José Carlos Ruy e Pedro de Oliveira.
Conselho Editorial: Adalberto Monteiro, Aldo Arantes, Aldo Rebelo, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Bernardo Joffily, Carlos Pompe, Carolus Wimmer, Elias Jabbour, Haroldo Lima, Jô Moraes, José Carlos Ruy, José Renaldo Carvalho, Domenico Losurdo, Luciano Martorano, Luis Fernandes, Luiz Manfredini, Madalena Guasco, Nereide Sariani, Nguyen Viet Thao, Olival Freire Jr., Olivia Rangel, Pedro de Oliveira, Raul Carrion, Silvio Costa, Umberto Martins e Walter Sorrentino
Secretário de Redação: Carolina Maria Ruy
 correio eletrônico: revista.principios@terra.com.br
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira
Projeto Gráfico: Laércio D' Angelo Ribeiro
Diretora de Produção e Comercial: Ana Paula Bernardes
Administração: Zandra de Fátima Baptista
Departamento de Circulação: Laissa Duarte de Souza
Arte: Laércio D' Angelo Ribeiro
PRINCÍPIOS é uma publicação da Editora Anita Garibaldi
R. dos Franceses, 04 - CEP 01329-010 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 3209-1331 - editora@anitagaribaldi.com.br
 A revista PRINCÍPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 1400 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

- Pontos de Venda:**
SÃO PAULO: Rua Amaral Gurgel, 447 - 3º andar - Conjunto 31 - Fone 3129-5026/3129-3438; R. Frei Eusébio da Soledade, 94 - Vila Mariana - fone 5575-9865; FNAC: Praça dos Omegas, 34 - fone 4501-3000; Banca GV: Av. Nove de Julho, 2029 - fone 3284-3726; Banca do Estádio: Viaduto Nove de Julho, 185 - fone 3231-3458; EDUSP: Trav. J, 374/2º andar - Cidade Universitária - fone 3091-4150/3091-2911; Banca Pedro Soares: R. Pedro Soares de Andrade, 669 - S. Miguel Paulista.
AC - Rio Branco: Rua Rio Grande do Sul, 48 - fone 3244-1406.
AL - Maceió: Av. Constança de Góes Monteiro, 220 - fone 3033-0943.
AM - Manaus: Rua Luís Antony, 1042 - fone 3631-0845; Livraria Metro Cúbico: Rua Vinte e Quatro de Maio, 45 - Fone: 36376307.
AP - Macapá: Rua Jovino Dória, 678 - fone: 3224-1121.
BA - Salvador: Rua do Salete, 330 - fone 3328-6828.
CE - Fortaleza: Av. Universidade, 3199 - fone 3281-9217.
DF - Brasília: SDS - Conj. Baracati, Bl. F, salas 501/503 - fone: 3224-0491.
ES - Vila Velha: R. Visconde de Taunay 435/Soteco - fone (27) 3339-4610.
GO - Goiânia: Rua 229-A/ Od. 95 - Lote 03, 25 - fone 3225-6655/3225-6639
MA - São Luís: Rua de Santaninhas, 169 - fone 3222-5548
MG - Belo Horizonte: Rua Mucuri, 69 - fone 3214-0068/32742303.
MS - Campo Grande: Rua Pedro Celestino, 678 - fone 3321-2947.
MT - Cuiabá: Rua 25, nº 103 - Boa Esperança.
PA - Belém: Trav. Frutuoso Guimarães, 618 - fone 3230-0849.
PB - João Pessoa: Rua Alberto de Brito, 242 - fone 3222-5409.
PE - Recife: Rua Visconde de Suassuna, 956 - fone 3231-2036.
PI - Teresina: Rua Eliseu Martins, 1673 - fone 3226-2798.
PR - Curitiba: Trav. Itaré, 140 - fone 3018-9630
RJ - Rio de Janeiro: Largo São Francisco de Paula, 34/ 11º andar - fone 3970-5185/2242-9633.
RN - Natal: Rua Princesa Isabel, 817 - fone 3211-8412.
RO - Porto Velho: Av. Vitória Régia, 6046 - fone 3222-6533.
RR - Boa Vista: Av. General Ataíde Teiv, 3849.
RS - Porto Alegre: Rua Cristóvão Colombo, 950 - fone 3228-2152/3228-2154; José Hermeto (assinaturas) - 8148-0653.
SC - Florianópolis: R. Major Costa, 214/Centro - fone (48)3028-3065.
SE - Aracaju: Rua Siriri, 810 - fone 3211-2584; Banca São Francisco.
TO - Palmas: Quadra 103 Sul, Rua SO-7, 10 - fone 3213-3144.



Motax

UMA DAS VANTAGENS DE
INVESTIR NO NORDESTE
É QUE VOCÊ NÃO VEM PRA
CÁ APENAS NAS FÉRIAS.

O NORDESTE DO BRASIL É UMA GRANDE OPORTUNIDADE DE INVESTIMENTO. CONFIRA O QUE O BNB OFERECE PARA QUEM QUER INVESTIR NA REGIÃO:

- Informações completas e estudos atualizados sobre diversas oportunidades de investimentos.
- Orientação na identificação de oportunidades que atendam suas necessidades.
- Articulação com os Governos Federal, Estadual e Municipal para criação de infra-estrutura complementar.
- Assessoria técnica e financeira para projetos.
- Diversas fontes de financiamento.
- Crédito com juros baixos e prazos mais longos.

Investir no Nordeste é ter a certeza de fazer um grande negócio. São mais de 50 milhões de habitantes, diversas atividades produtivas, mão-de-obra abundante e enorme potencial econômico para colocar sua empresa dentro de um mercado que não pára de crescer. Como parceiro do BNB, sua empresa conta com dados atualizados sobre oportunidades de investimentos, articulação com o Governo e assessoria para seus projetos. Além disso, o BNB também oferece opções de financiamento com juros baixos e prazos mais longos através do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Procure uma agência do BNB e traga seus investimentos para passar bons momentos no Nordeste.

**Banco do
Nordeste**



BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

Cliente Consulta | Ouvidoria: 0800 728 3030



CHE



Símbolo de militância revolucionária

Em 14 de junho de 1928 nasceu em Rosário, na Argentina, Ernesto Guevara de la Serna, ou simplesmente Che. Destacado dirigente da revolução cubana, comunista e humanista radical deixou-nos, além de originais reflexões políticas, um exemplo de vida a serviço da libertação dos povos esmagados pelo imperialismo.

Antes de partir de Cuba, para "outras serras do mundo", escreveu a seus pais: "Outra vez sob meus calcanhares o lombo de Rocinante, retomo o caminho com meu escudo no braço (...) Muitos dirão que sou aventureiro. Eu sou de fato, só que de um tipo diferente, daqueles que entregam a pele para demonstrar suas verdades".

Na Bolívia o assassinaram. Esconderam seu corpo para que não se tornasse bandeira. Macabro e inútil ato. Che, hoje, é um dos símbolos universais de militância revolucionária.

"O que se coloca para todo jovem comunista é ser essencialmente humano, ser tão humano que se aproxime do melhor dos humanos. Purificar o melhor do homem através do trabalho, do estudo, da prática da solidariedade contínua com o povo e com todos os povos do mundo; desenvolver o máximo de sensibilidade, até o ponto de sentir-se angustiado quando em algum canto do mundo um homem é assassinado e até o ponto de sentir-se entusiasmado quando em algum canto do mundo se levanta uma nova bandeira de liberdade".

Che Guevara

